



UCS

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM TURISMO

**A PRÁTICA DO TURISMO DE NATUREZA EM HOTÉIS DE SELVA
DO ESTADO DO AMAZONAS E SUA RELAÇÃO COM AS AÇÕES
ESTRATÉGICAS DA POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO**

MARIA ADRIANA SENA BEZERRA TEIXEIRA

CAXIAS DO SUL

2006



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM TURISMO

MARIA ADRIANA SENA BEZERRA TEIXEIRA

**A PRÁTICA DO TURISMO DE NATUREZA EM HOTÉIS DE SELVA DO ESTADO
DO AMAZONAS E SUA RELAÇÃO COM AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DA
POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação
em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, como
requisito à obtenção do título de Mestre em Turismo.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ROSANE LANZER

CAXIAS DO SUL

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

TEIXEIRA, Maria Adriana Sena Bezerra

A Prática do Turismo de Natureza em Hotéis de Selva do Estado do Amazonas e sua relação com as ações estratégicas da política nacional de ecoturismo/ Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira – Caxias do Sul, 2006.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul.
Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo.

1. Turismo de Natureza. I. Universidade de Caxias do Sul.
Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai (*em memória*), a minha mãe, aos meus irmãos, sobrinhos, a minha filha Mauriane, ao meu esposo Amaury pelo incentivo e compreensão, aos amigos de Manaus, do mestrado, à escola Sevigné, aos professores do mestrado e à orientadora Rosane Lanzer. Todos foram importantes para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares em especial o Amaury e Mauriane que deixaram os seus deveres em Manaus para poder vir me acompanhar durante a fase do mestrado;

Aos colegas e professores da instituição que contribuíram com novos conhecimentos;

À Prof. Dra. Rosane Lanzer, pela sua dedicada orientação, auxiliando no desenvolvimento deste trabalho;

Aos amigos de Manaus que me incentivaram a fazer o Mestrado como também colaboraram na construção do trabalho;

Aos amigos da escola Sevigné que nos receberam muito bem;

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram na execução deste trabalho;

A Deus, por tudo.

A consciência do mundo é a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscreve o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca.

(Paulo Freire)

RESUMO

Prática do turismo em áreas naturais vem se elevando nos últimos anos. Esta atividade vem atraindo um número significativo de visitantes nas regiões detentoras de recursos naturais que antes se deslocavam para localidades litorâneas. A região Amazônica é detentora de imponente floresta e de um grandioso rio, por isso foi a primeira a construir estabelecimentos hoteleiros em áreas naturais. Entretanto, nos últimos anos, novos complexos surgem na região e não se tem conhecimento a respeito se estes hotéis adotam as Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) que visa garantir às populações locais melhores condições de vida e a manutenção dos recursos naturais. Não se sabe se os estabelecimentos têm características de hotéis *lodges ou ecolodges*. Nesse sentido o estudo visa a identificar o uso das ações estratégicas nos hotéis de selva como suas características.

Palavras-Chaves: Políticas de Ecoturismo. Hotéis de Selva. Região Amazônica.

ABSTRACT

The practice of the tourism in natural areas is rising in the last years. This activity is attracting a significant number of visitors in regions with natural resources, that before were dislocated to littoral localities. The Amazon region is the detainer of an imponent forest and a huge river; that is the reason it was the first one to construct hotel establishments in natural areas. However, in the last complex new years they have appeared in the region, and there is no information if these hotels adopt the Strategical Actions of the National Politics of Ecoturism (EMBRATUR, 1994), in order to guarantee to the local populations, better conditions of life and the maintenance of the natural resources. It is not known if the establishments have characteristics of hotel lodges or ecolodges. In this case, the research wants to identify the use of the strategical actions in the forest hotels, as its characteristics too.

Key-words: Politics of Ecoturismo. Forest Hotels. Amazon Region.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Localização do Estado do Amazonas.....	52
Figura 2:	Empreendimento Aldeia dos Lagos, Município de Silves, Amazonas.....	60
Figura 3:	Placa de identificação do empreendimento Aldeia dos Lagos, Silves, Amazonas.....	61
Figura 4:	Hotel de selva Ariaú, Município de Iranduba, Amazonas.....	62
Figura 5:	Chalé com piscina privativa do hotel Ariaú, Município de Iranduba, Amazonas.....	62
Figura 6:	Unidades Habitacionais do hotel Ariaú, Município de Iranduba, Amazonas.....	63
Figura 7A:	Atrativos (carros de golfe e piscina), Município de Iranduba, Amazonas.....	63
Figura 7B:	Atrativos (carros de golfe e piscina), Município de Iranduba, Amazonas.....	63
Figura 8A:	Atrativos (heliporto, pirâmide e bicicletas), Município de Iranduba, Amazonas.....	64
Figura 8B:	Atrativos (heliporto, pirâmide e bicicletas), Município de Iranduba, Amazonas.....	64
Figura 8C:	Atrativos (heliporto, pirâmide e bicicletas), Município de Iranduba, Amazonas.....	64
Figura 9:	Empreendimento Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.....	65
Figura 10:	Bangalôs e leitos do Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.....	65
Figura 11:	Pier do Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas....	66
Figura 12:	Praia privativa do Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.....	67
Figura 13:	Restaurante do Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.....	67
Figura 14:	Piscina natural do Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.....	67
Figura 15:	Aves regionais, Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.....	68
Figura 16:	Empreendimento Guanavenas, Município de Silves, Amazonas.....	69
Figura 17:	Chalés, complexo Guanavenas, Município de Silves, Amazonas.....	70

Figura 18:	Unidades Habitacionais do Complexo de Selva, Município de Silves, Amazonas.....	70
Figura 20:	Piscina do Empreendimento Guanavenas, Município de Silves, Amazonas.....	70
Figura 20:	Lago do Canaçari, frente à ilha de Silves, Município de Silves, Amazonas.....	71
Figura 21:	Hotel Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.....	72
Figura 22:	Chalés do Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.....	72
Figura 23:	Unidades Habitacionais do Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.....	73
Figura 24:	Anfiteatro do Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.....	73
Figura 25:	Piscina do Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.....	74
Figura 26:	Caminhadas nas trilhas do Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.....	74
Figura 27:	Animais silvestres, Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.....	75
Figura 28:	Município de Silves.....	77
Figura 29:	Comunidade de Ariaú.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1:	Distribuição dos entrevistados pelo gênero nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	78
Gráfico 2:	Distribuição dos entrevistados por idade nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	78
Gráfico3:	Distribuição dos entrevistados por tempo de residência nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	79
Gráfico 4:	Distribuição dos entrevistados por habitação nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	79
Gráfico 5:	Distribuição dos entrevistados por renda mensal por família nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	80
Gráfico 6:	Distribuição dos entrevistados por grau de escolaridade nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	80
Gráfico 7:	Distribuição dos entrevistados por vínculos empregatícios nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	81
Gráfico 8:	Distribuição dos entrevistados por origem da renda familiar nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	81
Gráfico 9:	Distribuição dos entrevistados por conhecimento a respeito de Ecoturismo nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	82
Gráfico 10:	Distribuição dos entrevistados por visitantes nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	82
Gráfico 11:	Distribuição dos entrevistados quanto aos benefícios gerados pelos empreendimentos de selva nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	83
Gráfico 12:	Distribuição dos entrevistados quanto à participação no planejamento do hotel nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Quantidade de estabelecimentos urbanos e de selva no Estado do Amazonas (2004).....	45
Quadro 2:	Número atribuído dos hotéis de selva da região Amazônica escolhidos para o estudo.....	51
Quadro 3:	Características dos empreendimentos definidos como <i>Lodges e Ecolodges</i> baseadas em Russel <i>et al.</i>	53
Quadro 4:	Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo	56
Quadro 5:	Conceito atribuído às Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo.....	56
Quadro 6:	Conceito atribuído às Ações Estratégicas 1, 2 e 4 da Política Nacional de Ecoturismo.....	57
Quadro 7:	Conceito atribuído às Ações Estratégicas 7 e 8 da Política Nacional de Ecoturismo.....	58
Quadro 8:	Classificação do envolvimento das comunidades com os hotéis de selva, baseado na Ação Estratégica 9 da Política Nacional de Ecoturismo.....	59
Quadro 9:	Classificação geral dos empreendimentos de natureza com base nas Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Oferta de UHs e leitos nos estabelecimentos hoteleiros de selva no Amazonas no ano de 2003.....	45
Tabela 2:	Quantidade de hóspedes, taxa de ocupação das unidades de hospedagens (UHS), leitos e permanência média nos anos de 2001, 2002 e 2003.....	46
Tabela 3:	Quantidade de hóspedes, taxa de ocupação das unidades de hospedagens (UH's), leitos e permanência média nos anos de 2002, 2003 e 2004.....	47
Tabela 4:	Perfil dos turistas nacionais para os complexos de selva.....	48
Tabela 5:	Perfil dos turistas estrangeiros para os complexos de selva.....	49
Tabela 6:	Conceito atribuído às Ações Estratégicas 1, 2, e 4 da Política Nacional de Ecoturismo – Embratur (1994) que foram avaliadas por meio da opinião dos gestores dos cinco hotéis de selva pesquisados no estado do Amazonas.....	84
Tabela 7:	Conceito atribuído aos cinco empreendimentos de selva quanto à Ação Estratégica 3 da Política Nacional de Ecoturismo – Embratur (1994) que está baseada à formação e capacitação de recursos humanos dos empreendimentos.....	86
Tabela 8:	Conceito quanto às Ações Estratégicas 7 e 8 da Política Nacional de Ecoturismo – Embratur (1994) que foram avaliadas em cinco hotéis de selva do estado do Amazonas.....	88
Tabela 9:	Conceito quanto à Ação Estratégica 9 da Política Nacional de Ecoturismo – Embratur (1994), nesta ação ressalta-se o envolvimento das comunidades (Iranduba, Silves, Caniço, Ariaú, Tarumã) com as atividades de cinco hotéis de selva do estado do Amazonas.....	92
Tabela10:	Classificação geral dos cinco hotéis de selva pesquisados no estado do Amazonas, com base nas Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994).....	94

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2	JUSTIFICATIVA	16
1.3	OBJETIVOS	18
1.3.1	Objetivo Geral	18
1.3.2	Objetivos Específicos	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	O PAPEL DO ECOTURISMO E A SUA FUNÇÃO NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM.....	19
2.1.1	Importância do planejamento nos empreendimentos ecoturísticos.....	28
2.2	RELEVÂNCIA DA COMUNIDADE NO DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO	31
2.2.1	Estudo de caso bem sucedido de turismo de natureza com participação da comunidade local.....	33
2.3	O MÉRITO DAS DIRETRIZES ECOTURÍSTICAS NO PROCESSO DA SUSTENTABILIDADE	37
2.4	CARACTERÍSTICAS DOS HOTÉIS DE SELVA DA REGIÃO AMAZÔNICA.....	40
2.4.1	Características dos hóspedes que visitam os hotéis de selva.....	47
2.4.1.1	Características dos hóspedes brasileiros, segundo os estados emissores para Manaus em 2004.....	47
2.4.1.2	Características dos hóspedes estrangeiros, segundo os países emissores para Manaus em 2004.....	48
3	METODOLOGIA.....	50
3.1	ÁREA DE ESTUDO.....	50
3.2	SELEÇÃO DA AMOSTRA	51
3.3	INSTRUMENTOS DA PESQUISA	54
4	RESULTADOS.....	60
4.1	DESCRIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS.....	60
4.2	PERFIL DAS LOCALIDADES DO ARIAÚ, CANIÇO, IRANDUBA, SILVES E TARUMÃ.....	75
4.3	ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS DE NATUREZA COM BASE NAS AÇÕES ESTRATÉGICAS ECOTURÍSTICAS.....	84
4.4	CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS EMPREENDIMENTOS DE NATUREZA....	94
4.5	DISCUSSÃO	1000
	CONCLUSÃO	105
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
	ANEXO E APÊNDICE.....	114

1 INTRODUÇÃO

Um dos segmentos turísticos que mais vem se expandindo nos últimos anos é o ecoturismo. Esse aumento, segundo alguns especialistas em turismo, deve-se ao crescente desejo das pessoas, em seus momentos de lazer, de procurar desfrutar de locais com natureza exuberante e fugir da agitação e do estresse dos grandes centros urbanos. Nas décadas de 70, 80 e 90 do século passado, era muito comum à venda de pacotes de cidades litorâneas. A partir do século XXI, esse tipo de turismo continua em evidência, porém o turismo de natureza vem ganhando destaque, possibilitando ao ser humano um contato maior com o ambiente natural.

O Brasil é um país rico em atrativos naturais, exemplificado pelos litorais extensos e por possuir uma das maiores riquezas naturais do planeta que é a Floresta Amazônica. Os ecossistemas amazônicos ocupam uma superfície de 368.982.221 ha, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e uma pequena parte dos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. A Floresta Amazônica ocupa 40% da superfície da América do Sul, representa 56% das florestas tropicais, sendo reconhecida como a maior floresta tropical existente e o maior banco genético do planeta. Contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e um patrimônio mineral não mensurado (VANDERLEI, 2004).

Diante destas premissas o Estado do Amazonas é referência para o turismo ecológico e vem se destacando na atividade do turismo de natureza, sendo o primeiro a criar empreendimentos hoteleiros em áreas naturais. A atividade turística de natureza deve estar em harmonia com os recursos naturais e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos habitantes das comunidades, princípios que estão inseridos nas Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (1994).

O estado do Amazonas considera o turismo uma das principais opções de desenvolvimento, já que esta atividade permite preservar o ecossistema amazônico por meio da propagação da cultura e da preservação do patrimônio natural, garantindo uma melhor qualidade de vida às pessoas envolvidas.

Perante a Secretária de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2004) os estabelecimentos de selva estão se propagando no Estado. Desta forma, é

importante avaliar e compreender a atividade turística praticada pelos complexos de selva, para verificar se estes empreendimentos estão promovendo um turismo de natureza compatível com o meio natural onde estão inseridos, ou seja, atendendo as Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo que formam as diretrizes de ecoturismo (EMBRATUR, 1994).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

- As Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo da EMBRATUR (1994) são utilizadas na prática das atividades turísticas de natureza em hotéis denominados de selva no estado do Amazonas?

1.2 JUSTIFICATIVA

O turismo de natureza no estado do Amazonas tem atraído um número significativo de visitantes que desejam conhecer as belezas naturais da região, motivo pelo qual houve um aumento do número de unidades habitacionais, segundo a Secretaria de Turismo do Estado do Amazonas (AMAZONASTUR 2004). Mesmo com todo este crescimento no setor turístico, este ainda não promoveu o desenvolvimento econômico esperado nas comunidades próximas, isto porque, segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA 2005), 98% do volume arrecadado com o tributo são gerados em Manaus, e somente 2% no interior.

Os estabelecimentos de selva estudados se localizam junto a áreas naturais, sendo alguns localizados na copa das árvores e outros a margens de rios, possuindo comunidades situadas próximo a estes complexos. É imprescindível que estes empreendimentos tragam benefícios econômicos à natureza e à sociedade, uma vez que pesquisadores da área de ecoturismo, como também as Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994), enfatizam que a atividade ecoturística visa a promover um turismo sem interferências ao ambiente

natural, como também possibilitar um desenvolvimento econômico e social para as populações vizinhas.

Segundo Vanderlei (2004), 60% da população do estado do Amazonas reside na capital e os demais habitantes vivem em povoados, vilas e cidades, em sua maioria, nas margens de rios e são conhecidos como “ribeirinhos”, os quais vivem em condições difíceis, pois a economia destas localidades é gerada pelos empregos originados pelas prefeituras, pela pesca, pelas pequenas plantações de banana, melancia, jerimum, mandioca e pela infinidade de frutas silvestres.

Próximas de algumas localidades do estado do Amazonas existem alguns estabelecimentos hoteleiros denominados de selva, portanto acredita-se que estes complexos tenham promovido um desenvolvimento econômico e social nas localidades próximas, já que estes devem seguir os princípios da filosofia do ecoturismo (NELSON; PEREIRA, 1994). O país criou as Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994), portanto acredita-se que estas Ações Ecoturísticas estejam sendo utilizadas como instrumento de apoio para administrar os empreendimentos de selva no estado do Amazonas. Pois, as Ações Ecoturísticas existem há mais de doze anos, logo se conclui que estas tenham alcançado os seus objetivos propostos (à comunidade, melhores condições de vida e reais benefícios; ao meio ambiente, uma poderosa ferramenta que valoriza os recursos naturais; a nação, uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos; entre outros) principalmente em regiões turísticas detentoras de patrimônio natural.

Desta forma, o estudo visa verificar se as Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) contribuíram para desenvolvimento econômico, social e ambiental das localidades próximas dos estabelecimentos denominados de Selva. Espera-se que a população que vive próxima aos empreendimentos na selva tenha melhores condições de vida e os recursos faunísticos e florísticos estejam bem conservados.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a prática do turismo de natureza em complexos de selva no estado do Amazonas com base nas Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994).

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar com os gestores o apoio dos órgãos de turismo para o desenvolvimento da atividade na região;
- Verificar se aos funcionários e à população do entorno são oferecidos cursos de capacitação na área ambiental;
- Analisar se a construção dos empreendimentos é compatível com o meio ambiente;
- Avaliar se os guias promovem uma conscientização ambiental nos visitantes;
- Identificar o tipo de relação das comunidades próximas com os hotéis;
- Classificar os empreendimentos de selva segundo o grau de cumprimento das Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O PAPEL DO ECOTURISMO E A SUA FUNÇÃO NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM

Existem inúmeros países com belíssimas riquezas naturais os quais possuem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para turistas de todo o mundo. Desde meados dos anos 80 (LEITE, 2003) essas áreas têm atraído um número significativo de pessoas que desejam desfrutar desses ambientes naturais. Por essa razão, que surgiu o ecoturismo na busca de promover um turismo sustentável que causasse menos interferências naturais, sociais, culturais, entre outros.

Os anseios por um turismo “diferente” e “alternativo” sucedem por volta de 1970, onde a sensibilização crescente, diante das questões relacionadas com os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais, passa a ser debatida em eventos (seminários e encontros internacionais), alguns países europeus estavam descontentes com o *turismo de massas* que se desenvolveu durante as décadas de 1950 e 1960 que foram períodos de grande expansão desenvolvimentista e de enorme incremento mundial nas viagens, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial. Após este acontecimento novos padrões socioeconômicos e culturais se elevaram e o turismo desencadeou conseqüências negativas sobre a estrutura social, econômica e natural das localidades receptoras (SAMIRA, 1999).

A difusão e o aumento das informações sobre problemas ambientais como os da poluição e da contaminação do ambiente e o da destruição de ecossistemas vitais originaram os movimentos ambientalistas, que se organizaram numa frente de reação ao sistema econômico. Uma das primeiras reuniões para se debater a respeito de meio ambiente ocorreu em Roma,¹ passando a ser chamado de Clube de Roma, que teve como necessidade urgente buscar meios para a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população, além de investir em

¹ Em 1968 foi realizada em Roma uma reunião de cientistas dos países desenvolvidos para discutir o consumo, as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial até meados do século XX.

uma mudança radical na mentalidade de consumo e procriação. Um dos méritos dos debates do Clube de Roma foi colocar o problema ambiental em nível planetário, e, como consequência, a Organização das Nações Unidas realizou em 1972, em Estocolmo, na Suécia, a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano (NELSON; PEREIRA, 2004).

O grande tema em discussão na conferência de Estocolmo foi a poluição ocasionada principalmente pelas indústrias. O Brasil não tinha a concepção de uma mudança no turismo, pois viviam, na época, de "milagres econômicos", defendiam a idéia de que "a poluição é o que se paga pelo progresso", tendo em vista que este havia possibilitado a instalação de indústrias multinacionais poluidoras, impedidas ou com dificuldades de continuarem operando nas mesmas condições que operavam em seus respectivos países (NELSON; PEREIRA, 2004).

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) é o organismo da ONU responsável pela divulgação e realização dessa nova perspectiva educativa, que realiza seminários regionais em todos os continentes, procurando estabelecer os seus fundamentos filosóficos e pedagógicos. A partir daí começa a organizar-se em entidades não-governamentais que, como tais, passam a atuar basicamente em frentes de ações ideológicas e políticas, denunciando e promovendo a conscientização da opinião pública em relação aos problemas ambientais que a afetam; outra, mais pragmática e operativa, numa frente de ações tangíveis, como a viabilização de financiamentos para a elaboração e implementação de projetos para a proteção da natureza, especialmente nas regiões subdesenvolvidas do mundo (SAMIRA, 1999).

Em Belgrado, na então Iugoslávia, em 1975, foi realizada a reunião de especialistas em educação, biologia, geografia e história, entre outros, em que se definiram os objetivos da educação ambiental, publicados no que se convencionou chamar "A Carta de Belgrado".

Em Tbilissi, na Geórgia (ex-URSS), em 1977, realizou-se o primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental, onde foram apresentados os primeiros trabalhos que estavam sendo desenvolvidos em vários países. Dez anos depois, ocorreu em Moscou o segundo Congresso de Educação Ambiental. Nessa época, a então União Soviética vivia o início da *Perestroika* e da *glasnost*, temas como desarmamento, acordos de paz entre URSS e os EUA, democracia e liberdade de opinião permeavam as discussões (SAMIRA, 1999).

A Conferência da OMT (Organização Mundial do Turismo) de 1980, em Manila, parece ter refletido para dentro do turismo esse momento de mudança na mentalidade em relação à sociedade e ao modelo de crescimento, passando a considerar que o turismo só deveria existir se seu principal objetivo fosse melhorar a qualidade de vida das populações (NELSON; PEREIRA, 2004).

Nesse mesmo período, a primeira ministra norueguesa, Gro-Brundtland, patrocina reuniões em várias cidades do mundo, inclusive São Paulo, para se discutir os problemas ambientais e as soluções encontradas após a conferência de Estocolmo (SAMYRA, 1999).

As conclusões foram publicadas em várias línguas. O livro *O nosso futuro comum*, também conhecido como relatório Brundtland, forneceu os subsídios temáticos para a ECO-92 que foi uma Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizado em 1992, no Rio de Janeiro. Esta Conferência teve como finalidade reorientar todo o processo de desenvolvimento sob a ótica da sustentabilidade, constituindo-se num plano de ação de médio e longo prazo (DIAS, 2003).

Na ECO-92, os países participantes assumiram o compromisso de elaborarem suas Agendas 21 no âmbito nacional. A agenda 21 é o documento mais significativo assinado pelos chefes de Estado de 179 países. O capítulo 28 dessa Agenda esclarece que muitos dos problemas e soluções ambientais tratados na agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais com participação e cooperação das autoridades locais. *Agenda 21 – Agenda de ação para atingir o desenvolvimento sustentável*, em 1997, uma nova reunião no Rio de Janeiro, a Rio + 5, envolvendo os protagonistas da Rio 92, discutiu e analisou os encaminhamentos indicados por essa conferência, revelando o que foi e o que não foi realizado na Agenda 21. Em 2002, ocorreu a conferência de Johannesburgo, na África do Sul, também conhecida como Rio +10, onde ocorreu um reordenamento da Agenda 21 (PIRES, 2002).

Esses eventos ambientalistas ajudaram a propagar vários tipos de turismo com menos impactos naturais e culturais. A partir daí, surgiram várias determinações para este tipo de turismo como: *turismo alternativo*, *turismo participativo*, *turismo ambiental*, *turismo sustentável*, *ecológico* e *ecoturismo*. Para Serrano (1999) todas estas determinações visam a desenvolver uma atividade sem grandes interferências à natureza, ou seja, uma prática sustentável, seus princípios básicos podem ser assim resumidos:

- uso sustentável dos recursos;
- redução do consumo supérfluo e do desperdício;
- manutenção da biodiversidade;
- introdução do turismo no planejamento (global e local);
- suporte às economias locais;
- envolvimento das comunidades locais;
- consulta ao público e às instituições e não governamentais
- capacitação de mão-de-obra; marketing turístico responsável.

A ECO-92, no Rio de Janeiro, sem dúvida, foi um dos eventos ambientalistas mais repercutido no mundo, o qual propiciou uma releitura ambientalista do conceito da atividade até então difundida como turismo ecológico, cujo conteúdo era basicamente inspirado na imagem poética da contemplação das belezas naturais. A partir daí surge então o *ecoturismo*, com o qual passou a exprimir claramente toda uma ética conservacionista, que passa ser chamada de “desenvolvimento sustentável” das regiões ecologicamente privilegiadas e economicamente desenvolvidas (DIAS, 2003).

Segundo Pires (2002, p. 139), o ecoturismo surge:

como uma “rotulação” ampla e indiscriminadamente utilizada para representar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no campo das viagens turísticas, que se posicionam na interface *turismo-ambiente*, este último compreendendo ambientes naturais pouco alterados e culturas autóctones presentes em seu entorno.

Na avaliação de Neiman e Mendonça (2000), o ecoturismo surgiu como um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável das regiões que ainda hoje apresentam importantes conjuntos naturais de grande valor ecológico e paisagístico e como estratégia de conservação de culturas tradicionais. Já para Vale (2003), ecoturismo não contém um fim em si, não existe para desenvolver-se a si mesmo, mas sim para possibilitar a inserção destas regiões detentoras de potenciais naturais que, comumente, foram afastadas do desenvolvimento regional.

Entende-se que o ecoturismo surge para preservar os recursos naturais e culturais das regiões detentoras de grande biodiversidade. Isto porque esta prática de turismo se elevou no Brasil e, por esta razão, se percebeu a necessidade de preservar os recursos naturais (ABREU, 2001). Já para Bruhns (2005) o ecoturismo surge:

como necessidade imperiosa para a salvação da própria humanidade, numa tentativa de “salvar as sobras” do mundo selvagem devastado, em certos casos, de forma irreversível. Veio também beneficiar especialmente as populações urbanas (para as quais o mito é mais persistente em razão da perda de contato com o meio rural).

Perante Vale (2003) a prática do ecoturismo é uma tendência mundial em crescimento e responde a várias demandas que vai desde a prática do esporte radical ao estudo científico dos ecossistemas. Portanto esta atividade deve visar aos seguintes aspectos:

- promover e desenvolver turismo com bases cultural e ecologicamente sustentáveis;
- promover e incentivar investimentos em conservação dos recursos culturais e naturais utilizados;
- fazer com que a conservação beneficie materialmente as comunidades envolvidas, pois somente servindo de fonte de renda alternativa, estas se tornarão aliadas de ações conservacionistas;
- ser operado de acordo com critérios de mínimo impacto para ser uma ferramenta de proteção e conservação ambiental e cultural;
- educar e motivar pessoas, por meio de participação, em atividades que possa perceber a importância de área natural e culturalmente conservada.

Conforme a Embratur (1994), em agosto de 1994, o governo, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Indústria e Comércio e Turismo (MICT) criaram um grupo de trabalho interministerial formado por técnicos da EMBRATUR e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA e por ONGs e empresas de consultoria que já vinham atuando no setor. Eles passaram a definir diretrizes para orientar a política nacional do ecoturismo. A metodologia de trabalho

envolveu ainda outras reuniões com a participação de representantes do Sebrae, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), da Unesco, da Associação Brasileira de Ecoturismo e do Senac Nacional. Após um processo subsequente de aperfeiçoamento, o resultado final do trabalho foi publicado no início de 1995 sob o título de *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, onde foram traçadas nove ações estratégicas.

Segundo a EMBRATUR (1994), existiam vários motivos para a criação das diretrizes: uma das quais é incentivar os turistas nacionais e estrangeiros a usufruir do ecossistema, sem que o prejudiquem, e possibilitar o desenvolvimento sustentável das regiões detentoras do patrimônio ambiental, outra razão para implementação das diretrizes é que o turismo de natureza vem a ser dos segmentos mais procurados nos últimos anos. Em vista disso, Ferretti (2002, p. 110) salienta que alguns empreendimentos realizam essa atividade de forma desordenada, impulsionada quase que, exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo.

Fazer a regulamentação desta atividade é importante, pois só assim o Brasil poderá competir com alguns países que se destacam nesta atividade (Costa Rica, África, Peru, Austrália, Estados Unidos). A EMBRATUR (1994) afirma que o ecoturismo é uma atividade vantajosa, pois se tem como referência o sistema de parques nacionais dos Estados Unidos, considerado como a maior rede de atração turística natural do mundo, em que recebeu mais de 270 milhões de visitantes em 1989, enquanto os parques estaduais atraíram mais de 500 milhões.

Um exemplo bem sucedido de ecoturismo é na Costa Rica, que propagou esta atividade em 1992 e, atualmente, recebe um número significativo de turista maior que o Brasil que possui superfície de 8.511.596,3 km² (SOARES, 2006). Este crescimento não se deve só às belezas naturais que este país possui. A população local merece destaque por se preocupar com a conservação das riquezas naturais, já que sabem que dependem desta para sobreviver, e um dos exemplos destacados por Falzoni (2005) é a preservação dos 20 parques nacionais, 9 refúgios silvestres, 13 reservas biológicas e 11 reservas florestais criados nos finais da década de 80, quando o governo se voltou para a preservação da grande biodiversidade costarriquense.

Ferreti (2002, p. 104) salienta que o turismo de natureza é essencial à economia de muitas ilhas tropicais do Caribe, Pacífico e Índico. Segundo este mesmo autor, essa atividade deu a Ruanda e a Belize um lugar de destaque no mapa, já a Costa Rica se sobressai por originar um turismo com menos impactos e obter 336 milhões de renda com esta atividade.

Gouvêa (2005) destaca que o sucesso do ecoturismo na Costa Rica deve-se à existência de uma política de ecoturismo consistente e de longo prazo associada a uma boa infra-estrutura e mão-de-obra qualificada que fazem desse país uma referência para a indústria do ecoturismo no hemisfério. Este país mostrou que uma parceria estratégica com o setor privado e universidades locais amplificam os esforços governamentais. Gouvêa (2005) afirma que a criação de sinergias com o setor educacional, o setor privado e o governo tem sido uma parceria estratégica para o setor em vários países, sendo tripé da estratégia-chave para o crescimento sustentável da indústria turística.

Tanto a Costa Rica como o México, que recebem mais de 20 milhões de turistas ao ano, leva esta atividade com desvelo, por isso, adota políticas sérias e consistentes a respeito do turismo. Gouvêa (2005) enfatiza que este é um dos motivos de estarem colhendo os frutos dessas políticas de longo prazo.

Endres (1998, p. 38) enfatiza que é preciso políticas sólidas, pelo fato de o ecoturismo ser uma atividade econômica que utiliza a natureza como matéria-prima e dela dependem para o sucesso contínuo da atividade.

Nelson e Pereira (2004) afirmam que faltas de políticas eficientes podem causar sérios estragos num ambiente natural que é desenvolvido o ecoturismo, todavia a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. A infra-estrutura necessária, se não atendidas as normas preestabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos (EMBRATUR 1994). Para incitar estas afirmações (WEARING; NEIL, 2001, p. 39) enfatiza que:

a política governamental, por ser capaz de fazer cumprir as regulamentações ambientais, define os padrões gerais da indústria e, portanto, pode ajudar a reduzir ao mínimo os impactos negativos e, conseqüentemente, detém um papel importante a desempenhar na promoção das práticas sustentáveis do ecoturismo. A importância da

política e do planejamento governamental no ajuste do ecoturismo sustentável reside em sua capacidade de administrar eficazmente diretrizes e padrões consistentes, levando em consideração suas possíveis conseqüências.

Wearing e Neil (2001) citam que, entre as principais ferramentas adotadas pela política governamental para o saneamento dos problemas ambientais relativos ao turismo, encontram-se: legislação, regulamentação (incluindo arrecadação e redistribuição de renda), controle, infra-estrutura, incentivos e planejamento e promoção entre os âmbitos local e nacional de empreendimentos de ecoturismo.

Wearing e Neil (2001) mencionam o caso da política governamental australiana que tem a sobrevivência do ecoturismo fundamentado na regulamentação da proteção ambiental. Essa estratégia sublinha a importância do papel do governo em estabelecer as necessárias diretrizes pela qual o ecoturismo pode ser desenvolvido de acordo com os princípios da sustentabilidade. Pela elaboração de uma ampla estrutura que promova o ecoturismo sustentável, o governo federal possivelmente tem uma grande parcela de influência na determinação da direção futura desse tipo de turismo e, portanto, na sua sustentabilidade. Contudo, desde a mudança de governo na Austrália após a eleição nacional de 1996, a estratégia nacional de ecoturismo não foi promovida ou reconhecida como válida pelo governo eleito. Nesse caso, o apoio do governo federal para a implantação dessa estratégia diminuiu, deixando o impulso de quaisquer outras ações para o setor de turismo e os governos estaduais. Alguns estados australianos acabaram desenvolvendo suas próprias estratégias ecoturísticas ou de turismo baseado na natureza.

Conclui-se que, para evitar interferências desastrosas na área do ecoturismo, é fundamental que governo não só fomenta leis. É necessário que ele cumpra e fiscalize como determina a *ação número 4* das Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo do Brasil EMBRATUR (1994).

É também dever do setor privado, por meio da atuação do empresariado, ser parte preponderante na consolidação do ecoturismo como instrumento de crescimento econômico, cabendo promover as medidas indispensáveis à qualidade dos serviços a serem prestados, além de, em resposta aos esforços do Governo, contribuir na melhoria da infra-estrutura e na capacitação de recursos humanos. (EMBRATUR, 1994, p. 33).

Ferretti (2002, p. 67) enfatiza que:

O ecoturismo, considerado componente essencial do desenvolvimento sustentável, necessita de abordagem sistêmica multidisciplinar, planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial), com diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável. Somente por meio de um sistema intersetorial, o ecoturismo poderá, de fato, alcançar seus objetivos. Os governos, as empresas privadas têm um importante papel a desempenhar.

Fennell (2002) enfatiza que os estabelecimentos que se mantiverem ecoturísticos devem adotar as diretrizes, por conseguinte conseguirão perdurar essa atividade por longos anos.

Fennell (2002) salienta que a Sociedade de Ecoturismo destaca que quando os estabelecimentos adotam o regimento do ecoturismo, eles podem promover uma experiência educacional e participatória para os visitantes e, ao mesmo tempo, conseguem manter os recursos naturais equilibrados.

Para Lindberg e Hawkins (2002, p. 28), as instalações físicas adequadas nas áreas naturais e, em suas proximidades, são fundamentais para o desenvolvimento eficaz do ecoturismo.

Lindberg e Hawkins (2002, p. 28) destacam que os empreendimentos em áreas naturais devem ser bem planejados, pois são necessários que estes sejam acolhedores, pedagogicamente apropriados e fáceis de operar e manter, sempre de acordo com as realidades socioeconômicas no qual estão inseridos. Uma vez que muitas áreas protegidas se situam em lugares de difícil acesso e distantes dos serviços tradicionais, é prudente empregar o que se conhece informalmente como “ecotécnicas” – tais como energia solar (para aquecimento da água da chuva, reciclagem do lixo e ventilação natural – e procurar utilizar as técnicas e matérias de construção nativas).

Lindberg e Hawkins (2002, p. 218) destaca:

proporcionar um alojamento confortável, com baixo impacto ecológico, é a chave para o sucesso de instalações ecoturísticas, porém estas deveriam também servir como janelas para o mundo natural e como meio para conhecer e compreender a natureza. Cabe aos empreendedores do ecoturismo serem cuidadosos ao projetar e construir as instalações, pois essa é sua oportunidade de demonstrar verdadeiro interesse pelo meio ambiente e de oferecer um exemplo para os turistas.

Não se deve esquecer que ecoturismo surgiu como um desejo de usufruir a paisagem, seguido pela preocupação e conscientização com o meio ambiente, e visa à responsabilidade com a sustentabilidade, a educação do visitante por meio da interpretação da natureza e os benefícios às comunidades locais (VIOLI, 2005). Este mesmo autor enfatiza que, para prevenir a área protegida de impactos ambientais, é necessário que se elabore um planejamento para o local como objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável para o patrimônio natural.

Segundo Sylvia (2003), o ecoturismo caracteriza-se por desenvolver suas atividades de maneira sustentável e desta forma a concepção dos seus equipamentos deve ter coerência com os propósitos econômicos e culturais.

Nelson e Pereira (2004, p. 324) ressaltam que os empreendimentos devem ser desenvolvidos num novo ramo de arquitetura, denominados de arquitetura sustentável ou ambiental, a diferença entre arquitetura sustentável e a tradicional está no fato de que a sustentável cria projetos que não alteram o meio natural, mas ao contrário, mantêm os ecossistemas existentes no local, procurando se adaptar a eles.

Conforme Lindberg e Hawkins, (2002, p. 36) as diretrizes são excelentes instrumentos de apoio para os empreendedores de ecoturismo, pois desta maneira eles manterão seus ambientes estáveis como também é uma forma positiva e eficaz de incentivar as pessoas a se conscientizarem de seu próprio comportamento e incentivá-las a contribuir para a conservação e para o desenvolvimento sustentável do turismo no mundo inteiro. Este autor salienta a importância do planejamento na edificação de empreendimentos ecoturísticos, já que este facilita uma melhor adequação do empreendimento com o ambiente natural, ou seja, minimizar as interferências ambientais.

2.1.1 Importância do planejamento nos empreendimentos ecoturísticos

Perante o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável – CBTS (2006) a atividade ecoturística é um dos segmentos que mais cresce no setor turístico. Os amantes da natureza como também os simpatizantes estão visitando com mais frequência estabelecimentos ecoturísticos, novos roteiros estão se expandindo.

Em vista deste crescimento, é necessário que os empreendimentos estejam preparados, pois se não ocorrerá uma saturação rápida do empreendimento, já que os recursos naturais estarão deteriorados. Lindberg e Hawkins, (2002, p. 34) enfatizam que o “planejamento ajuda a encontrar pontos comuns entre o ecoturismo, à conservação e ao desenvolvimento e ainda ajuda achar forma de minimizar custos e maximizar benefícios”.

Wearing e Neil (2001, p. 38) atribuem que o planejamento eficaz aumenta a possibilidade do desenvolvimento sustentável do ecoturismo: a proteção e a manutenção da qualidade ambiental são fundamentais para os objetivos da conservação ambiental e da sustentabilidade dos recursos. Segundo Dowling (1991, p. 128), “para alcançar esses objetivos, é necessário planejamento que se baseia na proteção e na melhoria do ambiente, mas que também promova a concretização do potencial turístico”.

Entende-se que o planejamento visa a equilibrar as demandas do desenvolvimento com as ofertas do meio ambiente, procurando administrar possíveis benefícios atuais e futuros, através da reestruturação e/ou a revitalização econômica do local.

O planejamento é uma premissa essencial nas áreas ecoturísticas, pois ajuda aumentar a diversidade de experiências aos visitantes e, além de tudo, auxilia a balancear corretamente a questão do gênero no receptivo turístico – sem preconceitos e sem limites preestabelecidos. (DALE, 2005)

A Organização Mundial de Turismo-OMT (1995) salienta que o turismo sustentável só será viável nos lugares onde haja uma conservação dos recursos naturais, para isto é necessário um planejamento.

Bregolin (2005, p. 52) destaca que o planejamento é fundamental na implantação de destinos turísticos o qual deve incorporar os princípios da sustentabilidade para evitar que os recursos turísticos locais sejam usados em benefícios mercadológicos, impossibilitando assim que a comunidade anfitriã “colha os frutos” da atividade em longo prazo.

Bregolin (2005) menciona que os esforços em prol de um turismo mais sustentável conduzem, obrigatoriamente, ao planejamento dos destinos turísticos com base na compreensão do sistema turístico e na criação de superestruturas que permitam um adequado desenvolvimento do setor.

Ferretti (2002, p. 118) enfatiza que, se as áreas onde estão os estabelecimentos hoteleiros não tiverem um controle intenso e um bom planejamento, poderá haver sérias conseqüências. Um desses danos está relacionado às espécies de animais que poderão ter seus hábitos modificados, em função da presença constante de seres humanos.

Alguns trabalhos apresentados no Simpósio Internacional sobre Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável dos Países da Bacia Amazônica – ECOTUR Amazônia (2001) salientaram que o ecoturismo provoca expectativas e ao mesmo tempo risco, quando não há planejamento. Esses perigos podem ser piores, pois as pessoas chegam eufóricas em lugar recentemente descoberto e conhecido pelas suas riquezas naturais e, depois de um tempo, abandonam-no e deterioram-no.

O principal desafio do ecoturismo é acertar o equilíbrio entre a conservação e o turismo. Já que este é considerado componente essencial do desenvolvimento sustentável e que precisa de abordagem sistêmica multidisciplinar e planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial), com diretrizes e regulamentos rígidos, podem garantir um funcionamento estável. Para isto necessitam do apoio das instituições públicas e privadas que tem papéis importantes para fomentação do ecoturismo (LINDBERG; HAWKINS, 2002, p. 26).

Caso não haja um estudo minucioso da atividade ecoturística, poderá haver, segundo Ruschmann (1993), impactos negativos nos ambientes naturais e socioculturais, tais como:

- a) acúmulo de lixo nas margens dos caminhos e das trilhas, nas praias, montanhas, rios e lagos;
- b) uso de sabonetes e de detergentes pelos turistas que contaminam as águas dos rios e lagos, comprometendo sua pureza e a vida dos peixes e da vegetação aquática;
- c) contaminação das fontes e mananciais de água doce e do mar, perto dos alojamentos, provocada pelo lançamento de esgoto e lixo *in natura* nos rios e no oceano;
- d) poluição sonora e ambiental provocadas pelos motores dos barcos e pelos geradores, que provêm energia elétrica para os *lodges*;
- e) coleta e quebra dos corais no mar e das estalactites estagmites das grutas e cavernas para serem utilizados como *souvenirs*;
- f) alteração da temperatura das cavernas e grutas e o aparecimento de fungos nas rochas, causados pelos sistemas de iluminação;
- g) pintura e rasura nas rochas ao ar livre e dentro das cavernas e grutas, onde os turistas querem registrar a sua passagem;
- h) coleta e destruição da vegetação nas margens das trilhas e nos caminhos da floresta;
- i) erosão de encostas devido ao mau traçado e falta de drenagem das trilhas;
- j) alargamento e pisoteio da vegetação das trilhas e caminhos;

- k) desmatamento para a construção dos *lodges* e de equipamentos de apoio.

Em vista dessas possíveis interferências um planejamento turístico é de suma importância, porém o planejamento não envolve só o processo de construção do estabelecimento hoteleiro e nem só cuidados com os meios naturais. Outra cautela importante, ao se fazer um planejamento ecoturístico, é ter o apoio da comunidade local, pois a população local interagindo com o desenvolvimento turístico de natureza se sentirá mais responsável pelos meios naturais² (MOLINA, 2005, informação informal).

2.2 RELEVÂNCIA DA COMUNIDADE NO DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO

A participação da comunidade é de grande valor, pois, segundo a EMBRATUR (1994), inserir a comunidade no planejamento é essencial, visto que eles são muito mais do que meros beneficiários desta atividade são, na verdade, atores importantíssimos no processo, portanto elementos que devem ser integrados ao desenvolvimento do ecoturismo desde seu estágio mais preliminar de planejamento até sua implementação e operação.

Reimberg (2005) relata que, quando há um bom relacionamento entre empreendedores turístico e a comunidade, quem se beneficia são os visitantes, pois estes passam a manter um bom relacionamento com a comunidade, a qual já está sensibilizada com a atividade ecoturística, criando, assim, um ambiente agradável.

Endres (1998, p. 48) destaca que:

a participação da comunidade é de suma importância na medida em que se pode possibilitar um planejamento de dentro para fora, ou seja, desenvolver práticas que não agredam seus modos de vida, mas adequá-las a uma nova realidade, de forma satisfatória, com vistas a manter e proporcionar o seu bem-estar.

² Informação obtida através da Palestra a respeito de *Turismo e Ecologia*, ministrada por Sérgio Molina no III Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul.

Segundo Cavalcante (2001) os complexos de selva devem trabalhar em harmonia com a comunidade local. Isto é uma opção interessante não só para o turista, que quer saber como vivem as pessoas da localidade, mas também para a comunidade local que pode produzir artesanatos e cultivar parte dos gêneros alimentícios do hotel (peixe, frango, ovos, farinha de mandioca, frutas, legumes, tempero, raízes, verduras) onde o hotel de selva deve dar a preferência por ocasião da compra.

Fennell (2002, p. 203) considera salutar a participação da comunidade, já que a população local é a primeira a reconhecer os benefícios de conservar sua base de recursos naturais – muito mais do que os grandes empreendedores que não vivem na área. Além de tudo, os projetos de turismo voltados à natureza estão sendo considerados um meio de incentivar as pessoas a administrar as áreas naturais e a vida selvagem de forma sustentável, uma vez que os benefícios econômicos distribuídos às comunidades dependem de uma gestão bem orientada.

Lindberg e Hawkins (2002, p. 231) salientam que o envolvimento da comunidade no projeto poderá ser um poderoso instrumento para a conservação, através da geração de benefícios à população local.

Quando se trabalha com turismo ecológico, entende-se que é uma prática de turismo que concentra a maior parte de suas atividades na natureza. Vale (2003) declara que esta forma de exploração turística apresenta amplas possibilidades de contribuir para a economia das comunidades, onde estes meios de hospedagem são instalados, podendo, além de maximizar a difusão do desenvolvimento sustentável, contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Dale (2005) declara:

que a inclusão da comunidade local na atividade ecoturística traz benefício não só para quem visita, mas também para o visitado. Isto porque o ecoturismo permite trazer ao ecoturista uma ampla visão daqueles objetos, territórios, ambientes e povos visitados. Já para os visitados um enriquecimento através da visão do mundo.

Dale (2005) assegura que este tipo de tempero é essencial para garantir, na prática da visita, aspectos conceituais fundamentais do ecoturismo, pois, se houver um modelo conservacionista que despreze a presença humana e a cultura como elementos fundamentais para a preservação, haverá distorções e desequilíbrios que

podem ser notados pelos visitantes durante atividades de entretenimento como, por exemplo, uma caminhada na mata (BRUHNS, 2005).

Um estudo de caso citado por Lindberg e Hawkins (2002, p. 232) que relatam à participação da comunidade no processo do turismo em Belize nos anos 80 e 90, onde a chegada de turistas aumentou cerca de 55%. Por essa razão, o governo de Belize estabeleceu uma política de turismo séria, no qual tinha vários objetivos importantes que valorizam a vida selvagem, a conservação florestal e a estabilidade econômica da comunidade que pode se beneficiar por meio da utilização de guias locais, do fomento ao artesanato e do turismo de pousadas. Este mesmo autor enfatiza que é possível, em alguns lugares turísticos de Belize, ter unidades habitacionais em residências locais, podendo os turistas fazer as refeições nessas residências como também utilizarem guias locais em barcos ou a cavalo.

Relatos como estes tornam a atividade turística bem significativa, não só para o visitante que almeja desfrutar dos recursos naturais, mas também para população a qual desfruta de uma melhor qualidade de vida (econômica e social).

Wearing e Neil (2001, p. 119) ressaltam:

as características do ambiente natural e cultural e das comunidades hospedeiras apoiantes são os alicerces de uma indústria bem-sucedida. A negligência em relação às questões de conservação e qualidade de vida ameaça a própria base das populações locais e a indústria turística viável e sustentável.

Wearing e Neil (2001, p. 129) acentuam que a população local possui não só o “conhecimento prático e ancestral das características naturais” da região, mas também estímulo para se dedicar ao ecoturismo em funções como a de guarda-florestal, já que “sua subsistência depende em grande parte da preservação sustentada das qualidades naturais do meio ambiente”.

2.2.1 Estudo de caso bem sucedido de turismo de natureza com a participação da comunidade local.

Pousada da Floresta Tropical de Sakau, Malásia.

Os estudos de caso são estudos feitos por Wearing e Neil (2001) que relatam que a Pousada da Floresta Tropical de Sakau (SRL, Sakau Rainforest Lodge) foi criada com a intenção de misturar o meio sociocultural e físico da região, criando uma fonte alternativa de emprego para as populações locais, especialmente aquelas afetadas pela indústria de exploração da madeira. A pousada localiza-se a uma distância de 130 km de Sandakan (região nordeste da Malásia). Há ainda uma viagem de barco através do rio Kinabatangan até Sakau, com 15 minutos de duração. Uma área de 2,8 ha foi adquirida em uma remota localidade às margens desse rio, mas, para minimizar os danos à vegetação natural, a área construída limitou-se a 3.000 m².

A administração contratou pessoal da região para as funções de barqueiro, jardineiro, ajudante geral e auxiliar de cozinha. Todos os barcos usados para transportar os passageiros são construídos pelos pescadores locais. O material necessário para o cais e para a mobília foi adquirido dos comerciantes próximos. No caso de a pousada funcionar com capacidade máxima, barcos locais são alugados para transporte de passageiros.

A projeção de *slides* para os funcionários foi o primeiro instrumento usado para melhorar a capacidade interpretativa da população local, transmitir as políticas conservacionistas da empresa e do governo, além das necessidades dos turistas, naturalmente.

A pousada situa-se a 30 metros do rio, separando-se dele por uma proteção de árvores, para impedir a erosão do solo e minimizar os efeitos do barulho nas áreas próximas. A SRL foi construída sobre estacas, 1,5 metros acima do solo, o forro do teto de 3 metros para facilitar a circulação e a refrigeração do ar. Para maximizar os benefícios do local, a iluminação solar e um gerador adicional são usados sempre que possível. A água da chuva e do rio é coletada para os banhos de chuveiros, toaletes de uso doméstico, sem que haja estes despejos no rio.

Para minimizar os efeitos das excursões promovidas pelas pousadas ao longo do rio, todos os barcos são pintados de verde e equipados com motor de pequena potência (15 HP). Quando a excursão estaciona para observação da vida selvagem, obtém-se energia com uma bateria solar conectada a um motor elétrico.

Em 1996, a administração da SRL reservou 1.000 quartos/noite para obrigar voluntários cuja missão era remover ervas daninhas no lago Kelanang, próximo dali, já que animais selvagens, pássaros e peixes estavam sendo afetados pela praga.

Trabalhando em cooperação com a Universidade da Malásia e estudantes estrangeiros, o problema das ervas daninhas foi resolvido.

Finalmente, a SRL começou a levantar fundos de operadoras turísticas estrangeiras e o dinheiro é destinado a uma ONG local, a Associação de Proteção Ambiental Sabah, e usado para pesquisa. Em breve, uma área próxima da foz do rio Kinbatangan será oficialmente considerada santuário da vida selvagem. A administração está usando essa pousada com características sustentáveis como catalisador e incentivo para a preservação do meio natural e cultural, estimulando o fim da atividade de desmatamento e do suborno dos funcionários governamentais encarregados da proteção, em favor da prática do ecoturismo sustentável, em que os moradores locais recebem benefícios a longo prazo.

Reserva Santa Elena - Costa Rica

A Costa Rica localiza-se em área de 52.000 km² na América Central, sendo limitada, ao norte, pela Nicarágua, ao sul, pelo Oceano Pacífico. É um país extremamente diversificado na paisagem, flora e fauna, devido, em grande parte, à sua geografia, já que constitui uma ponte entre dois continentes, comportando a transição de espécies entre a América do Norte e América do Sul.

Uma série de cadeias vulcânicas corta o país desde a fronteira nicaragüense, na região noroeste, até a fronteira panamenha, na região sudeste, dividindo o território em dois. No centro da região montanhosa da Costa Rica, situa-se a Meseta Central. Essa planície, em sua maior parte situada entre 1.000 e 1.500 metros acima do nível do mar, constitui-se na base para quatro das cinco maiores cidades da Costa Rica, incluindo San José, a capital.

O projeto da Reserva Santa Elena de Floresta Tropical (SERR) está em andamento, tendo como base estimular a economia na comunidade que é formada por pessoas de baixa renda e a conservação dos recursos naturais da área. O ecoturismo atraiu a imaginação da comunidade local de Santa Elena por causa da renda auferida na vizinha Reserva Monte Verde de Floresta de Altitude (MCFP). Atualmente, as divisas turísticas é a segunda fonte de receita para os residentes locais, depois da indústria de laticínios.

Em 1989, na Costa Rica, o emprego no setor do turismo representava apenas 5,3% da mão-de-obra, mas esse número cresceu junto com as atividades baseadas no ecoturismo. O Projeto de Santa Elena fornece cursos de biologia,

inglês e hospitalidade para a população local. Estes cursos visam capacitar à comunidade.

A receita da reserva de Santa Elena pode ser destinada tanto para a criação de infra-estrutura urbana quanto para atividades administrativas e instalações de interpretação. Esta infra-estrutura apropriada pode ser desenvolvida continuamente. Segundo o governo da costa-riquense, torna-se evidente que a biodiversidade não podia ser objeto de conservação sem o envolvimento da comunidade. Embora seja necessário reconhecer os parques nacionais e as áreas de proteção como elementos integrantes da biodiversidade e do ecoturismo, essa modalidade de turismo também deve corresponder às preocupações das comunidades locais, como a administração das áreas de proteção, o grau de envolvimento e os benefícios e os impactos socioculturais.

Hoje, a Reserva Santa Elena recebe 7.000 visitantes por ano e gera U\$\$ 40.000 anualmente para a comunidade. Dois habitantes locais foram contratados para funções administrativas permanentes mediante pagamento de salário.

Mas, para que a atividade ecoturística ocorra de forma eficaz como nos casos mencionados acima, é necessário, segundo Tulik (1993, p. 27), que haja vontade dos governantes, empresários e apoio das comunidades receptoras. É bom deixar claro que o ecoturismo não é somente uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui nova concepção da atividade, tanto prática social como econômica (PINHEIRO, 2004, p. 55).

Para Dias e Aguiar (2002, p. 60), o objetivo do ecoturismo é melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo em que preserva os recursos de vida das populações compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio ambiente natural e cultural com a prática turística. Infelizmente nem sempre isso acontece, pois muitos hoteleiros estão preocupados na atividade mercadológica e esquecem de cuidar do meio ambiente e de inserir a população receptora na atividade.

Vila de Jao Mai – Thailand

Cooper *et al.* (2001, p. 197) citam o exemplo de uma atividade ecoturística que não é praticada de forma adequada. Este caso ocorre na vila Jao Mai que está localizada na bela praia de Hat Yao na província de Trang que é a porta de entrada de muitas ilhas virgens. Os moradores da Vila de Jao Mai reivindicam melhores

condições de vida e, principalmente, uma melhor conservação para o meio ambiente. A *Tourism Authority of Thailand* (TAT) lançou o conceito de ecoturismo alguns anos e até agora as companhias parecem ter uma idéia só delas do que significa *ser verde*. Os moradores relatam que as atividades praticadas pelos operadores de turismo são desleais com os moradores e com o meio natural, pois há pouco envolvimento da comunidade, os agentes colocam os turistas nos grandes *resorts* confortáveis, ignoram os serviços e os alojamentos da comunidade. E, além do mais, vão para as ilhas no barco dos *resorts* e comem nos restaurantes dos *resorts*, jogando o lixo no mar que os moradores se esforçam para preservar.

Os moradores se dizem inquietos, pois o número de turistas tem aumentado a cada ano. Isto significa que está havendo mais pressão na natureza e nas comunidades locais. Cooper *et al* (2001, p. 197) mencionam Meeya Hawa, a moradora da vila, a qual salienta se não houver uma verdadeira revolução na consciência ambientalista entre os operadores de turismo e turistas, o ecoturismo permanecerá apenas sendo uma estratégia de *marketing* e uma atividade de pouca durabilidade na região, já que as agências só exploram o ecossistema.

Esse estudo mostra que, sem a participação da comunidade e do apoio do governo, é impossível constituir uma atividade turística sustentável para localidade. Molina (2005, informação informal) acentua que ter uma política justa e sensata e uma economia equilibrada faz dos moradores locais sócios e beneficiários da conservação, e não seus inimigos implacáveis.

Para Lindberg e Hawkins (2002, p. 37) a criação de diretrizes é eficaz por incentivar as pessoas a se conscientizarem de seu próprio comportamento e a contribuírem para a conservação e para o desenvolvimento sustentável do turismo no mundo inteiro.

2.3 O MÉRITO DAS DIRETRIZES ECOTURÍSTICAS NO PROCESSO DA SUSTENTABILIDADE

A criação das diretrizes Ecoturísticas foi algo essencial para manutenção da biodiversidade, pois, segundo a EMBRATUR (1994, p. 9), ela surgiu para organizar a atividade no setor turístico, que eram impulsionadas, quase que exclusivamente,

pela oportunidade mercadológica que comprometiam o meio ambiente. O surgimento das diretrizes veio ser um instrumento de apoio junto à Constituição Federal 1988 que afirma, no artigo 225, que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.

As Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo que formam as diretrizes servem para fazer o ordenamento da atividade ecoturística, que é uma atividade que depende dos recursos naturais. Entretanto esses recursos precisam de devidos cuidados, já que eles não comportam, muitas vezes, um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Para EMBRATUR (1994, p. 8) a infra-estrutura necessária, se não atendidas normas preestabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem topográfica, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais concernentes à flora e à fauna.

Outro fator relevante a ser dito é que nenhuma empresa pode funcionar seja ecoturística ou não, se não estiver licenciada junto à Empresa Brasileira de Turismo – Embratur. Segundo o Decreto n. 84.910 de 15 de julho de 1980, no artigo 3 do Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo-MICT, ressalta que somente poderão explorar ou administrar Meios de Hospedagem de Turismo, restaurantes de turismo e acampamentos turísticos no país, empresas ou entidades registradas na Empresa Brasileiro de Turismo-EMBRATUR (MCT, 1970).

O mesmo Decreto salienta, no artigo 19: as pessoas físicas que infringirem as disposições deste Decreto e dos atos dele decorrentes ou contribuam para a prática de ato punível ficam sujeitas à penalidade nos incisos do artigo 5, da lei n. 6.505 de 13 de dezembro de 1977, que ressalta:

Art. 5º - O não cumprimento de obrigações contratadas pelas empresas de que trata esta Lei, e a infringência de dispositivos legais e dos atos reguladores ou normativos baixados para sua execução, sujeitarão os infratores às penalidades seguintes:

I - advertência por escrito;

II - multa de valor equivalente a até Cr\$ 391.369,57 (trezentos e noventa e um mil trezentos e sessenta e nove cruzeiros e cinquenta e sete centavos) (Redação dada pela Lei nº. 8.181, de 1991);

III - suspensão ou cancelamento do registro;

IV - interdição do local, veículo, estabelecimento ou atividade.

A criação das Ações Ecoturísticas (EMBRATUR,1994) junto às leis e aos decretos são excelentes suportes para o empresariado do ramo turístico. Eles devem respeitar todos esses segmentos, tomarem medidas de acordo com as normas estabelecidas. E aqueles que adotam a atividade ecoturística devem ser partes preponderantes na conscientização do ecoturismo como instrumento de crescimento econômico, cabendo-lhe promover as medidas indispensáveis à qualidade dos serviços a serem prestados, além de, em resposta aos esforços do governo, contribuir para a melhoria de infra-estrutura e capacitação de recursos humanos (EMBRATUR 1994, p. 12).

Entendem que o surgimento das diretrizes do ecoturismo serve de suporte, principalmente, para as pessoas que desenvolvem um turismo voltado para natureza os quais utilizam à denominação de ecoturismo ou turismo sustentável. Ambos os termos possuem os mesmos objetivos que é promover um turismo sem interferências à natureza. De acordo com Swarbrooke (2000, p. 22), o turismo sustentável está intimamente ligado a três dimensões: o respeito com o ambiente, à igualdade social e à viabilidade econômica. As nove ações estratégicas que formam as diretrizes de ecoturismo no país, também, enfatizam estas dimensões que visam assegurar (EMBRATUR 1994, p. 10):

- à comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios;
- ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta que valorize os recursos naturais;
- à nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos;
- ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras.

Não há como negar que os objetivos das diretrizes ecoturísticas são viáveis, principalmente, no país como Brasil que é detentor de uma beleza natural inigualável. Por isto, alguns estados como Mato Grosso, Pará entre outros, com potencial faunístico e florístico vêm desenvolvendo esta prática denominando de ecoturismo. Um exemplo disto é a região Amazônica que desenvolve um turismo baseado na natureza através de empreendimentos de selva, conhecida como hotéis de selva.

2.4 CARACTERÍSTICAS DOS HOTÉIS DE SELVA DA REGIÃO AMAZÔNICA

A região amazônica é conhecida mundialmente por possuir belezas naturais exuberantes, através dos recursos faunísticos e florísticos que possui. Sendo assim, os cenários naturais da Amazônia são favoráveis ao turismo de natureza.

O turismo de natureza se inicia em 1980 na região amazônica, mas a propagação ocorreu a partir de 1990 segundo Leite (2003, p. 11) o qual afirma que isto ocorreu a partir do enfraquecimento da capacidade de resposta da Zona Franca de Manaus aos problemas econômicos da região. O turismo desponta como uma solução alternativa, haja vista ser uma inclinação econômica, em função não só de sua vasta riqueza em santuários ecológicos de águas e florestas, bem como de sua fauna e de sua diversidade cultural.

Esta prática de turismo é desenvolvida por empreendimentos de selva que são alojamentos fixos nas margens dos rios ou lagos, alguns estão em terra firme, outros estão em terra várzea (hotéis flutuantes que acompanham o nível do rio). Alguns hotéis são bastante confortáveis, pois possuem sala de jogos, ar-condicionado nos quartos, computador, banheiro privativo, lugar para meditação, entre outros. Outros são mais rústicos e oferecem a oportunidade de acompanhar o estilo de vida de uma parte dos ribeirinhos amazônicos. Ou seja, o visitante fica em dormitório com iluminação de lamparinas e redes cobertas por mosquiteiros. Há hotéis que possuem unidades habitacionais na copa das árvores.

A maioria desses hotéis busca promover a interação do homem com a natureza. As atividades desses hotéis se concentram na observação de pássaros, caminhada na floresta, pescaria, passeio de canoa, focagem de jacaré entre outros. Grande parte dos hotéis de selva se localiza na região do Rio Negro, com acesso feito, geralmente, por barco a partir de Manaus.

Conforme a EMBRATUR (1992), o Amazonas foi o pioneiro a ofertar esse tipo de hospedagem, conhecido por *hotéis de selva*. O termo *hotéis de selva* foi originado pela EMBRATUR e pelo Conselho Nacional de Turismo-CNTur através da resolução normativa n. 23 de 1987 que substituiu o termo *ecolodge* por *hotéis de selva* o qual se integrava dentro da classificação de hospedagem ambiental e ecológico, porém esta resolução foi revogada pela Deliberação Normativa n. 360, de

16 de abril de 1996, que cancelou os conceitos de meio de hospedagem ambiental e ecológico, ou seja, a atual matriz hoteleira do Brasil não prevê essa conceituação de meios de hospedagem. Compreende-se que os hotéis de selva devem ter as mesmas características de sua antiga denominação – *ecolodges*.

Nelson e Pereira (2004) ressaltam:

Muitos empreendimentos de selva na região Amazônica se denominam de *lodges* e *ecolodges*. Pois o vocábulo “lodge”, considerado isoladamente, significa alojamento, porém, quando acrescido da partícula eco, adquire um significado mais restrito. Conforme Russell, Bottrill e Meredith (1995 *apud* NELSON, *op cit*, p. 321) “lodge” é um termo genérico e engloba os hotéis tradicionais localizados em áreas de belezas naturais (*nature-based lodge*) como hotéis de pesca, hotéis em estações de esqui, *resorts* de luxo, entre outros. Já “ecolodge” (*nature-dependent tourist lodge*) é uma rotulação utilizada para identificar os hotéis que baseiam suas atividades na natureza, seguindo a filosofia e os princípios do ecoturismo. Portanto, é essencial compreender que o fato de o estabelecimento estar localizado numa área natural ou ser denominado *lodge*/hotel ecológico/hotel de selva não é suficiente para fazê-lo ecoturístico.

Nelson e Pereira (2004) ressaltam que não existem critérios para os *ecolodges*, porém Halkins, Epler Wood e Bittmans (1995) concordam que muitas características pertinentes a estes equipamentos já são bem conhecidas:

- os *ecolodges* precisam ser projetados em harmonia com o ambiente natural e cultural da localidade, com base nos princípios da arquitetura sustentável;
- devem trabalhar em harmonia com a comunidade local oferecendo empregos e firmando contratos com fornecedores locais. Ressalta-se que tais empregos englobam, inclusive, funções que impliquem maior responsabilidade;
- devem minimizar o uso de fontes de energia não renováveis: sol, vento, água, entre outras;
- o ideal é que sejam construídos com matérias-primas locais. Quando possível, devem usar materiais reciclados. O uso de materiais não renováveis deve ser evitado;
- devem oferecer atividades baseadas na educação ambiental, com programas interpretativos para orientar e ensinar os visitantes sobre o ambiente natural e cultural local.

Outro dado relevante citado por Nelson e Pereira (2004, p. 325) é que os *ecolodges*, enquanto equipamentos ecoturísticos, devem ser projetados de acordo com as premissas da arquitetura sustentável. Seus projetos precisam conciliar um meio de vida menos consumista, e nem por isso menos confortável, com a proteção dos recursos, demonstrando que desenvolvimento e conservação podem andar juntos. Isto quer dizer que os prédios devem ser esteticamente prazerosos,

misturando-se, harmoniosamente, com o entorno, enfatizando a utilização de ecotécnicas. Quando isso acontece, o *ecolodge* e, conseqüentemente, o empreendedor, só tem a ganhar: a utilização da arquitetura sustentável protege o meio operacional do *ecolodge*, o que é vital para a operação. E, na opinião de Lindberg e Hawkins (2002), é essa proteção que vai determinar a segurança em longo prazo do investimento, a apreciação do visitante e a imagem do destino.

Reimberg (2005) destaca:

O *ecolodge* é um hotel de lazer que apresenta características específicas e adota uma filosofia particular, a qual o distingue dos demais. Os serviços oferecidos pelo *ecolodge* vão além da alimentação, da hospedagem e das atividades de lazer convencionais. Estas, em vez de serem realizadas em estruturas construídas pelo homem, como piscina, quadras poli esportivas e sauna, em geral acontecem no meio ambiente natural. O diferencial do produto *ecolodge* baseia-se, portanto, na construção e na ambientação do *ecolodge*, no caráter educacional e informativo das atividades de lazer oferecidas e na postura ética adotada ao ser administrado.

Vale (2003) afirma que os complexos de selva devem maximizar a difusão do desenvolvimento sustentável e contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da população local. Os *hotéis de selva* costumam privilegiar o meio em que estão inseridos com objetivo de minimizar os impactos sobre o ambiente. Este tipo de complexo deve se esforçar muito para manutenção dos recursos naturais, uma vez que estão inseridos no meio ambiente natural, com peculiaridades específicas de cada localidade (CAVALCANTE, 2001).

Cavalcante (2001) descreve que os *hotéis de selva* são de pequeno e médio porte e operam com pouca sofisticação e sua localização deve ser uma área de mata preservada. E destaca que este tipo de hotel é mais comum na Região Amazônica, em especial no Estado do Amazonas, pelas peculiaridades específicas da região.

Para a EMBRATUR (2002, p. 27):

hotéis de selva é um tipo de meio de hospedagem localizado em área densa ou de belezas naturais preservadas, construído com materiais característicos da região e com instalações simplificadas, que visa principalmente à integração do turista com o meio.

Andersen (2002) ressalta que empreendimentos ecoturísticos como *hotéis de selva* não devem possuir suítes excessivamente luxuosas, pela própria natureza

ecológica do produto. Estes empreendimentos devem ser projetados em harmonia com o ambiente natural e cultural local, utilizando os princípios do planejamento sustentável, minimizando o uso dos recursos energéticos e materiais de construção não-renováveis, dando preferência, sempre que possível, à utilização de materiais reciclados (REIMBERG, 2005).

Os *hotéis de selva* apresentam tipicidades estruturais que devem conjugar o conforto exigido, por grande parte dos turistas, com as características adequadas a um empreendimento ecoturístico. Assim, convencionou-se que hotéis dessa categoria devem obedecer a alguns princípios básicos, como afirma Vale (2003):

- a) utilização de técnicas, matérias e conceitos culturais compatíveis com o ambiente na construção;
- b) instalação e fabricação de mobília e acessórios preferencialmente com madeiras provindas do processo de manejo;
- c) utilização máxima da ventilação natural e fontes de energia alternativas, como a energia solar ou a eólica;
- d) movimentação mínima da terra para a instalação de tubulações;
- e) remoção de lixo e dejetos orgânicos ambientalmente de forma adequada;
- f) tratamento de água, antes de ser novamente lançadas aos rios.

Para Cavalcante (2001) os alojamentos de selva devem contribuir muito com as questões ecológicas, assumindo papel de agente educador, estimulando e promovendo um movimento ambientalista correto nos visitantes e funcionários, a partir de práticas ambientais corretas. Este mesmo autor declara que os *hotéis de selva* devem informar aos turistas de assuntos sobre a fauna e a flora, ecossistema, desmatamento, população local, situação-política-econômica do Estado, história e geografia, sendo os guias os responsáveis por esta transmissão.

Na definição de Nascimento (1999, *apud* VALE, 2003), os *hotéis de selva* são meios de alojamentos alternativos mais dispendiosos e, normalmente, mais confortáveis que os parques de campismo, constituídos por diversas unidades habitacionais, os quais devem dispor de camas, armários/estantes, banheiros, abastecimento de água de energias e lixeiras, baseando suas atividades na natureza, seguindo a filosofia e os princípios do ecoturismo. Este mesmo autor salienta que os produtos de *hotéis de selva* são serviços voltados ao ecoturismo, os quais podem ser definidos, em linhas gerais, como sendo: o pernoite com vários serviços adicionais, os quais procuram não só aproximar os turistas da natureza, mas também trazer uma mensagem de respeito e de conservação ambiental.

De acordo com orientações da OMT (1997, p. 29):

Os empreendimentos ecoturísticos devem assegurar o tratamento das águas servidas, construindo estações de depuração e evitar o lançamento de esgotos nos rios; limpar, proteger e conservar as áreas ecoturísticas; desenvolver estudos de impactos do turismo nos espaços naturais; determinar sua capacidade de carga, evitando as grandes aglomerações de turistas e as concentrações dos equipamentos.

A AMAZONASTUR (2004) salienta que os *hotéis de selva* se encontram em franca expansão, tendo a desvalorização do real em relação ao dólar o maior motivo do incremento do setor. Abreu (2001) argumenta que o crescimento dos *hotéis de selva* na região deve-se à elevação da atividade ecoturística no Brasil, despertando a atenção para a necessidade de preservação do meio ambiente. Entretanto, segundo o autor, ainda é insuficiente o tratamento dado às questões ambientais por estes estabelecimentos.

Reimberg (2005) ressalta que os hotéis de selva no Amazonas são bonitos e estão se expandindo, porém alguns complexos de selva não estão exercendo atividades coerentes com o meio natural o qual estão inseridos, pois detectou:

acúmulo de lixo dentro da área do hotel, sem o devido tratamento, uso indiscriminado de sabonetes e detergentes contaminando o solo e os rios, poluição sonora decorrente dos motores de barcos e dos geradores utilizados para o fornecimento de energia elétrica, uso de materiais (de construção e decoração) contrastantes e estranhos ao ambiente, ritos, lendas e costumes transformados em shows e explorados pelos hotéis, nenhuma participação da comunidade durante o processo de idealização do empreendimento, pouco ou inexistente retorno financeiro para a comunidade.

Para que os empreendimentos funcionem dentro dos padrões ecológicos, é necessário, segundo Vale (2003), que o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) organize uma normatização específica sobre gestão hoteleira, em meios de hospedagem ambiental e ecológico, exigindo um modelo adequado a essas especificações. Pois, segundo a autora, essa falta de norteamento estimula a experimentação e os descuidos quanto ao ambiente natural.

Abreu (2001) percebe pelos estudos que a implantação de equipamentos e os programas baseados no uso de recursos naturais, em sua maioria, são desenvolvidos sem o necessário controle de fiscalização, por isso alguns deles

causam uma série de impactos ao meio ambiente, comprometendo a sobrevivência de alguns ecossistemas.

Para evitar interferências desastrosas ao ambiente, Violi (2005) afirma que é necessário adotar medidas de controle para proteger os recursos naturais, porque o turismo de natureza se encontra em franca expansão, principalmente, em áreas como a Região Amazônica que vem atraindo um número significativo de turistas principalmente para os estabelecimentos de selva (AMAZONASTUR, 2004).

AMAZONASTUR (2004) enfatiza que os alojamentos de selva se localizam em municípios vizinhos a Manaus. Segundo esta empresa, existem nove estabelecimentos de selva cadastrados pela EMBRATUR. A AMAZONASTUR (2004) só não informou o número de complexos de selva não cadastrados pela EMBRATUR.

ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	UNIDADES HABITACIONAIS	LEITOS
Hotéis Regularizados	26	2.315	4.412
Hotéis Não Regularizados	64	1.165	2.360
Alojamentos de Selva Regularizados	9	459	1.163
TOTAL	99	3.939	7.935

Quadro 1: Quantidade de estabelecimentos urbanos e de selva no Estado do Amazonas (2004).
Fonte: Boletim de Ocupação Hoteleira-BOH (AMAZONASTUR, 2004).

Já no ano de 2003 existiam aproximadamente dez estabelecimentos de selva cadastrados pela EMBRATUR e nove não são cadastrados (AMAZONASTUR, 2003).

Tabela 1: Oferta de UHs e leitos nos estabelecimentos hoteleiros de selva no Amazonas no ano de 2003.

ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS	NÚMERO DE ESTAB	UNIDADES HABITACIONAIS	LEITOS
Alojamentos de Selva Cadastrados (1)	10	402	850
Alojamentos de Selva Não Cadastrados (2)	09	252	659
TOTAL	19	654	1.509

Fonte: Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH (AMAZONASTUR, 2003).

Dados da pesquisa da AMAZONASTUR (2003) referentes aos estabelecimentos de selva mostram que, no ano de 2003, o número de turistas registrados nos Hotéis e Alojamentos de Selva foi de 16.452, o que correspondeu a

um decréscimo de 35,26%, quando comparado com o mesmo período de 2002. No entanto, há uma aparente superestimação no período anterior a agosto de 2002.

A Taxa de Ocupação das Unidades Habitacionais-UH foi de 15,54%, a Taxa de Ocupação de Leitos foi de 12,74% e a permanência média desses turistas foi de 2 dias. Neste ano, foi inserida, neste segmento, a relação hóspede por unidade habitacional (RH), que está em 1,88 hóspedes por UH.

Estes números indicam que a taxa de ocupação de unidades habitacionais cresceu 12,45% em relação ao ano anterior. A taxa de ocupação de leitos também cresceu a 2,17% e, na permanência média, decresceram 7,41% (AMAZONASTUR, 2003).

Tabela 2: Quantidade de hóspedes, taxa de ocupação das unidades de hospedagens (UHS), leitos e permanência média nos anos de 2001, 2002 e 2003.

MESES	2001				2002				2003				
	Nº de Turistas	UHS (%)	Leitos (%)	P.M. (dias)	Nº de Turistas	UHS (%)	Leitos (%)	P.M. (dias)	Nº de Turistas	UHS (%)	Leitos (%)	P.M. (dias)	R.H.
JANEIRO	2.024	11,02	10,4	1,19	3.072	17,2	15,8	1,40	1.638	17,72	12,79	1,77	1,65
FEVEREIRO	3.283	19,85	18,7	2,05	3.655	22,0	20,1	1,35	1.248	14,79	11,74	1,89	1,81
MARÇO	3.392	18,63	17,4	1,92	2.909	17,2	14,9	1,35	1.426	13,28	11,20	1,71	1,93
ABRIL	2.882	16,70	15,3	1,95	2.607	15,2	13,8	1,29	998	11,24	9,49	1,96	1,93
MAIO	2.930	16,70	15,1	2,18	2.334	13,2	12,0	1,51	722	8,76	7,40	2,12	1,93
JUNHO	3.366	19,40	17,9	2,11	2.266	12,1	10,3	1,41	1.084	9,72	8,19	1,58	1,92
JULHO	3.303	18,20	17,0	2,00	3.821	20,0	16,8	1,60	1.894	20,36	16,69	1,92	1,87
AGOSTO	2.790	14,80	14,3	1,58	2.770	19,47	17,3	1,37	1.398	21,46	16,89	2,47	1,80
SETEMBRO	2.111	12,60	11,20	1,56	894	8,64	7,13	1,55	1.583	14,98	12,74	1,68	1,94
OUTUBRO	3.038	17,00	15,60	1,53	212	6,39	5,30	4,91	2.074	18,88	15,91	1,66	1,92
NOVEMBRO	3.256	18,50	17,30	1,29	186	6,01	4,91	4,89	1.235	16,45	13,87	2,28	1,93
DEZEMBRO	2.267	13,30	11,60	1,41	687	8,43	11,27	3,34	1.152	18,82	16,01	2,93	1,94
TOTAL ANUAL	34.642	16,39	15,15	1,73	25.413	13,82	12,47	2,16	16.452	15,54	12,74	2,00	1,88

Fonte: Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH (AMAZONASTUR, 2003).

Já no ano de 2004, o número de turistas registrados nos Hotéis e Alojamentos de Selva foi de 17.872 que, comparando com o mesmo período do ano anterior, houve um acréscimo de 8,63%. Na tabela abaixo, podemos observar os índices TOH (Taxa de Ocupação das Unidades Habitacionais), TOL (Taxa de Ocupação dos Leitos), TMP (Tempo Médio de Permanência) e RHH (Relação de Hóspedes por Unidade Habitacional).

Tabela 3: Quantidade de hóspedes, taxa de ocupação das unidades de hospedagens (UH'S), leitos e permanência média nos anos de 2002, 2003 e 2004.

MESES	2002					2003					2004				
	Nº de hóspedes	TOH	TOL	TMP	RHH	Nº de hóspedes	TOH	TOL	TMP	RHH	Nº de hóspedes	TOH	TOL	TMP	RHH
JAN.	3.072	17,20	15,80	1,40	1,48	1.638	17,72	12,79	1,77	1,65	1.585	14,45	14,05	2,75	2,21
FEV.	3.655	22,00	20,10	1,35	1,44	1.248	14,79	11,74	1,89	1,81	1.550	19,08	16,62	2,79	1,98
MAR.	2.909	17,20	14,90	1,35	1,38	1.426	13,28	11,20	1,71	1,93	1.322	13,35	11,15	2,31	1,90
ABR.	2.607	15,20	13,80	1,29	1,30	998	11,24	9,49	1,96	1,93	1.245	16,53	14,24	2,50	1,96
MAIO	2.334	13,20	12,00	1,51	1,31	722	8,76	7,40	2,12	1,93	1.184	13,46	11,49	2,09	1,94
JUN.	2.266	12,10	10,30	1,41	1,38	1.084	9,72	8,19	1,58	1,92	1.433	12,40	10,44	2,25	1,91
JUL.	3.821	20,00	16,80	1,60	1,42	1.894	20,36	16,69	1,92	1,87	1.957	16,97	14,15	2,27	1,90
AGO.	2.770	19,47	17,30	1,37	1,38	1.398	21,46	16,89	2,47	1,80	2.487	15,95	13,30	2,07	1,90
SET.	894	8,64	7,13	1,55	1,42	1.583	14,98	12,74	1,68	1,94	948	11,87	9,87	2,20	1,89
OUT.	212	6,39	5,30	4,91	1,30	2.074	18,88	15,91	1,66	1,92	1.298	15,53	13,10	2,24	1,92
NOV.	186	6,01	4,91	4,89	1,32	1.235	16,45	13,87	2,28	1,93	1.604	22,50	19,72	2,54	1,99
DEZ.	687	8,43	11,27	3,34	1,38	1.152	18,82	16,01	2,93	1,94	1.259	20,81	17,81	3,03	1,95
MÉDIA	2.118	13,82	12,47	2,16	1,38	1.371	15,54	12,74	2,00	1,88	1.489	16,08	13,83	2,42	1,95

Fonte: Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH (AMAZONASTUR, 2004).

A tabela três mostra o número total de turistas em 2002, 2003 e 2004, e os índices utilizados em respectivo estudo são distribuídos por mês. O volume total de turistas nos alojamentos de selva em 2004 foi de 1.489 hóspedes, um pouco superior ao ano de 2003, porém bem abaixo da quantidade registrada em 2002. A Taxa de Ocupação das Unidades Habitacionais (TOH) foi de 16,08 ocupações, valor superior do que foi registrado em 2003 e 2002. Taxa de Ocupação de Leitos (TOL) foi de 13,83% também superando os anos de 2003 e 2002. A Permanência Média desses turistas foi de 2,42 dias, levemente superior a 2003 e 2002. A Relação Hóspede por Unidade Habitacional (RH) foi de 1,95 hóspede por UH.

2.4.1 Características dos hóspedes que visitam os hotéis de selva

2.4.1.1 Características dos hóspedes brasileiros, segundo os estados emissores para Manaus em 2004

Entre os 2.989 hóspedes nacionais, 44% são provenientes do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Estes são os estados emissores

que mais enviaram turistas para os hotéis de selva do Amazonas. A Permanência Média desses hóspedes nacionais foi de 2,5 dias, a idade média foi de 41 anos e há um equilíbrio entre sexo masculino (51%) e feminino (48%), ressaltando que alguns hóspedes não fornecem esta informação, por isso a soma não alcança os 100%.

A viagem por motivo turístico corresponde a 89%, ou seja, a ampla maioria dos hóspedes nacionais que viaja para o Amazonas é para ficar nos hotéis de selva (AMAZONASTUR, 2004).

O meio de transporte mais utilizado é o avião com 75%, devido às dificuldades para se chegar à região por outro meio. A maioria dos hóspedes que visita o Amazonas nesse segmento são estudantes (12% dos hóspedes), 9% são engenheiros e 6,5% professores.

Tabela 4: Perfil dos turistas nacionais para os complexos de selva.

RESIDÊNCIA PERMANENTE	HÓSP.	P.M.	IDADE	SEXO		MOTIVO	TRANSP	PROFISSÃO
				MASC	FEM			
São Paulo	1.315	2,45	40,08	51,3	48,4	Turismo	Avião	Estudante
Rio de Janeiro	530	2,84	40,37	51,3	48,5	Turismo	Avião	Estudante
Paraná	194	3,13	41,42	53,1	46,9	Turismo	Avião	Estudante
Minas Gerais	168	2,61	42,03	51,8	47,6	Turismo	Avião	Engenheiro
Distrito Federal	135	2,27	40,76	47,4	52,6	Turismo	Avião	Funcionário Público
Rio Grande do Sul	130	2,10	44,09	60,8	39,2	Turismo	Avião	Estudante
Santa Catarina	79	3,13	42,80	41,8	55,7	Turismo	Avião	Empresário
Ceara	61	2,72	42,32	47,5	50,8	Turismo	Avião	Empresário/Aposentado
Bahia	60	2,55	44,41	50,0	50,0	Turismo	Avião	Estudante
Pernambuco	46	2,26	40,84	47,8	50,0	Turismo	Avião	Professor
Outros	271	1,78	40,47	51,3	47,6	Turismo	Avião	Estudante/Empresário
TOTAL	2.989	2,49	41,03	51,3	48,3	Turismo	Avião	Estudante

Fonte: Ficha Nacional de Registro de Hóspedes-FNRHs (AMAZONASTUR, 2004).

2.4.1.2 Características dos hóspedes estrangeiros, segundo os países emissores para Manaus em 2004

Os Estados Unidos permanecem como o país que mais turistas envia para o Amazonas, sendo responsável por 19,59% dos hóspedes internacionais da Hotelaria de Selva no Amazonas. A Itália é o segundo maior emissor (12,19%); em seguida Portugal (9,01%) dos hóspedes internacionais.

Tabela 5: Perfil dos turistas estrangeiros para os complexos de selva.

RESIDÊNCIA PERMANENTE		P.M.	IDADE	SEXO		MOTIVO	TRANSP	PROFISSÃO
				MASC.	FEM.			
Estados Unidos	1.581	3,69	43,78	51,2	48,2	Turismo	Avião	Estudante
Itália	984	2,53	46,00	54,4	44,8	Turismo	Avião	Aposentado
Portugal	727	2,93	45,55	47,2	52,5	Turismo	Avião	Estudante
Espanha	640	2,43	40,21	54,1	45,3	Turismo	Avião	Médico
Inglaterra	485	2,90	40,07	56,1	42,7	Turismo	Avião	Estudante
França	431	3,06	48,50	52,9	45,5	Turismo	Avião	Aposentado
Alemanha	355	2,98	43,44	55,2	39,4	Turismo	Avião	Estudante
Japão	270	1,97	43,55	46,3	53,0	Turismo	Avião	Doméstica
Canadá	221	3,15	51,89	46,6	52,9	Turismo	Avião	Aposentado
Áustria	221	2,30	41,07	48,9	44,3	Turismo	Avião	Aposentado
Outros	2.154	2,68	41,68	50,2	46,8	Turismo	Avião	Estudante
TOTAL	8.069	2,88	42,12	51,4	46,9	Turismo	Avião	Aposentado

Fonte: Ficha Nacional de Registro de Hóspedes–FNRHs (AMAZONASTUR, 2004).

A Permanência Média desses turistas foi de 2,88 dias; a Idade Média é de 42,12 anos e há um equilíbrio entre sexo masculino (51%) e feminino (47%), ressaltando que alguns hóspedes não fornecem esta informação, por isso a soma não alcança os 100%.

O principal Motivo de Viagem dos hóspedes estrangeiros é o Turismo (92,16%); o Meio de Transporte mais utilizado é o avião (63,08%) e os aposentados votaram a ser maioria entre os emissores internacionais com 9,20% dos hóspedes, em segundo os estudantes (8,11%) e os Professores (5,70%).

O Público estrangeiro procura visitar a região amazônica de abril a novembro, pois durante este período há uma diminuição no volume de chuvas. O turista estrangeiro passa mais tempo nas localidades com recursos naturais do que na própria capital do estado do Amazonas. Para reverter esta situação o governo do estado do Amazonas vem provendo atrações como: Festival de Ópera, Festival de Cinema, entre outros.

3 METODOLOGIA

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A região Amazônica situa-se em zona tropical, sendo caracterizada por uma floresta densa e exuberante, com alta pluviosidade. Ela integra o maior bioma brasileiro e se estende por quase todo território nacional (49,29%). O estado do Amazonas possui alguns dos maiores rios brasileiros como o *Negro*, o *Solimões* e o *Amazonas*, tendo este último 6.8885 km de extensão, despejando, no oceano, 20% de toda a água doce do planeta (VANDERLEI, 2004). Segundo Sioli (1990) existem cerca de 1,5 a 2 milhões de espécies vegetais e animais, das quais foram descritas e classificadas no máximo 500.000, que representam um dos ecossistemas mais diversificados e mais complexos que se conhece sobre a Terra.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA 2006) destaca que os ecossistemas da região Amazônica são: matas de terra firme³, florestas inundadas, várzeas⁴, igapós⁵, campos abertos e cerrados. Conseqüentemente, a Amazônia abriga uma infinidade de espécies vegetais e animais: três mil espécies de peixes; 950 tipos de pássaros; e ainda insetos, répteis, anfíbios e mamíferos. Segundo o Ministério do Meio Ambiente – (MMA 2006) há espécies da fauna que se encontra em extinção na região, como no grupo das aves as quais são denominadas popularmente de: Maçarico-esquimó, Trinta-reis-real e Bicudo e entre os mamíferos: Gato-do-mato, Cachorro-vinagre, Gato-maracajá, Onça-pintada, Ariranha, Macaco-aranha, Macaco-de-cheiro, Uacari-branco, Peixe-boi-da-Amazônia, entre outros.

O IBAMA (2006) destaca que o uso e a ocupação do solo da Amazônia são caracterizados pelo extrativismo vegetal e animal, incluindo a extração da madeira,

³ **Terra Firme** - Situadas em terras altas, distantes dos rios, sujeitas a alterações. São formadas por árvores alongadas e finas, apresentando espécies como a castanha-do-pará, o cacaueteiro e as palmeiras. Possuem grande quantidade de espécies de madeira de alto valor econômico.

⁴ **Várzea** - São próprias das áreas periodicamente inundadas pelas cheias dos rios. Apresentam maior variedade de espécies. É o habitat da seringueira e das palmáceas. São próprias das áreas periodicamente inundadas pelas cheias dos rios. Apresentam maior variedade de espécies. É o habitat da seringueira e das palmáceas.

⁵ **Igapó** - Situam-se em áreas baixas, próximas ao leito dos rios, permanecendo inundadas durante quase o ano todo. As árvores são altas, com raízes adaptadas às regiões alagadas. A vitória-régia é muito comum nestas matas.

pela pecuária, por madeiras e pela agricultura de subsistência, bem como pelo cultivo de espécies vegetais arbustivo-arbóreas. A produção de grãos recobre parcelas contínuas expressivas. A mineração e o garimpo (atividades pontuais) e a infra-estrutura regional (atividades pontuais e lineares) também são responsáveis pela alteração dos ecossistemas naturais. Nos arredores de núcleos urbanos e áreas de ocupação mais antigas, uma boa parte das terras, outrora desmatadas, encontra-se recoberta ou por capoeiras ou por florestas nativas em seus vários estágios de crescimento e regeneração. Estima-se que 15% da Amazônia já foi desmatada. Nessa região, existe a maior diversidade étnica do Brasil, com aproximadamente trezentas etnias.

3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA

O estado do Amazonas, pela abundância e diversificação dos recursos naturais, foi um dos pioneiros no país a implantar complexos hoteleiros de selva. Estes hotéis foram criados no final da década de 70 e início dos anos 80 do século XX. Atualmente, existem nove empreendimentos considerados *hotéis de selva* os quais estão cadastrados na EMBRATUR, segundo a Secretaria de Turismo do Estado do Amazonas (AMAZONASTUR, 2004). Desses nove hotéis, cinco foram selecionados para a pesquisa (Aldeia dos Lagos, Ariaú, Ecopark, Guanavenas e Tiwa). A escolha destes empreendimentos foi efetuada tendo como critério o uso do termo *hotel de selva* em meios de divulgação (*sites* na internet, revistas, jornais e Folhetins) (Anexo 1, 2, 3, 4 e 5). Aos hotéis selecionados foram atribuídos números (Quadro 2) e serão mencionados por estes ao longo do texto.

EMPREENHIMENTO	NÚMERO
Aldeia dos Lagos	1
Ariaú	2
Ecopark	3
Guanavenas	4
Tiwa	5

Quadro 2: Número atribuído aos hotéis de selva da região Amazônica escolhidos para o estudo.

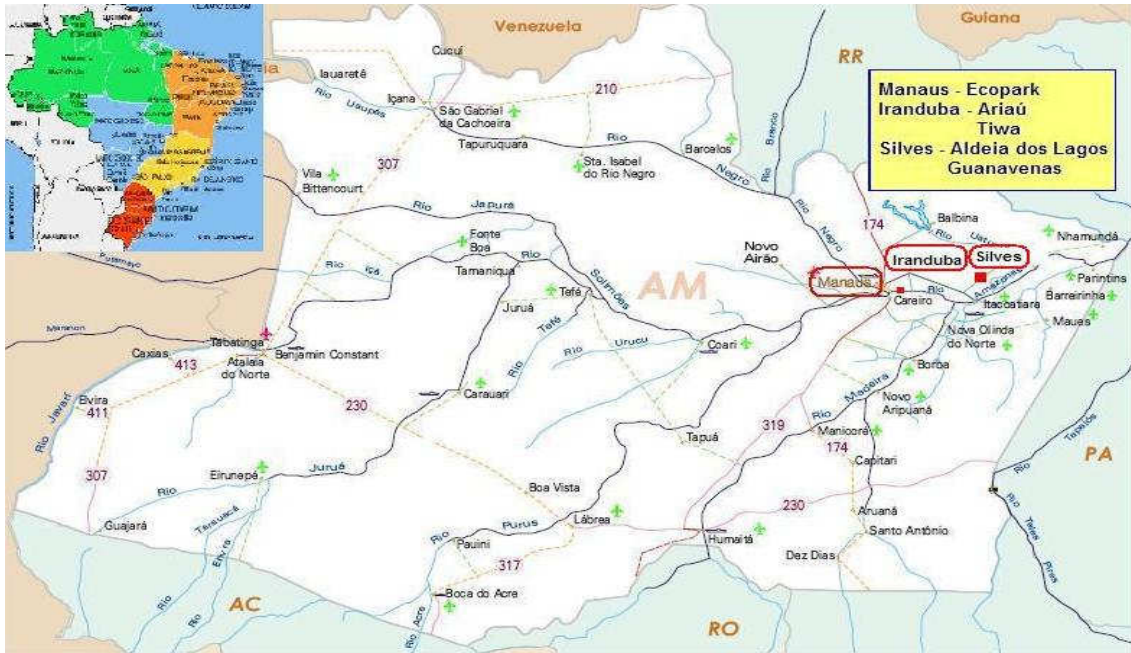


Figura 1: Localização do Estado do Amazonas.

Fonte: Retirado de www.transportes.gov.br/bit/estados/port/am.htm - 1k. Acesso 29 set 2006.

O termo *hotel de selva* foi criado pela EMBRATUR e pelo Conselho Nacional de Turismo-CNTur através da resolução normativa n. 23 de 1987 que substituiu o termo *ecolodge* a ser usado para todo empreendimento com classificação de hospedagem ambiental e ecológica. Esta resolução foi, entretanto, revogada pela Deliberação Normativa n. 360, de 16 de abril de 1996, que cancelou os conceitos de meio de hospedagem ambiental e ecológico (Anexo 6). A atual matriz hoteleira do Brasil não prevê mais a classificação de meios de hospedagem ambiental e ecológica (VALE, 2003). A Secretaria de Turismo do Estado do Amazonas-AMAZONASTUR (2004), entretanto, continua utilizando a classificação ambiental e ecológica para cadastramento dos empreendimentos, mesmo após ter sido revogada pela Deliberação Normativa n. 360.

Russel, Botrill e Meridth (1995, *apud* REIMBERG, 2005) salientam que *ecolodges* são alojamentos turísticos que estão em harmonia com o meio natural, oferecendo ao turista uma experiência educacional e participativa que é desenvolvida e administrada de uma maneira ambientalmente sensível, para proteger o ambiente em que opera. Nelson e Pereira (2004) afirmam que *ecolodges* é uma rotulação utilizada para identificar os hotéis que baseiam suas atividades na natureza, seguindo a filosofia e os princípios do ecoturismo.

A definição de *lodges* e *ecolodges* apresentada em Russel *et al.* (1995, *apud* REIMBERG, 2005) foi incorporada pelo mercado turístico e, desta forma, as características de hotéis *ecolodges* será adotada neste estudo para definir hotéis de selva, pelo motivo de não existir um sistema de classificação de meios de hospedagem ambiental. Aqueles que não atendem a estas características serão classificados como *lodges*, que conforme Russell, Bottrill e Meredith (1995 *apud* NELSON, *op cit*, p. 321) “*lodge*” é um termo genérico e engloba os hotéis tradicionais localizados em áreas de belezas naturais (*nature-based lodge*) como hotéis de pesca, hotéis em estações de esqui, *resorts* de luxo, entre outros. Já “*ecolodge*” (*nature-dependent tourist lodge*) é uma rotulação utilizada para identificar os hotéis que baseiam suas atividades na natureza, seguindo a filosofia e os princípios do ecoturismo. As características de hotéis *lodges* e *ecolodges* especificadas por Russel *et al.* (1995, *apud* REIMBERG, 2005) são mostradas no Quadro 3.

LODGES	ECOLOGES
1. Luxo	1. Conforto básico necessário
2. Estilo genérico	2. Estilo de características únicas
3. Foco em descanso e lazer	3. Foco em atividades educacionais
4. Atividades baseadas nos equipamentos; p. ex.: golfe, tênis, piscina, ginásios.	4. Atividades baseadas na natureza e recreação; p.ex. caminhadas, mergulho, cavalgadas, canoagem.
5. Desenvolvimento isolado	5. Desenvolvimento integrado ao meio local
6. Propriedade de grupos/consórcios	6. Propriedade individual
7. Lucratividade baseada na alta capacidade, serviços e preços.	7. Lucratividade baseada em projeto arquitetônico estratégico, localização baixa capacidade, serviços e preços.
8. Investimento de grande porte	8. Investimento pequeno e moderado
9. Principais atrativos são os equipamentos e o entorno	9. Principais atrativos são o entorno e os equipamentos
10. Refeições gastronômicas, serviços e apresentação.	10. Serviços e refeições bom-caseiros, freqüentemente com influência cultural.
11. Adota marketing de grupo/cadeia de hotéis	11. Marketing individual
12. Os guias e intérpretes da natureza não existem ou representam uma parte menor da operação	12. Os guias e intérpretes da natureza são os focos da operação.

Quadro 3: Características dos empreendimentos definidos como *Lodges* e *Ecolodges* baseadas em Russel *et al.* (1995, *apud* REIMBERG, 2005).

Fonte: Adaptado de Russell, Bottrill e Meredith (*apud* REIMBERG, 2005).

O tamanho dos empreendimentos foi determinado neste estudo como hotéis de pequeno porte aqueles que possuem de 1 a 30 Unidades Habitacionais (UH), médio porte 31 a 60 UH e grande porte acima de 61 UH.

3.3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Esta pesquisa é descritiva de caráter qualitativo e os procedimentos técnicos são consulta bibliográfica, documental e estudo de caso. O inventário em campo foi feito em duas etapas: a primeira foi realizada em dezembro de 2004, janeiro e fevereiro de 2005 e a segunda efetuada em fevereiro e março de 2006. Os instrumentos utilizados nestas etapas foram: bloco de anotações, gravador, máquina fotográfica e entrevistas estruturadas.

As informações a respeito das atividades dos hotéis, obtidas na primeira etapa por meio de visita *in loco* (Apêndice 1) aos cinco empreendimentos, foi feita a partir da observação do próprio pesquisador. Durante a visita foram investigados os seguintes aspectos: tamanho do complexo, destino dos resíduos, identificação dos gestores, análise das atividades de entretenimento, verificando se estão baseadas na natureza e se são educacionais. Nesta primeira etapa foi possível realizar uma avaliação prévia dos habitantes das comunidades do entorno que incluiu os municípios de Silves, Iranduba, comunidade do Tarumã que fica no município de Manaus e comunidade do Ariaú o qual fica na divisa do município de Iranduba e Manacapuru. Durante a visita *in loco* nestas localidades, procurou-se identificar os aspectos econômicos e culturais e avaliar como se procedia a integração das comunidades com os estabelecimentos hoteleiros ao entorno, como base para elaborar o instrumento de pesquisa.

Na segunda etapa foi feita a entrevista estruturada com gestores (Apêndice 2), acrescida de conversa informal onde se questionou a respeito das Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo, o entrosamento dos empreendimentos com as localidades ao entorno, entre outros. Os gestores entrevistados foram os proprietários dos hotéis 2, 3 e 4 e os gerentes dos hotéis 1 e 5 (Quadro 2). Nesta entrevista foram obtidas informações sobre o complexo, o relacionamento com as comunidades do entorno, a procedência e treinamento dos funcionários, tipo de construção, problemática dos resíduos, perfil dos turistas, atividades de entretenimento e Ações Estratégicas de Ecoturismo. Com os funcionários foi feito um questionamento informal, onde foi avaliado o tipo de trabalho que eles desempenham no hotel, cidade de origem, grau de satisfação, capacitação e conhecimento a respeito de ecoturismo. Foram contatados quatro

funcionários em cada empreendimento, os quais desempenham funções de guias, camareiras, recepcionistas, cozinheiros, entre outros. Nesta segunda etapa foi possível, ainda, rever os itens avaliados nos complexos quando da visita *in loco*, realizada na primeira etapa.

Durante a segunda etapa, questionou-se a respeito do entrosamento da comunidade com o hotel e com os turistas, do conhecimento sobre ecoturismo, se possuíam curso profissionalizante na área de turismo e a origem da renda familiar, entre outros (Apêndice 3). A amostra foi probabilística aleatória em residências e estabelecimentos comerciais (mercearias, bares e lanchonetes) e reuniões de amigos em praças públicas. As pessoas entrevistadas eram maiores de idade e a maioria chefes de família. Foi entrevistado um total de 88 pessoas, sendo 28 habitantes do município de Silves, 15 da comunidade do rio Ariaú, 15 na comunidade do Tarumã, 15 na comunidade do Caniço e 15 no município de Iranduba.

Por meio da análise feita nas duas etapas foi realizada uma descrição dos complexos de selva, mencionando localização, tamanho, tipo de construção, atrativos e outros. As Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994, p.24) foram empregadas como critério de classificação e avaliação dos hotéis do estudo.

A partir dos inventários em campo, visita *in loco* e entrevistas com gestores, funcionários e a comunidade do entorno, foi avaliado o grau de adequação que os hotéis adotam em relação às Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (Quadro 4).

1. Regulamentação do Ecoturismo:	Dotar o segmento do ecoturístico de estrutura legal própria harmonizada com as esferas federais, estaduais e municipais, e de critérios e parâmetros adequados;
2. Fortalecimento e Interação Interinstitucional:	Promover a articulação e o intercâmbio de informações e de experiências entre os órgãos governamentais e entidades do setor privado;
3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos:	Fomentar a formação e a capacitação de pessoal para o desempenho de diversas funções pertinentes à atividade de ecoturismo;
4. Controle de Qualidade do Produto Ecoturístico:	Promover o desenvolvimento de metodologias, modelos e sistemas para acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da atividade de ecoturismo, abrangendo o setor público e privado;

5. Gerenciamento de Informações:	Realizar o levantamento de informações, a nível nacional e internacional, visando à formação de um banco de dados e a obtenção de indicadores para o desenvolvimento do ecoturismo;
6. Incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo:	Promover e estimular a criação e a adequação de incentivos para o aprimoramento de tecnologias e de serviços, a ampliação da infra-estrutura existente e a implementação de empreendimentos ecoturísticos;
7. Implantação e Adequação de Infra-Estrutura:	Promover e estimular a criação e a adequação de incentivos para o aprimoramento de tecnologias e de serviços, a ampliação da infra-estrutura existente e a implementação de empreendimentos ecoturísticos;
8. Conscientização e Informação do Turista:	Divulgar aos turistas atividades inerentes ao produto ecoturístico e orientar a conduta adequada nas áreas visitadas;
9. Participação Comunitária:	Buscar o engajamento das comunidades localizadas em destinos ecoturísticos, potenciais e existentes estimulando-as a identificar no ecoturismo uma alternativa econômica viável.

Quadro 4: Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994).
Fonte: EMBRATUR (1994).

As ações 5 e 6 (Quadro 4) foram desconsideradas neste estudo, uma vez que estas ações se referem aos deveres ecoturísticos das esferas federal, estadual e municipal.

A classificação foi determinada através de atribuição de conceito às Ações Estratégicas 1, 2, 3, 4, 7 e 8 da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) como segue no (Quadro 5).

CONCEITOS	DESCRIÇÃO
3 = A	A ação vem sendo cumprida de forma adequada pelo complexo;
2 = AP	A ação vem sendo cumprida parcialmente;
1 = NA	Esta ação não vem sendo cumprida.

Quadro 5: Conceito atribuído às Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo.
Fonte: EMBRATUR, 1994.

As ações 1, 2 e 4 (Quadro 4) foram analisadas por meio da opinião dos gestores dos hotéis. O somatório dos conceitos (Quadro 5) atribuídos às ações 1, 2 e 4 possibilita classificar os empreendimentos conforme o (Quadro 6).

CONCEITOS	DESCRIÇÃO
9 até 7= A	As estratégias estão sendo alcançadas totalmente no que competem as esferas federal, municipal e estadual, ou seja, significa que os gestores se mostram satisfeitos;
6 até 4 = AP	As estratégias vêm sendo desenvolvidas parcialmente no que competem às esferas federal, municipal e estadual, ou seja, significa que os gestores não se mostram plenamente satisfeitos.
3 = NA	As estratégias não vêm sendo desenvolvidas no que compete às esferas federal, municipal e estadual, ou seja, significa que os gestores não estão satisfeitos.

Quadro 6: Conceito atribuído às Ações Estratégicas 1, 2 e 4 da Política Nacional de Ecoturismo.
Fonte: EMBRATUR, 1994.

À ação 3 (Quadro 4) foi atribuído o conceito de 1 a 3, como referido no Quadro 5. Esta ação compete também às esferas públicas, pois estas têm o papel de capacitar os funcionários, como também criar programas educativos, seminários e cursos técnicos voltados para área de ecoturismo. Entretanto, no estudo, buscou-se avaliar se os gestores procuram capacitar os seus funcionários como também as comunidades a aprimorar seus conhecimentos a respeito da atividade ecoturística.

As ações 7 e 8 (Quadro 4) serviram de base para identificar as estratégias que competem aos gestores como: os estabelecimentos foram construídos em harmonia com o meio natural e se as atividades que desenvolvem repassam conhecimento a respeito da conservação ambiental. É fundamental que os complexos tenham suas construções de acordo com o local onde estão inseridos. Estes estabelecimentos devem promover um clima acolhedor, que corresponda às expectativas dos turistas, cujo objetivo seria o de usufruir um cenário natural e selvagem. As instalações podem ajudar juntamente com o cenário natural a transmitir uma mensagem de respeito e conservação ambiental. A análise das ações 7 e 8 foram avaliadas observando os itens básicos seguintes, os quais foram levantados durante a visita *in loco* aos empreendimentos na primeira e na segunda etapa.

- a) promovem e incentivam investimentos na conservação dos recursos culturais e naturais utilizados;
- b) impulsionam e desenvolvem turismo com bases sustentáveis cultural e ecologicamente;

- c) empregam técnicas, matérias e conceitos culturais compatíveis com o ambiente na construção;
- d) instalam e fabricam mobílias e acessórios preferencialmente com madeiras provindas do processo de manejo;
- e) utilizam sistema de ventilação natural e fontes de energia alternativas, como a energia solar ou a eólica;
- f) removem o lixo e dejetos orgânicos de forma ambientalmente adequada;
- g) fazem com que a conservação beneficie as comunidades envolvidas;
- h) contribuem para a conscientização ambiental dos turistas por meio das instalações dos complexos e das atividades de recreação;
- i) os guias que trabalham nestes estabelecimentos prestam esclarecimentos prévios ao turista quanto ao respeito ao meio natural, assim como a comunidade a ser visitada.

O somatório (Quadro 5) atribuído aos itens (a, b, c, d, e, f, g, h, i) salientados no parágrafo acima classificam os empreendimentos conforme o Quadro 7.

CONCEITOS	DESCRIÇÃO
27 até 22 = A	O empreendimento se encontra dentro dos padrões ecoturísticos.
21 até 16 = AP	O empreendimento se encontra parcialmente dentro dos padrões ecoturísticos.
Abaixo de 15 = NA	O empreendimento se encontra fora dos padrões ecoturísticos.

Quadro 7: Conceito atribuído às Ações Estratégicas 7 e 8 da Política Nacional de Ecoturismo. Fonte: EMBRATUR, 1994.

A ação 9 (Quadro 4) ressalta o envolvimento da comunidade com a atividade ecoturística e foi avaliada pela entrevista feita aos membros das comunidades (Anexo 5). Esta ação foi classificada com base em Ashley e Roe (1998 *apud* NELSON e PEREIRA, 2004, p. 192). O Quadro 8 apresenta os níveis de participação da comunidade em relação aos hotéis.

CONCEITO	DESCRIÇÃO
Passiva	A comunidade não participou do sistema de elaboração do empreendimento como também não participa do sistema de operação, ou seja, não existe uma integração dos gestores e dos turistas com a comunidade.
Ativa	A comunidade não participou do sistema de elaboração do complexo, mas participa parcialmente do sistema operacional do empreendimento, ou seja, nem todas as pessoas desta comunidade são integradas. Entretanto, a comunidade sabe da importância de se preservar o meio ambiente.
Efetiva	A comunidade participou do processo de elaboração do empreendimento e integrada no sistema operacional e há um sistema de participação dos gestores e dos turistas com a comunidade.

Quadro 8: Classificação do envolvimento das comunidades com os hotéis de selva, baseado na Ação Estratégica 9 da Política Nacional de Ecoturismo.

Fonte: EMBRATUR, 1994.

Os conceitos atribuídos aos hotéis de selva (Quadros 5, 6, 7, 8) com base nas ações estratégicas (Quadro 4) permitiram identificar, no Quadro 9, em que grau os empreendimentos de selva estudados adotam as Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) e possuem características de hotéis de selva.

CONCEITO	DESCRIÇÃO
3A + Efetiva	O empreendimento só trabalha com base nas ações estratégicas e sua característica é de hotel de selva ;
2A + 1AP + Efetiva	O empreendimento procura adotar as ações ecoturísticas, porém os usos de algumas não dependem só do complexo e sim do trabalho dos órgãos turísticos. O perfil do empreendimento é de hotel de selva ;
2AP + 1A + Ativa ou 3AP + Ativa	O empreendimento procura trabalhar parcialmente dentro das ações ecoturísticas e possui padrões hotéis lodges e de selva ;
2AP + 1NA + Passiva	O empreendimento não utiliza devidamente as ações ecoturísticas e possui padrões lodges ;

Quadro 9: Classificação geral dos empreendimentos de natureza com base nas Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo.

Fonte: EMBRATUR, 1994.

4 RESULTADOS

4.1 DESCRIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

Empreendimento 1 – Hotel Aldeia dos Lagos



Figura 2: Empreendimento Aldeia dos Lagos, Município de Silves, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

Este complexo de selva fica localizado no município de Silves que é uma ilha situada a 350 km de Manaus, no lago do Canaçari, formado pela confluência de cinco tributários do rio Amazonas: Rio Urubu, Rio Itabani, Rio Sanabani, Igarapé do Açu e Igarapé Ponta Grossa. Este município está localizado numa região de várzea, nome usado para designar a área à margem dos rios que fica inundada durante a estação das cheias (janeiro a junho). Na seca (julho a dezembro) as águas baixam e as belas praias de areia branca aparecem. O município de Silves é um dos mais antigos da Amazônia, sendo originário de uma missão indígena fundada em 1663.



Figura 3: Placa de identificação do empreendimento Aldeia dos Lagos, Silves, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

Este empreendimento foi inaugurado em 1996 e contou com o apoio da *World Wide Foundation* (WWF), uma organização não-governamental e do governo da Áustria. Este complexo é pequeno, com condições de alojar até 40 pessoas já que as unidades habitacionais são grandes, podendo abrigar mais leitos. Ele possui um módulo central, com administração, loja, lavanderia, cozinha e restaurante; dois módulos para hóspedes com seis suítes cada.

No próprio hotel está localizada a sede da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural-ASPAC. Esta associação é uma organização não-governamental criada pela comunidade local a qual administra o hotel dentro dos padrões ecoturísticos com auxílio da Cooperativa de Turismo da Amazônia-COOPTUR, que foi criada com apoio da ASPAC.

As atividades de entretenimento do hotel estão relacionadas às seis opções de passeios em canoa motorizada para observar os igapós, fauna e flora aquática, caminhadas nas trilhas, visita às casas da população local onde o visitante vivencia os costumes por meio da gastronomia, lendas amazônicas, pesca artesanal e fabricação de farinha. O público que mais visita o empreendimento, segundo o gestor, são Italianos.

Empreendimento 2 – Hotel Ariaú



Figura 4: Hotel de selva Ariaú, Município de Iranduba, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

O complexo está localizado na região do Paraná do Ariaú, que faz uma ligação entre o Rio Negro e o Solimões. Está localizado a 60 km de Manaus por via fluvial e este está instalado no município de Iranduba.

A idéia para implantação do hotel se originou quando o gestor conversava com o documentarista Jacques Cousteau, que esteve na região na década de 80 e ficou, aproximadamente, um ano para fazer um documentário a respeito da Amazônia. Estas conversas no terraço do hotel Mônaco, do mesmo proprietário do empreendimento de selva 2, onde o documentarista estava instalado, ajudou o empreendedor do hotel 2 a implantar um empreendimento de selva que aproximasse o homem e o meio ambiente. O projeto arquitetônico foi idealizado pelo próprio gestor com ajuda de um de seus administradores que trabalha no complexo há mais de vinte anos. Este hotel de selva está em constante evolução segundo o empreendedor.



Figura 5: Chalé com piscina privada do hotel Ariaú, Município de Iranduba, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.



Figura 6: Unidades Habitacionais do hotel Ariaú, Município de Iranduba, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

Este estabelecimento é um dos maiores empreendimentos referidos como hotel de selva da região Amazônica, com 365 unidades habitacionais (UH), sendo que algumas delas possuem piscina privativa. As UH ficam divididas por torres e chalés. Nas torres, estão distribuídos os apartamentos e as suítes. Os apartamentos são equipados com camas, ventilador, frigobar, banheiro com chuveiro, pequena varanda, armário e sofá. As suítes são mais confortáveis, pois possuem banheiros maiores, televisor, frigobar, sofá-cama. Existe, ainda, uma suíte denominada de suíte cósmica que possui televisor, computador, fax, bar, sofá-cama, estante, aparelho de som e alguns instrumentos de ginástica.



Figura 7A e 7B: Atrativos (carros de golfe e piscina), Município de Iranduba, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.



Figura 8A, 8B e 8C: Atrativos (heliporto, pirâmide e bicicletas), Município de Iranduba, Amazonas.

Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

Além do mais o complexo possui dois restaurantes, sendo que um é especializado em comidas internacionais, uma capela, 8 km de passarela de concreto para transitarem carros de golfe e bicicletas, orquidário, uma pirâmide para ajudar os hóspedes a meditar, dois heliportos, piscinas, auditório, quadra poliesportiva, duas torres de observação, entre outros. O estabelecimento possui oito torres que são ligadas por passarelas que conduzem à administração central.

As atividades de entretenimento oferecidas pelo hotel são: caminhadas nas trilhas, passeios de canoa, focagem de jacaré, pescaria, passeio de helicóptero, entre outros.

Entre o público que visita este estabelecimento predominam os estrangeiros. O complexo já chegou a receber 1.600 turistas por mês e várias personalidades importantes como os monarcas da Holanda, da Suécia e Espanha, astros de Hollywood, as pessoas mais ricas do mundo e vários artistas nacionais. O hotel também serviu de espaço para sediar o programa *Big Brother* espanhol durante três meses.

Empreendimento 3 – Hotel Ecopark



Figura 9: Empreendimento Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

Este hotel de selva fica localizado às margens do igarapé Tarumã Açu, afluente da margem esquerda do Rio Negro. Fica a aproximadamente uma hora do aeroporto de Manaus (incluindo 30 minutos de navegação) e está em plena floresta Amazônica, sendo uma das vantagens, pois os turistas não precisam esperar nos hotéis urbanos, podendo ir direto para o empreendimento.

As atividades do empreendimento iniciaram em 1997, nos últimos anos (2005 e 2006) o hotel recebeu grandes personalidades do mundo econômico que exigem exclusividade no empreendimento, segurança, serviços de cama e banho novos e discrição.



Figura 10: Bangalôs e leitos do Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

O empreendimento 3 possui 60 UH distribuídas em 20 bangalôs com capacidade de alojar até 120 pessoas, tendo ao redor diferentes tipos de vegetação, córregos com águas límpidas e dez quilômetros de trilhas de selva. Estas UH estão equipadas com camas de solteiro ou de casal, ventilador, ar-condicionado, armário e banheiro.

O complexo possui um píer (atracadouro para barcos de pequeno, médio e grande porte); uma recepção com área para check-in e check-out separadas com sala de estar, banheiro feminino e masculino, bar panorâmico (que atende também a praia), um restaurante em forma de uma grande maloca indígena com capacidade para até 140 pessoas, um lugar para descanso conhecido como reidário, loja de souvenirs, cozinha industrial (aberta à visitação dos hospedes), quatro piscinas naturais, praia privativa ( nica da região que permanece fora do rio mesmo durante a cheia) e um orquidário (aproximadamente 70 espécies, 250 orquídeas), assim como canteiro de plantas medicinais e de hortaliças.



Figura 11: P ier do Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.



Figura 12: Praia privada do Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.



Figura 13: Restaurante do Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

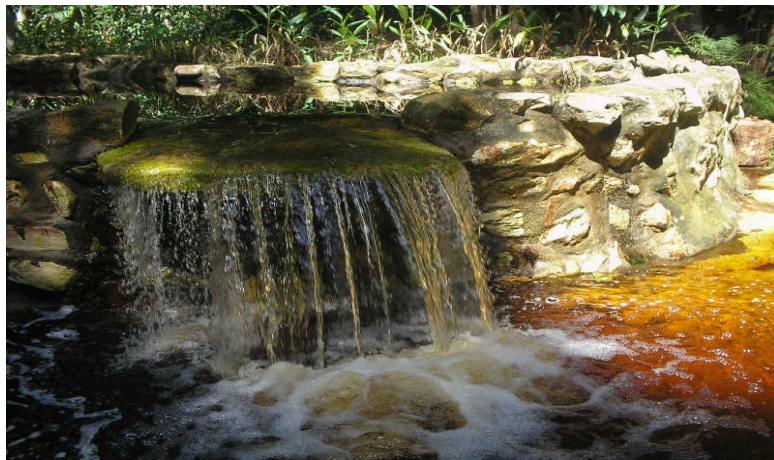


Figura 14: Piscina natural do Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.



Figura 15: Aves regionais, Hotel Ecopark, Município de Manaus, Amazonas.

Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

As atividades de lazer oferecidas pelo empreendimento são: caminhadas nas trilhas, focagem de jacaré, passeio de canoa, banho nas piscinas naturais, pescaria, visita à casa de ribeirinhos, passeio na ilha dos macacos.⁶ As aves regionais embelezam o cenário natural, pois algumas aves conhecidas popularmente como araras estão sempre sobrevoando próximo dos turistas.

A culinária é bastante variada, mas a administração procura oferecer produtos da região. No café é servido tapioca, bolo de macaxeira, banana frita, mingau de banana pacovam (banana típica da região), tucumã e pupunha (frutas típicas da Amazônia) entre outras. Já no almoço e jantar são oferecidos pratos à base de peixe e também carnes e frangos. Caso o turista não aprecie a culinária local, os cozinheiros estão preparados para servir pratos da cozinha internacional.

Segundo o proprietário, o público-alvo são os estrangeiros (99%) e apenas 1% são turistas brasileiros. A maioria dos turistas internacionais provém da Alemanha, Itália, Índia, França e EUA.

⁶ Estes macacos são apreendidos pelo IBAMA e são levados para esta ilha onde são tratados por biólogos e veterinários. Esta ilha não fica próxima das UH.

Empreendimento 4 – Hotel Guanavenas



Figura 16: Empreendimento Guanavenas, Município de Silves, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

O estabelecimento de selva fica localizado no município de Silves que é uma ilha que está situada a 350 km de Manaus. Partindo de Manaus, a viagem até o complexo dura em média quatro horas, sendo realizada por vias terrestre e fluvial. As duas primeiras horas são por estrada pavimentada, posteriormente mais uma hora e meia em estrada de barro e, por último, uma travessia (30 minutos), em balsa ou barco, pelo lago Canaçari.

A idéia para a implantação do empreendimento começou quando o proprietário era um aviador, que levava os turistas para um passeio aéreo pela Floresta Amazônica. Por meio deste trabalho, ele percebeu que estes turistas gostariam de estar mais próximo da biodiversidade Amazônica. Então, no ano de 1978, o empreendedor vendeu alguns bens em Manaus e iniciou a construção do hotel no município de Silves, o qual não tinha nem energia elétrica que só veio a existir quando o gestor do empreendimento foi prefeito do município na década de 90. No ano de 1982, o hotel entrou em funcionamento, sendo um dos pioneiros nesse tipo de empreendimento na região.



Figura 17: Chalés, complexo Guanavenas, Município de Silves, Amazonas.
Foto: Maria Adriana. S. B. Teixeira.



Figura 18: Unidades Habitacionais do Complexo de Selva, Município de Silves, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

O empreendimento é considerado de grande porte, possuindo 70 apartamentos triplos divididos em chalés e um prédio central. Todas as UH possuem o mesmo nível de conforto tendo ar-condicionado, banheiro, armário e frigobar.



Figura 19: Piscina do Empreendimento Guanavenas, Município de Silves, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

Este empreendimento possui uma torre de observação de 30 (trinta) metros de altura, auditório, academia de ginástica, duas piscinas, salas de jogos e TV, campo de recreação, loja de souvenirs e um restaurante amplo.



Figura 20: Lago do Canaçari frente à ilha de Silves, Município de Silves, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

O Hotel é cercado por lagos, igarapés e floresta. E suas atividades estão voltadas para a natureza como: pescaria de piranha, focagem de jacaré, visita à casa de ribeirinhos, passeio pelos igapós e caminhadas na floresta.

Perante o gestor o público que mais visita o complexo é formado por turistas estrangeiros, de diversas localidades do mundo.

Empreendimento 5 – Hotel Tiwa



Figura 21: Hotel Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

O empreendimento 5 fica localizado próximo de Manaus, mais sua área fica no território do município de Iranduba. Da capital do Amazonas até o complexo são aproximadamente 30 minutos de lancha. Este hotel é de propriedade de um grupo holandês.



Figura 22: Chalés do Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.



Foto 23: Unidades Habitacionais do Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.

Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

O estabelecimento é de grande porte e possui 62 UH, todas construídas em forma de chalés, com madeira tropical, sob palafitas à beira de um lago. Estas UH possuem varanda, banheiro, ar-condicionado e guarda-roupa.



Figura 24: Anfiteatro do Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.

Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.



Figura 25: Piscina do Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.

Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

O empreendimento 5 conta com uma praia de água doce, *pier*, piscina, restaurante especializado tanto na gastronomia nacional como também na internacional, áreas de recreação, biblioteca, sala de vídeo e apresentações, um “Bar Pirata”, *internet*, café e um anfiteatro para 200 pessoas.



Figura 26: Caminhadas nas trilhas do Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.

Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.



Figura 27: Animais silvestres, Empreendimento Tiwa, Município de Iranduba, Amazonas.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

O empreendimento oferece as seguintes opções de lazer: caminhadas nas trilhas, focagem de jacaré, pescaria, passeio de canoa, passeio ao encontro das águas⁷, entre outros. O público-alvo deste estabelecimento são os estrangeiros.

4.2 PERFIL DAS LOCALIDADES DO ARIAÚ, CANIÇO, IRANDUBA, SILVES E TARUMÃ.

O estado do Amazonas possui uma população estimada em 2.812.557 habitantes. Todas as localidades entrevistadas estão em áreas próximas da capital do estado do Amazonas.

A localidade do Ariaú situa-se entre a divisa do município de Iranduba e Manacapuru. A economia desta localidade gira entorno do setor primário; plantação de mandioca e atividade pesqueira (atividades de subsistências); setor secundário através das fábricas de tijolos; setor terciário destaca-se o comercio varejista. O complexo 2 fica próximo desta localidade.

A localidade do Caniço vive da pesca, fabricação de artesanato, turismo, plantação de mandioca (subsistência). Quanto á localização fica próximo da capital do estado do Amazonas, o acesso é feito por via fluvial.

⁷ Encontro das Águas – É o encontro do rio Negro (água escura) e Solimões (água barrenta) que unem na frente da capital do Estado do Amazonas e formam o Rio Amazonas.

O lazer dos habitantes da comunidade do Ariaú e do Caniço está ligado à pescaria, passeios de canoa, nos diálogos entre vizinhos, realizados na frente das residências ou na praça, nos cultos e missas.

As origens da localidade de Iranduba se prendem à Manaus. A capital do estado conheceu época de grande prosperidade na última década do século com o auge da era da borracha. Passado este fastígio, Manaus experimentou período de estagnação e até retrocesso. Com a implantação da Zona Franca e do Distrito Industrial, reativou-se a economia do município, florescendo em sua periferia vários núcleos populacionais. Entre eles está Iranduba, que, sobretudo a partir de 1976, veio prosperar com melhorias na infra-estrutura. Os aspectos econômicos giram entorno do setor primário através da plantação da mandioca, repolho, pepino, alface, feijão de metro, pesca, pecuária; setor secundário por meio das indústrias (olarias, laticínios, frigoríficos); setor terciário comércio, serviços (hotéis, pensões, mercado municipal, matadouro). As manifestações culturais de Iranduba ocorrem em praças públicas, casas de show (farró). Nesta localidade se localiza o estabelecimento hoteleiro 5.

No município de Silves estão localizados os complexos 1 e 4, a economia desta localidade é dependente do setor primário através da plantação de mandioca (principal cultura alternativa, mesmo assim, praticada mais como atividade de subsistência) e da Pesca (atividade de subsistência). Já no setor terciário a localidade de Silves se destaca com: comércio varejista e serviços: oficinas e consertos de máquinas e motores, agências bancárias, hotéis, pensões, mercado municipal, matadouro. As atividades de lazer da população de Silves estão ligadas às manifestações culturais realizadas em praças públicas, passeios de canoas, entre outros.

A localidade do Tarumã esta localizado em uma área rural da capital do estado do Amazonas, sua economia depende do comercio e dos empregos gerados pela Zona Franca de Manaus.

A comunidade do Tarumã, por ser próxima da capital, tem sua atividade de lazer ligada aos acontecimentos de Manaus como: *shoppings*, casas de *show*, balneários, entre outros.



Figura 28: Município de Silves.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.



Figura 29: Comunidade do Ariaú.
Foto: Maria Adriana S. B. Teixeira.

No que se referem aos entrevistados das localidades do entorno dos complexos de selva eram pessoas muito humildes tendo hábitos e costumes simples, alguns habitavam em pequenas residências próximas às margens dos rios.

A participação do sexo feminino nas entrevistas realizadas nas localidades foi superior ao sexo masculino. O município de Silves e a comunidade do Ariaú tiveram uma participação mais acentuada do gênero feminino nas entrevistas. A entrevista com sexo feminino aconteceu mais nas residências e reuniões em praças públicas. Já a entrevista com os homens aconteceu em suas respectivas residências, estabelecimentos comerciais, praças públicas. O gráfico 1 menciona quanto ao gênero dos entrevistados.

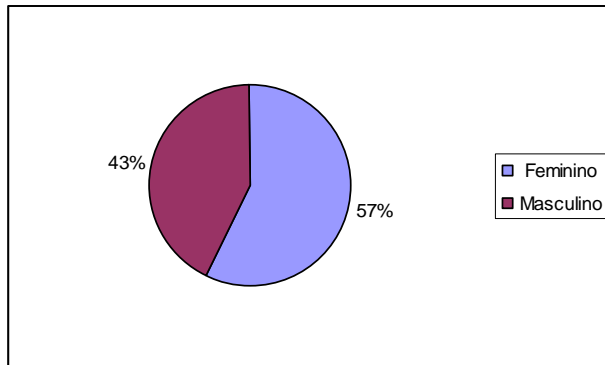


Gráfico 1: Distribuição dos entrevistados pelo gênero nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

Todos os entrevistados eram maiores de idade, no município de Iranduba foi onde mais se entrevistou pessoas com idade entre 18 a 25 anos. Nas demais localidades, a faixa etária é bem variada, conforme demonstra o gráfico 2.

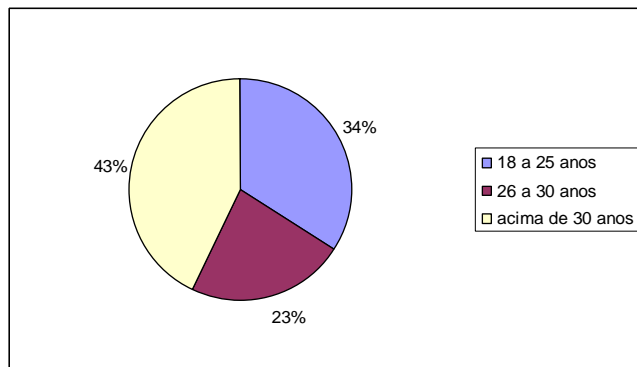


Gráfico 2: Distribuição dos entrevistados por idade nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

A maioria dos entrevistados reside nos municípios acima de dez anos, característica que predominou nas localidades de Silves, Tarumã e Caniço onde se acredita que o município de Silves tenha se destacado em razão da infra-estrutura, da abundância em pescado e pelos empregos gerados pela prefeitura, comércio e hotéis. Já a do Caniço pelo entrosamento com o hotel 3 e pela proximidade com a capital. A comunidade do Tarumã pela adjacência com a capital. Nas demais localidades, houve bastante transição de habitantes, onde muitos se dirigem à capital em busca de melhores condições de vida (Gráfico 3).

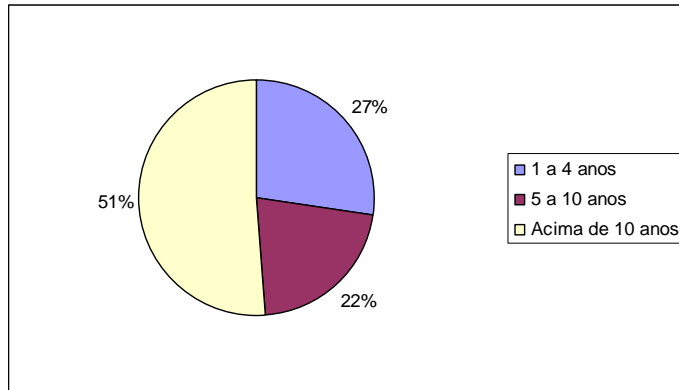


Gráfico 3: Distribuição dos entrevistados por tempo de residência nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

Nas localidades do Ariaú e Caniço, há várias pessoas habitando em uma mesma residência. O gráfico 4 demonstra que 46% dos entrevistados relataram que habitam de cinco a dez pessoas em suas residências, 44% afirmaram que residem de um a quatro pessoas e somente 10% relataram que moram acima de dez pessoas numa mesma casa.

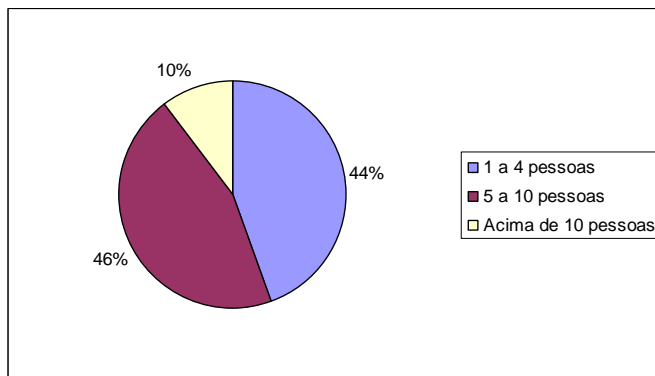


Gráfico 4: Distribuição dos entrevistados por habitação nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

A renda da população das localidades do entorno dos hotéis de selva não é alta e situa-se entre um a quatro salários mínimos por residência. Isto porque são poucas pessoas que trabalham na família. Observou-se que as famílias que tinham um padrão de vida regular eram aquelas que possuíam um salário fixo originado por algum vínculo empregatício ou por aposentadoria. Aqueles que dependiam da pesca ou agricultura viviam em condições bem simples. O gráfico 5 demonstra a renda mensal por família.

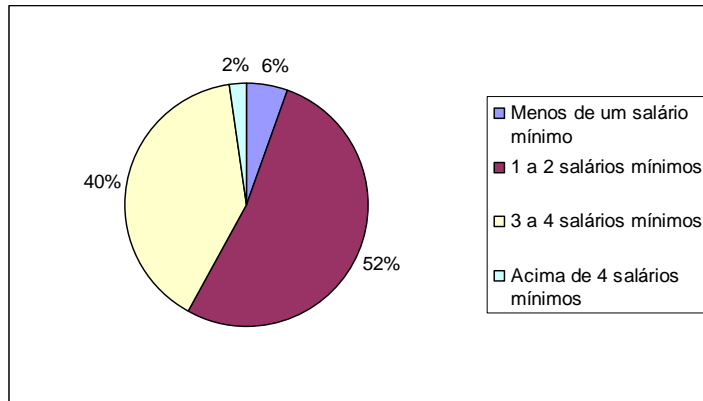


Gráfico 5: Distribuição dos entrevistados por renda mensal por família nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

Nas localidades de Tarumã e Silves, os entrevistados apresentaram maior nível escolar. Já nas demais comunidades há uma paralisação nos estudos em função do trabalho, família, entre outros motivos. O grau escolar dos entrevistados é demonstrado no gráfico 6.

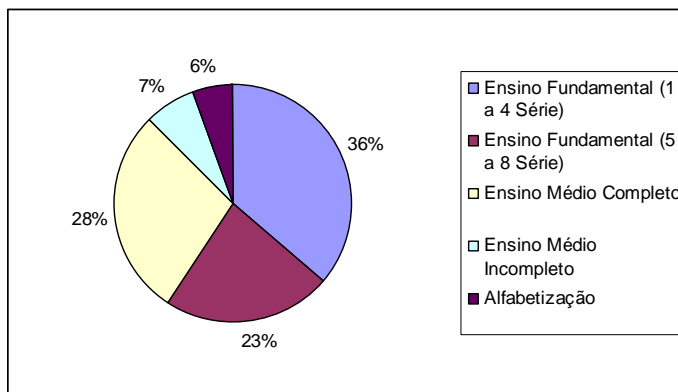


Gráfico 6: Distribuição dos entrevistados por grau de escolaridade nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

O maior número de pessoas empregadas formalmente está nos municípios de Silves e do Tarumã. Silves se destaca pelos empregos gerados na prefeitura, comércio e pelos hotéis. A comunidade do Tarumã tem empregos gerados na capital (indústrias, comércios, órgãos públicos, entre outros). A maioria dos entrevistados afirma que duas pessoas trabalham em suas famílias, ficando os restantes distribuídos entre uma a mais de três pessoas trabalhando por família (Gráfico 7).

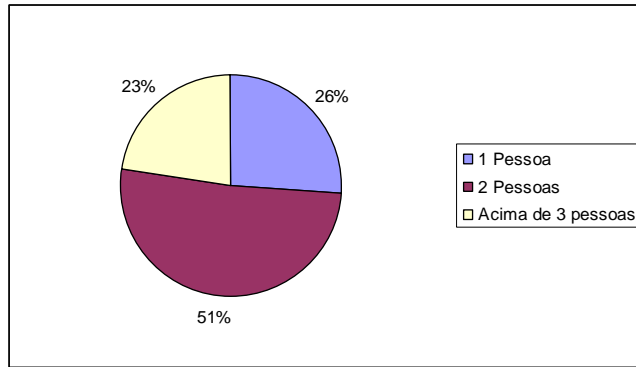


Gráfico 7: Distribuição dos entrevistados por vínculos empregatícios nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

Grande parte da renda familiar gerada nas localidades se origina tanto do comércio formal como do informal. A maior parte dos entrevistados trabalha em atividades como: carregador de tijolos, vigilância, caseiro, pedreiro, zelador, vendedor de picolé, motoboy, industriários, atendentes, entre outros. Os demais dependem da aposentadoria da atividade pesqueira. Uma pequena parte trabalha no serviço público e na agricultura (Gráfico 8).

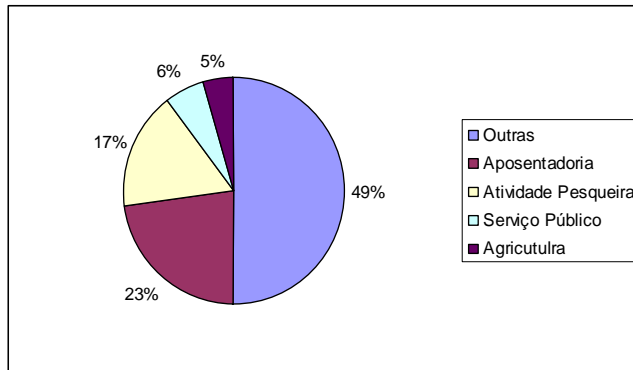


Gráfico 8: Distribuição dos entrevistados por origem da renda familiar nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

A presença de pessoas com conhecimento a respeito de ecoturismo foi constatada no município de Silves e algumas na comunidade do Caniço. O gráfico 9 demonstra que boa parte dos entrevistados não tem conhecimento de ecoturismo.

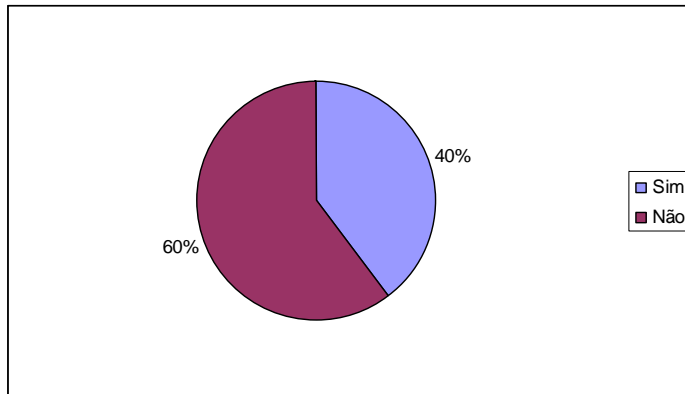


Gráfico 9: Distribuição dos entrevistados por conhecimento a respeito de Ecoturismo nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

Silves e Caniço são as localidades onde há uma circulação maior de turistas. Nas demais comunidades dificilmente há turistas (Gráfico 10).

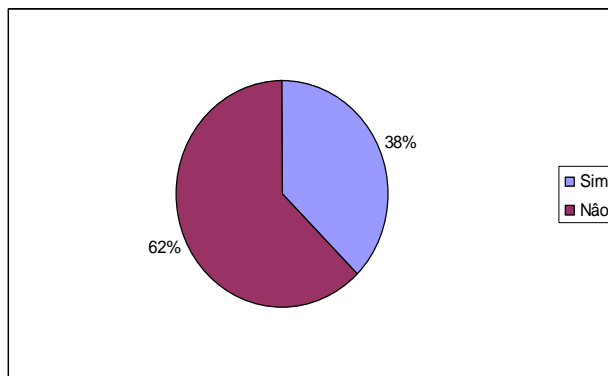


Gráfico 10: Distribuição dos entrevistados por visitantes nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

As localidades do Ariaú, Iranduba, Tarumã enfatizaram que os complexos de selva não proporcionam benefícios. Contudo, o município de Silves e a comunidade do Caniço destacaram que a atividade turística promoveu melhorias sociais como: emprego, infra-estrutura urbana, entre outros (Gráfico 11).

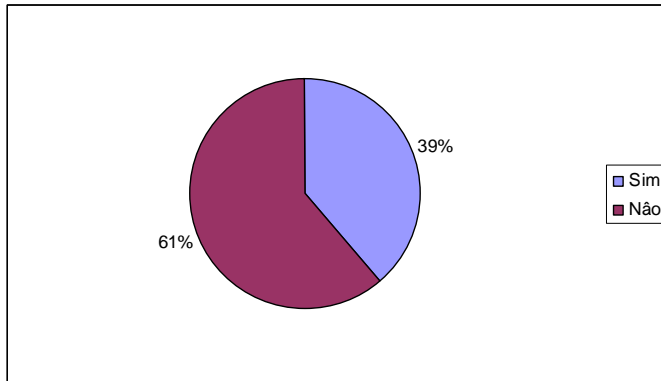


Gráfico 11: Distribuição dos entrevistados quanto aos benefícios gerados pelos empreendimentos de selva nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

A maioria dos entrevistados não participou do planejamento dos empreendimentos a não ser alguns habitantes de Silves que afirmaram ter participado (Gráfico 12).

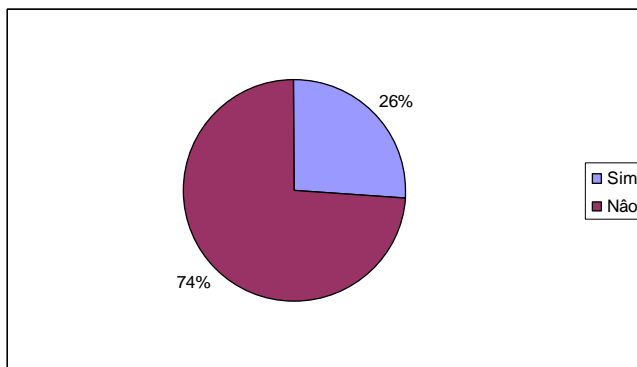


Gráfico 12: Distribuição dos entrevistados quanto à participação no planejamento do hotel nas localidades de Iranduba, Silves, Tarumã, Caniço e Ariaú.

4.3 ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS DE NATUREZA COM BASE NAS AÇÕES ESTRATÉGICAS ECOTURÍSTICAS

Tabela 6: Conceito atribuído às Ações Estratégicas 1, 2, e 4 da Política Nacional de Ecoturismo – Embratur (1994) que foram avaliadas por meio da opinião dos gestores dos hotéis de selva 1, 2, 3, 4, 5.

DIRETRIZES	CONCEITOS EMPREENDIMENTOS				
	1	2	3	4	5
1. Regulamentação do Ecoturismo – que visa a adotar o segmento do ecoturístico de Estrutura legal própria harmonizada com as esferas federais, estaduais e municipais, e de critérios e parâmetros adequados.	2	1	1	1	1
2. Fortalecimento e Integração Interinstitucional – Promover a articulação e o intercâmbio de informações e de experiências entre os órgãos governamentais e entidades do setor privado.	2	2	2	2	2
4. Controle de Qualidade do Produto Ecoturístico – Promover o desenvolvimento de metodologias, modelos e sistemas para acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da atividade de ecoturismo, abrangendo o setor público e privado.	2	2	2	2	2
TOTAL	6	5	5	5	5

O conceito geral atribuído pelos gestores quanto às ações das esferas relacionadas acima é **AP**, significando que estas ações vêm sendo atingidas parcialmente, eles não se mostram satisfeitos plenamente quanto ao exercício destas ações que competem às esferas referidas. Entretanto, se buscou alguns relatos importantes dos gestores para justificar o conceito dado a estas ações.

Empreendimento 1 relatou que a maior parte do apoio para desenvolver e regulamentar a atividade na região veio da organização WWF que ajudou a implantar o hotel e formar a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural-ASPAC, as maiores instruções a respeito de ecoturismo vieram desta organização. Informaram que têm o apoio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente-IBAMA para proteger os recursos naturais. A administração destaca que busca o apoio dos órgãos governamentais e dos órgãos não-governamentais para aprovação de projetos. Segundo a administração, há ausência destes órgãos para classificar estabelecimentos que trabalham sem provocar danos ambientais, pois, se houvesse este empreendimento, seria mais competitivo.

Os empreendimentos 2 e 4 afirmam que não existe tanta interação dos órgãos turísticos, principalmente os estaduais e federais para regulamentar a atividade ecoturística na região, pois a maioria dos incentivos provém de iniciativa

própria. Os gestores relataram, ainda, que pagam impostos altos, iguais aos grandes empreendimentos hoteleiros tradicionais da capital, por isto sentem dificuldades em desenvolver a atividade na região e que, poucas vezes, foram fiscalizados pelas esferas federais e estaduais. Além do mais, as estratégias ecoturísticas foram implantadas sem a opinião destes gestores que são os mais antigos na região que possuem empreendimentos de natureza, e por isto, se perguntam como podem implantar ações estratégicas ecoturísticas sem procurar ouvir todos os atores que trabalham com turismo de natureza, principalmente, numa região que é detentora de grandes recursos naturais como a Região Amazônica?

O gestor do complexo 4 mencionou que não acredita nas ações estratégicas de ecoturismo, pois elas estão fora da realidade local. As pessoas que criaram essas ações não conhecem muito das atividades turísticas da Região Amazônica. Ele salientou, ainda, que as estratégias não contribuem muito, o que vai ajudar mesmo é se o governo vai investir mais em educação e, principalmente, numa educação que mude o pensamento do ser humano em relação ao ecossistema. “No momento o homem só destrói o seu habitat natural, e afirma que daqui alguns anos a Amazônia já estará destruída”. Para ele as ações são utopias, pois, desde o início da atividade do hotel, ele emprega a comunidade, oferece cursos de acordo com a necessidade dos funcionários.

O empreendimento 3 narrou que a maioria dos incentivos para desenvolver a atividade vem de iniciativas próprias, pois procura trabalhar sem grandes interferências na natureza e, por isto, fundou uma fundação conhecida como *Floresta Viva* para proteger os animais próximos aos empreendimentos, principalmente, macacos e aves que são comuns naquela área. O maior apoio que recebe vem do IBAMA, um órgão público, que faz parte da esfera federal. Este procura fiscalizar a área próxima do estabelecimento e levar os animais capturados para esta fundação. O objetivo das ações que competem a estas esferas é carente. É preciso que haja uma reavaliação destas estratégias junto a todos os envolvidos com turismo de natureza na região. O responsável afirmou que já pensou em abandonar a atividade, já que os custos são muito altos e não há grandes incentivos dos órgãos turísticos.

O empreendimento 5 não soube informar bem a respeito das respectivas ações, pois o gerente geral assumiu a administração do hotel há pouco tempo. Por isto não se integraram bem a respeito destas ações, afirmaram que a maioria das

ações para qualificar atividades turísticas de natureza procede de iniciativa própria, já que uma das metas do hotel é trabalhar sem causar danos ambientais, pois os turistas que procuram o estabelecimento não gostam de fazer atividades que impactam o ambiente. Afirmaram que o hotel tem apoio do órgão estadual, entretanto só não souberam afirmar que tipos de apoio recebem.

Tabela 7: Conceito atribuído aos cinco empreendimentos de selva, quanto à Ação Estratégica 3 da Política Nacional de Ecoturismo – Embratur (1994) que está baseada à formação e capacitação de recursos humanos dos empreendimentos.

DIRETRIZES	CONCEITOS EMPREENHIMENTOS				
	1	2	3	4	5
3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos - Fomentar a formação e a capacitação de pessoal para o desempenho de diversas funções pertinentes à atividade de ecoturismo.	3	2	2	2	2
TOTAL	3	2	2	2	1

O conceito ao empreendimento 1 é **A**, em razão de capacitar os funcionários como também a população local a respeito da atividade do ecoturismo, oferecendo cursos tais como: guias nacionais e internacionais, de gestão ambiental, barqueiros, entre outros. Constatou-se que este complexo não habilita os atores somente quando necessita, mas constantemente, pois, segundo a administração, por ser um hotel que trabalha em prol da comunidade, é necessário que capacitem em outras atividades também como: artesanato, gastronomia e pesca entre outros, para não ficar dependendo somente do turismo que tem que dar suporte ao próprio turismo e também à conservação.

Os funcionários do hotel 1 confirmaram que, constantemente, estão sendo habilitados e que a ASPAC sempre está promovendo cursos de qualificação. Os passeios e os serviços oferecidos pelo empreendimento 1 mostram que a mão-de-obra do estabelecimento possui conhecimento amplo a respeito da atividade de ecoturismo. O visitante recebe uma aula a respeito da cultura local como também de educação ambiental. Verificou-se que os funcionários são polivalentes, ou seja, conseguem efetuar qualquer função dentro do estabelecimento. Um exemplo disto é a cozinheira que exerce a função de guia e administradora quando necessário.

O conceito atribuído ao complexo 2 é **AP**, pois, segundo o gestor, procuram capacitar os funcionários somente quando há necessidade. Ele afirmou também que os funcionários chegam a ser treinados até duas vezes ao ano. Esta afirmação foi

confirmada por alguns funcionários que exercem função de barqueiro, recepcionista, motorista e guia, os quais recebem instruções para orientar o turista a não jogar lixo no rio. Os cursos oferecidos pelo complexo se referem tanto à preservação ambiental como também aos cursos de idiomas, pinturas, entre outros. Quanto à comunidade do entorno, esta afirmou que desconhece algum tipo de treinamento oferecido pelo empreendimento.

O empreendimento 3 obteve o conceito **AP**. Segundo o administrador, só oferecem treinamento aos funcionários quando há necessidade, porém, segundo os funcionários (recepcionista, cozinheiro, guia e barqueiro), existe certo tempo que não é oferecido algum curso, mas sabem que devem trabalhar sem causar dano ambiental, pois eles têm que serem exemplos para os turistas. Afirmaram que recebem orientações a respeito da preservação da natureza. Segundo a administração, é necessário melhorar a qualificação dos funcionários e estender cursos de capacitação a respeito de meio ambiente, entre outros para as comunidades ao entorno. Das duas comunidades, que ficam próximas do empreendimento, uma delas afirmou que desconhece os cursos oferecidos pelo complexo e a outra afirmou que recebe instruções para conscientizar os turistas a respeito do meio ambiente.

Quanto ao empreendimento 4 se atribui o conceito **AP**, pois, segundo o gestor, ele capacita os funcionários somente quando há necessidade, mas instruções a respeito de preservação ambiental recebem com freqüência, já que os funcionários são os que mais interagem com os hóspedes e, por isto, é primordial que estes tenham uma postura exemplar, pois a satisfação dos visitantes depende deles como também o sucesso da empresa. Os funcionários afirmaram que o complexo oferece curso pelo menos duas vezes ao ano e as explicações a respeito de meio ambiente são freqüentes. A população local afirma que já recebeu algum tipo de treinamento por parte da administração do complexo, porém relatam que faz algum tempo que não recebem.

O empreendimento 5 obteve conceito **NA**, os administradores mencionam que faz tempo que não oferecem algum tipo de treinamento aos funcionários, porém garantem que a qualificação dos empregados é uma das metas da nova administração, pois sabem que o sucesso da empresa depende dos serviços oferecidos pelos funcionários. Os gestores desconhecem algum curso oferecido pelos administradores anteriores para comunidade ao entorno, porém a nova

administração tem intenção de habilitar as comunidades próximas com cursos de meio ambiente, artesanato entre outros.

Os funcionários do hotel 5 entrevistados não trabalhavam há muito tempo no empreendimento, por isto afirmaram que não tinham conhecimento sobre algum tipo de curso oferecido pelo complexo, somente um recepcionista disse que recebeu treinamento oferecido pelo hotel. Notou-se que alguns funcionários como barqueiros e atendentes não tinham delicadeza de interagir com o turista, bem diferente do guia, pois era uma pessoa que desempenhava bem o seu serviço, logo se notou que o hotel devia oferecer treinamentos constantes não só relacionados com o ecoturismo como também de relações humanas.

Tabela 8: Conceito quanto às Ações Estratégicas 7 e 8 da Política Nacional de Ecoturismo – Embratur (1994) que foram avaliadas em cinco hotéis de selva do estado Amazonas.

DIRETRIZES	CONCEITOS EMPREENDIMENTOS				
	1	2	3	4	5
7. Implantação e Adequação de Infra-Estrutura - Promover e estimular a criação e a adequação de incentivos para o aprimoramento de tecnologias e de serviços, a ampliação da infra-estrutura existente e a implementação de empreendimentos ecoturísticos, tais como:					
a) promovem e incentivam investimentos em conservação dos recursos culturais e naturais utilizados;	3	2	3	2	2
b) impulsionam e desenvolvem turismo com bases cultural e ecologicamente sustentáveis;	3	2	3	2	2
c) utilizam de técnicas, matérias e conceitos culturais compatíveis com o ambiente na construção;	3	2	3	2	3
d) Instalam e fabricam mobílias e acessórios preferencialmente com madeiras providas do processo de manejo;	3	1	3	1	-
e) empregam ventilação natural e fontes de energia alternativas, como a energia solar ou a eólica;	1	1	1	1	1
f) removem o lixo e dejetos orgânicos ambientalmente de forma adequada;	3	1	3	2	2
g) fazem com que a conservação beneficie materialmente as comunidades envolvidas;	3	1	3	3	1
8. Conscientização e Informação do Turista - Divulgar aos turistas atividades inerentes ao produto ecoturístico e orientar a conduta adequada nas áreas visitadas;					
h) averiguar se as instalações dos complexos como também as atividades de recreação transmitem uma mensagem de conscientização para os turistas;	3	2	3	3	3
i) apurar se os guias que trabalham nestes estabelecimentos prestam esclarecimentos prévios ao turista respeito do meio natural como também da comunidade a ser visitada.	3	3	3	3	3
TOTAL	25	15	25	19	17

Os empreendimentos 1 e 3 obtiveram o conceito **A**, pois as construções destes estabelecimentos estão em harmonia com o ambiente natural onde estão

inseridos; são hotéis onde houve um planejamento que envolveu a participação de equipes multidisciplinares como engenheiros, arquitetos, biólogos, turismólogos, entre outros, mas alguns fatores precisam ser melhorados, como a instalação de energia alternativa.

O empreendimento 1 obteve conceito **A**, pois é um hotel de pequeno porte, que procura trabalhar dentro dos padrões ecológicos. A madeira provém do processo de manejo, pois os guias são da localidade do entorno e, por isto, em todas as atividades de lazer buscam promover uma conscientização aos turistas. Os passeios de barco promovem uma consciência ambientalista para os visitantes, isto porque o empreendimento oferece mais de seis opções de passeios em canoa motorizada para observar aves, flora e fauna aquática, inclusive, o *tour* dos igapós – uma experiência rica numa floresta inundada que se pode sentir, também, a força da correnteza do rio.

O hotel 1 promove caminhada nas trilhas que permite que os visitantes tenham conhecimento da flora, fauna e da localidade que demonstra um pouco de sua cultura e seus costumes através de práticas como: fabricação da farinha, pesca artesanal e medicina florestal, entre outros. Nestas visitas o turista tem a possibilidade de ouvir histórias e lendas amazônicas. Segundo a administração, promover uma reflexão ambiental é importante, principalmente, na região amazônica detentora de grandes potenciais naturais.

O sistema de coleta de lixo do empreendimento 1 é bom, no que se refere ao lixo orgânico utilizado para compostagem e os inorgânicos que são doados para as comunidades. Outra postura exemplar é quanto à utilização da água da chuva, que é utilizada para lavar as dependências do hotel, para regar plantas e hortas. Quanto aos lixos que não servem para reciclagem tem um tratamento indevido, pois são enterrados no terreno do próprio hotel ou queimados.

A atribuição do conceito **A** ao empreendimento 3 destaca-se por ter implantado uma fundação conhecida como *Floresta Viva* que protege os recursos faunísticos e florísticos. Esta fundação trata os animais capturados pelo IBAMA e, depois de 90 dias, solta em áreas florestais seguras de predadores.

O estabelecimento 3 está localizado em uma área de floresta secundária, mas não dá para perceber que esta área um dia já foi devastada pelo homem, pois se percebeu um cuidado da administração para proteger os recursos naturais, inclusive, o complexo obtém um orquidário com aproximadamente 70 espécies

formando um total de 250 orquídeas, possui um canteiro de plantas medicinais e de hortaliças. Vale destacar que os funcionários deste complexo se mostram satisfeitos com a função que desempenham, pois, segundo eles, a administração procura ouvir a opinião deles quanto aos novos projetos e atividades desenvolvidas no hotel.

O hotel 3 possui 20 (vinte) bangalôs, as madeiras para construção do empreendimento vieram da apreensão do IBAMA, outras provêm de árvores que são derrubadas pelos ventos. Os guias, por meio das atividades de lazer como caminhadas na trilhas, buscam promover uma experiência educacional e interpretativa para os turistas, fazendo com que eles valorizem os recursos naturais.

O sistema de energia do empreendimento 3 provém da capital e a coleta de lixo orgânico é efetuada em uma embarcação própria do hotel que leva para uma marina onde o caminhão do lixo do município de Manaus passa diariamente. Já o lixo reciclável é doado para a comunidade do Caniço.

O empreendimento 2 obteve conceito **NA**, pois é um dos empreendimentos mais antigos, talvez seja por isto que não esteja adequado ao ambiente natural, pois, na época em que foi construído, não se salientava o turismo sustentável.

O hotel 2 foi planejado pelo próprio gestor e não contou com apoio de equipes multidisciplinares (engenheiros, arquitetos, biólogos e etc.). Este complexo possui 365 unidades habitacionais, é confortável e está erguido na copa das árvores, possuindo uma passarela de concreto com 8 km de extensão para transitar as bicicletas e os carros de golfe, o que não é compatível com o ambiente natural, já que estes provocam poluição sonora.

Quanto ao sistema de lixo e ao tratamento de resíduos não se obteve explicações detalhadas, mas ressaltaram que o lixo inorgânico é queimado em área próxima do hotel e os destinos dos efluentes vão para caixas de fossas forradas com borracha a fim de não vazarem durante as cheias do rio. Porém, não se compreendeu o motivo de algumas tubulações do hotel se direcionarem para o rio. Verificou-se que os guias procuram promover uma conscientização ambiental nos turistas.

Questionou-se com o gestor do empreendimento 2 se o tamanho do hotel não era prejudicial à natureza. Ele respondeu que não, pois o hotel é apenas diferente de todos os outros complexos de selva, pois possui oito torres. Parecem com oito hotéis diferentes no mesmo lugar, todos são ligados por passarelas que levam à administração central.

O gestor do hotel 2 salientou que qualquer empreendimento como, por exemplo, de 30 apartamentos, não sobrevive, pois não arrecada o necessário para pagar os funcionários como também para preservar a natureza, porque, na selva, tudo é difícil, pois tem que transportar os alimentos, bebidas, combustível, pagar o transporte que leva os turistas do aeroporto à beira do rio e vice-versa. Em vista disto, os custos são altos. É por isso que muitos empreendimentos pequenos não sobrevivem, chamados de empreendimentos primários.

Outro esclarecimento feito pelo gestor do empreendimento 2 foi a respeito do tamanho do complexo. Ressalta que os hóspedes que se hospedam no empreendimento de selva desejam o mesmo conforto de sua residência, por isso querem estar com o seu celular, sua *internet*, enfim, um alojamento confortável. Muitos turistas que visitam a região são empresários. Então ao mesmo tempo em que visitam a floresta, têm contato com os negócios. Em vista disso, deve se fazer um empreendimento organizado, no qual venha ser rentável, já que os custos para manter este tipo de empreendimento são altos.

Aos empreendimentos 4 e 5 atribuiu-se o conceito **AP**. Apesar do complexo 5 estar localizado em um cenário natural exuberante, notou-se a ausência de incentivo de conservação ambiental, pois as trilhas e passarelas não se encontravam em boa manutenção e, neste estabelecimento, encontrou-se um pequeno lixão de resíduos gerados pelo hotel. Os administradores se retrataram ao dizer que os gestores anteriores não estavam destinando corretamente o lixo, mas que eles já estavam executando este serviço.

O empreendimento 4 é de grande porte e muito luxuoso, possui academia de ginástica, sala de jogos, piscina, entre outros. Este empreendimento foi construído no final da década de 70 e, segundo o gestor, não se falava em turismo sustentável, mas mesmo assim este complexo foi construído por um arquiteto. Quanto ao sistema de efluentes, são tratados antes de serem despejados no rio, porém o hotel precisa fazer a separação do lixo, uma vez que é a comunidade que recolhe e faz a separação.

Salienta-se que ambas as atividades de lazer como os trabalhos desenvolvidos pelos guias dos hotéis 4 e 5 integram e conscientizam os turistas a valorizar o meio natural, porém os complexos precisam utilizar energia alternativa. Dentre todos os itens pesquisados acima, o trabalho desenvolvido pelos guias ambientais foi o que chamou mais atenção, justamente porque eles visam a ampliar

a consciência do visitante quanto à questão ambiental. Cabe destacar que os guias não impõem uma mudança de atitude nos visitantes. Estes sabem que boa parte dos turistas vem usufruir do lazer e por isto promovem atividades de entretenimento que causem satisfação, para que, no futuro, estes turistas retornem.

Tabela 9: Conceito quanto à Ação Estratégica 9 da Política Nacional de Ecoturismo – Embratur (1994), nesta ação ressalta-se o envolvimento das comunidades (Iranduba, Silves, Caniço, Ariaú, Tarumã) com as atividades dos cinco hotéis de selva do estado do Amazonas.

DIRETRIZES	AÇÃO	CONCEITOS EMPREENHIMENTOS				
		1	2	3	4	5
9. Participação Comunitária - Buscar o engajamento das comunidades localizadas em destinos ecoturísticos, potenciais e existentes estimulando-as a identificar no ecoturismo uma alternativa econômica viável.						
	PASSIVA		—			—
	ATIVA			—	—	
	EFETIVA	—				

O Empreendimento 1 possui uma ação efetiva, pois a população local é envolvida com a atividade do empreendimento. Algumas pessoas da localidade participam do planejamento do hotel. A seleção da mão-de-obra, que trabalha no empreendimento, vem da Cooperativa dos Trabalhadores de Turismo-COOPTUR, que auxilia a ASPAC a qual coordena a atividade do hotel.

Parte da renda obtida com o ecoturismo é aplicada em ações para a conservação ambiental da várzea e dos lagos do município, a partir do planejamento do uso (zoneamento), estabelecendo diferentes categorias: lagos santuários para proteção, lagos de pesca de subsistência e lagos de pesca comercial –, e da fiscalização da população local que tem o apoio do IBAMA.

A administração salienta que trabalham em prol da população local e são estes que promovem uma experiência diferente para os visitantes, pois procuram mostrar a sua cultura através da pesca, culinária, danças, narração de histórias e lendas. O hotel destina alguns recursos para melhorar os serviços turísticos oferecidos na localidade.

A população de Silves está totalmente integrada com as atividades ecoturísticas do município. Isto foi comprovado durante a pesquisa, pois os habitantes comentavam, em tom de entusiasmo, a respeito da melhoria causada pela atividade turística e, principalmente, na mudança de comportamento na própria comunidade em relação à degradação dos recursos naturais.

O empreendimento 2 possui uma ação passiva, em razão de não ter envolvido a comunidade na fase de implantação e nem no planejamento atual. Não existe uma comunidade específica que é integrada nas atividades do hotel, pois associam habitantes das comunidades do Ariaú, Praia Grande, Manaus, Manacapuru e de outras áreas vizinhas, não só do município onde está integrado. Este hotel emprega 300 pessoas, incluindo as que trabalham na agência na capital.

Quanto à comunidade entrevistada, a do rio Ariaú, verificou-se que não participaram do processo de planejamento e implantação do hotel e nem nos planejamentos atuais, mas relatam que conhecem o gestor em razão deste circular esporadicamente pela comunidade. Constatou-se que poucos habitantes trabalhavam no hotel, apenas 03 dos 15 entrevistados.

A ocupação dos habitantes de Ariaú no hotel divide-se em auxiliar de cozinha e camareira, sendo as funções de guias, recepcionistas e atendentes ocupadas, na maioria, por pessoas da capital.

O gestor menciona que promove um ambiente de trabalho agradável para os funcionários do hotel, relatando que oferece café, almoço, janta, alojamento, salário de acordo com a função, carteira assinada e assistência médica.

O empreendimento 3 produz uma ação ativa, pois este complexo possui relação com duas comunidades: Tarumã e Caniço, sendo que possui uma ação mais ativa com a do Caniço em razão de integrar tal comunidade com os turistas. Os habitantes desta comunidade são avisados com antecedência e procuram mostrar sua cultura através de rituais indígenas, culinária, lendas e músicas, entre outros. A administração contribui com a comunidade na forma de melhorias na infra-estrutura e doação de cesta básica.

Contudo, as comunidades não são integradas no sistema ocupacional do hotel. Apenas duas pessoas de cada comunidade trabalham no empreendimento, com as seguintes funções: canoieiro, guia, auxiliar de cozinha, recepcionista.

Constatou-se durante as entrevistas realizadas na comunidade do Tarumã que os habitantes têm conhecimento a respeito do empreendimento, mas desconhecem o que seja ecoturismo. A comunidade do Caniço tem maior conhecimento a respeito de ecoturismo em que seus habitantes resumem ser uma atividade turística ligada à natureza e que não causa interferências ambientais.

O empreendimento 4 apresenta ação ativa, já que este não incluiu a comunidade no planejamento do hotel, mas a integra no sistema operacional com

função de canoeiro, guia, cozinheiro, recepcionista, porteiro, jardineiro e garçom. A mão-de-obra é do município onde está localizado o complexo, com exceção do gerente que é do Rio Grande do Sul. O município é pequeno e a população tem consciência de promover o bem-estar dos visitantes sem causar dano ambiental.

As mudanças na infra-estrutura do município e a melhoria na qualidade de vida das pessoas ocorreram quando o gestor do empreendimento foi prefeito, pois, no município, não existia luz elétrica, com problemas de saneamento básico. Era impossível dos turistas circularem nas ruas, ficando os visitantes restritos às atividades de entretenimento do hotel.

O conceito dado ao empreendimento 5 é passivo, pois o hotel não envolveu a população do município onde está inserido, nem na fase de planejamento nem no sistema operacional do hotel, pois a mão-de-obra é ocupada por pessoas vindas de Manaus. Isto se deve à localização do hotel, pois está próximo da capital, embora esteja situado no município de Iranduba.

4.4 CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS EMPREENDIMENTOS DE NATUREZA

Tabela 10: Classificação geral dos hotéis (Aldeia dos Lagos, Ariaú, Ecopark, Guanavenas, Tiwa) com base nas Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994).

EMPREENDIMENTO	CONCEITO GERAL	PERFIL
1	2A + 1AP + Efetiva	<i>Hotel de Selva</i>
2	2AP + 1NA + Passiva	<i>Lodge</i>
3	2AP + 1A + Ativa	<i>Lodges e Hotel de Selva</i>
4	3 AP + Ativa	<i>Lodges e Hotel de Selva</i>
5	2AP + 1NA + Passiva	<i>Lodges</i>

Hotel: "1" Aldeia dos Lagos, "2" Ariaú, "3" Ecopark, "4" Guanavenas, "5" Tiwa

O empreendimento 1 obteve um dos melhores conceitos por suas atividades estarem baseadas nas Ações Estratégicas Ecoturísticas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994). É um estabelecimento de pequeno porte e adota característica de hotel de selva, procurando empregar procedimentos adequados ao meio natural. Este complexo se destaca principalmente no que se refere ao envolvimento com a localidade para poder desenvolver atividades na região. Notou-se uma preocupação da administração em promover outras fontes de renda para a

população local. Isto porque o empreendimento 1 não consegue absorver todos os habitantes na atividade do hotel.

Um dos fatores que faz com o empreendimento 1 tenha característica de *hotel de selva* é que este não visa ao mercadológico, enfrentando dificuldades no período de baixa estação. A ASPAC busca recursos por meio da aprovação de projetos para poder manter o hotel em funcionamento. Observou-se, na segunda etapa da pesquisa, que o hotel só tinha duas unidades habitacionais ocupadas e só estariam recebendo um grupo grande vindo da Itália, em março, enquanto o empreendimento 3 estava com 80% das unidades habitacionais ocupadas. O empreendimento 1 tem dificuldades em manter tanto as comunidades no período de baixa estação como também em fazer a manutenção do hotel. Este estabelecimento precisa de reparos como: pintura, corte da grama e algumas UH precisam de manutenção.

A atividade desenvolvida pelo empreendimento visa a ter um turismo de natureza sem grandes interferências na natureza. Em todas as suas atividades de entretenimento buscam incentivar uma consciência ambiental nos turistas, principalmente naqueles visitantes que não têm consciência sobre a preservação ambiental. A administração fez um relato de um grupo de paulistas que chegou ao complexo visando a somente pescar, foi então que a administração tentou executar outros entretenimentos que visassem a uma consciência ambientalista como: apresentação de dança, caminhadas nas trilhas, passeio nos igapós. Segundo a administração, após todas estas atividades, estes saíram bem satisfeitos e agradecidos pela aprendizagem que tiveram a respeito de meio ambiente.

O que caracteriza o hotel 1 como *hotel de selva* é que ele é de pequeno porte, conforto básico necessário, atividades baseadas na natureza, o investimento é pequeno, com *marketing* individual, refeições com influência cultural e os guias e intérpretes da natureza são foco da operação.

Constatou-se que as dificuldades enfrentadas pelo hotel durante o período de baixa estação não desestimula a comunidade nem os funcionários, pois estas pessoas se mostram bem satisfeitas com a prática do turismo na região e estão motivados em aprimorar esta atividade.

Acredita-se que, se houvesse um sistema de classificação de meios de hospedagem ambiental, por parte dos órgãos turísticos, como também um maior apoio destes órgãos para desenvolver as atividades ecoturísticas, assim como

especifica as Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994), este seria mais competitivo.

O empreendimento 2 não utiliza devidamente as ações, principalmente no que se refere à construção; envolvimento com as comunidades do entorno e tratamento de resíduos que estão ligados aos itens das ações 7 e 9. A ação 3 é utilizada dependendo da necessidade do complexo, porém seu uso deve ocorrer com frequência de forma a proporcionar um ambiente prazeroso para os turistas.

O hotel 2 tem uma arquitetura bem diferente dos demais e chama atenção dos visitantes, segundo seu gestor. É um estabelecimento que se encontra na copa das árvores e adota características de hotel *lodge* como de grande porte, luxuoso, com foco em descanso e lazer, atividades baseadas nos equipamentos, investimento de grande porte e lucratividade baseada na alta capacidade, serviços e preços. Este estabelecimento adota alguns perfis de *hotéis de selva* como estilo único, atividades de lazer voltadas para a natureza e refeições com influência cultural. Contudo, o hotel tem mais perfil *lodge* do que de *hotel de selva*, afirmação feita pelo próprio gestor.

Constatou-se que as ações ecoturísticas no empreendimento 2 não são tão valiosas para prática do turismo de natureza, pois o empreendedor visa ao mercadológico. De acordo com o gestor, manter um estabelecimento na selva não é barato, e, em razão disto, construiu-se um hotel que oferecesse conforto igual aos hotéis tradicionais. Ainda segundo o administrador, o governo federal toma algumas medidas descabidas que dificulta o empreendedor investir na ampliação da atividade turística na região como burocracia das leis ambientais por dificultar a entrada de alguns equipamentos como os dos carros de golfe, solicitação de impressão digital dos turistas americanos o que afetou o estabelecimento devido à queda de turistas estrangeiros. Perante o administrador os turistas americanos, italianos, ingleses, canadenses, japoneses, entre outros, são importantes, pois este público é responsável pela ampliação do turismo de natureza na região amazônica.

O empreendimento 2 continua em expansão, pois, na segunda fase da pesquisa, estava sendo construída uma tenda para pesca e um novo restaurante internacional com aquário para expor os peixes da região. O estabelecimento já possui dois restaurantes com capacidade para acomodar 350 e 150 pessoas, respectivamente. Atestou-se que o trabalho dos guias incentiva a consciência ambiental nos visitantes, por meio de passeio de canoa, caminhadas nas trilhas e no

empreendimento. Porém, devido à grandiosidade do complexo, a administração não consegue dar uma orientação aos comportamentos indevidos de alguns visitantes. Isto porque se observou atitudes inadequadas de alguns turistas: corridas com carros de golfe, oferecimento de bebidas alcoólicas e de salgados para os “macacos de cheiro” que ficam em grupos no interior das instalações. Acredita-se que a presença excessiva desta espécie de animal no hotel deve-se à obtenção de alimentos fáceis fornecidos pelos hóspedes.

O idealizador de todo o projeto arquitetônico do empreendimento 2 salientou que pintou de verde o complexo para não afastar os animais e construiu o estabelecimento sem derrubar nenhuma árvore. O hotel, por outro lado, emprega alguns atrativos e possui equipamentos que não são compatíveis para o turismo desenvolvido em áreas naturais como: viveiros de macacos que se encontra abandonado; “ovniporto”; campo de futebol; mais de um heliporto; mais de uma UH com piscina; equipamentos como carros de *golfe* cujas buzinas provocam barulho excessivo. A participação de profissionais (biólogos, arquitetos, engenheiros), no planejamento e na execução do complexo, poderia tê-lo tornado melhor integrado com o meio natural no qual está inserido. Alguns encanamentos ficam expostos nas torres, deixando o ambiente feio e o direcionamento destes canos para a água indica que os resíduos possam vir a ser despejados, diretamente, no rio, sem tratamento prévio.

A respeito dos resíduos e do tratamento do lixo, existem fossas forradas de borrachas, a fim de não vazarem durante as cheias do rio. As torres foram construídas com base nas casas de palafitas dos ribeirinhos que são casas altas, onde as suas colunas são de madeiras as quais sustentam este tipo de construção que acompanha o nível do rio, porém, no período de seca, o assoalho das casas assim, como no hotel 2, fica exposto de forma que foi observado a não ligação do encanamento com as fossas. Observam-se somente os canos que se destinam ao rio, semelhante às casas dos ribeirinhos que não têm fossas.

A madeira utilizada na construção do hotel 2 não provém do processo de manejo, tendo sido empregada madeira local conhecida por *Aquariquara* que é uma espécie resistente à ação da água. Este estabelecimento não utiliza energia alternativa, sendo a energia elétrica proveniente de gerador. O envolvimento da comunidade do entorno é incipiente, não havendo benefícios significativos socioeconômicos para estas.

O empreendimento 3 possui perfil de *hotel de selva* e de *lodge* e é de médio porte. É um hotel que sua construção está em harmonia com meio natural inserido e a madeira utilizada provém de apreensão do IBAMA. A interação com as comunidades do entorno acontece, porém, das duas comunidades próximas, só uma recebe benefícios socioeconômicos por meio de doações de cestas básicas, construção de flutuante (atracador de barcos) e venda de artesanato. O sistema de lixo é separado e o reciclável doado para a comunidade do entorno. Quanto ao sistema de efluentes há tratamento antes do despejo no rio. Não existe o uso de energia alternativa.

As características do hotel 3 são de *hotel de selva* por oferecer o conforto básico necessário; por ter características únicas; atividades de lazer baseadas na natureza; ser de propriedade individual; os principais atrativos são o entorno e os tipos de equipamentos; oferece refeições com influência local e os guias e intérpretes da natureza são os focos da operação. As características que o inclui nos padrões *lodge* são sua lucratividade baseada na alta capacidade, serviços e preços; por estar voltado para o descanso e lazer; apresentar refeições mais elaboradas com especialidades em pratos internacionais.

As Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) são usadas parcialmente no complexo 3, pois o hotel precisa integrar ambas as comunidades do entorno, adotar o uso de energia alternativa, procurar utilizar a água da chuva para regar os jardins e aproveitá-la para limpeza das dependências do hotel. Estes itens a serem melhorados pelo hotel deverão estar ligados às observações feitas nas ações 7 e 9. No que se refere à ação 3 também precisa aperfeiçoar, já que os atores (funcionários e população local) necessitam, constantemente, serem capacitados para oferecer uma atividade turística com satisfação para os visitantes e visitados.

O empreendimento 4 é de grande porte e possui perfil de hotel *lodge*, em algumas características: é luxuoso; focado em descanso e lazer; possui atividades de lazer baseadas nos equipamentos como por exemplo, salas de jogos, sala de ginástica, piscina; investimento de grande porte, lucratividade baseada na alta capacidade, serviços e preços; apresentam refeições internacionais. Por outro lado, este complexo tem outras características que os aproxima ao *hotel de selva* como: o marketing é individual; os guias e os intérpretes da natureza são o foco da operação;

oferecem refeições com influência cultural; desenvolvimento integrado ao meio local. Desta forma o empreendimento possui características de *lodge* e de *hotel de selva*.

As Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) são empregadas parcialmente pelo complexo. No que se refere à ação 3, ela ocorre esporadicamente, na medida da necessidade, embora deva ser utilizada com frequência, pois quanto mais capacitados forem os funcionários e a comunidade local, mais condições estes têm de promover uma consciência ambiental nos visitantes que serão capazes de minimizar as interferências à natureza, visto que estarão mais conscientes sobre a importância de valorizar os recursos naturais. Já os itens analisados na ação 7 precisam ser adequados corretamente, haja vista que o complexo precisa melhorar seu sistema de coleta de lixo, utilizar energia alternativa e fazer investimentos que conservem os recursos naturais e culturais. As ações 8 e 9 se encontram melhor ajustadas, pois os serviços oferecidos pelos guias possibilitam transmitir informações a respeito da biodiversidade. No que se refere à ação 9 o hotel só não envolveu a população local no planejamento, mas a integra no sistema operacional.

O estabelecimento 5 se caracteriza por ser de grande porte e possuir o perfil *lodge*, uma vez que suas atividades de lazer estão baseadas no equipamento, por exemplo, piscina e quadra de esportes; direcionado no descanso e lazer; propriedade de grupo; lucratividade baseada na alta capacidade, serviços e preços; principais atrativos são os equipamentos e o entorno; adota *marketing* de grupo/cadeia de hotéis; desenvolvimento isolado.

As Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) ainda não são adequadas devidamente nas atividades do complexo 5, principalmente quanto à ação 3, pois os funcionários e a população próxima alegam que os cursos de capacitação não ocorrem. Entretanto, a nova administração tem consciência disto e afirma que pretende reverter esta situação. Sobre os itens observados na ação 7 verifica-se que necessitam melhorias em conservação dos recursos naturais e culturais utilizados; desenvolver turismo com base cultural e ecologicamente sustentável. No que se refere ao sistema do recolhimento de lixo, este é separado e levado numa embarcação própria para capital onde é encaminhado para o lixão de Manaus, porém se constatou lixo próximo às trilhas. Os efluentes são tratados e observou-se que os encanamentos das UHs não se direcionam ao rio e sim para uma fossa séptica.

A ação 8 permite classificar como excelentes as atividades de lazer assim como o trabalho dos guias que repassam entendimento e respeito ao meio ambiente. A relação do hotel com a população do entorno é incipiente, pois a maioria da mão-de-obra para o hotel vem de Manaus e a atividade econômica das pessoas da localidade próxima não é incentivada pela presença do empreendimento.

4.5 DISCUSSÃO

A análise do emprego das Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo em empreendimentos considerados hotéis de selva no estado do Amazonas obteve resultados insatisfatórios. Com exceção do complexo 1, que procura utilizar as ações que são de responsabilidade do hotel, os demais empreendimentos não as utilizam. Portanto, as Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo ainda não possibilitaram a organização das atividades no setor ecoturístico e nem fez com que estas deixassem de ser impulsionadas pela oportunidade mercadológica como previsto pela EMBRATUR (1994). Por conseguinte, as referidas ações ainda não conseguem ser um instrumento de apoio junto à Constituição Federal de 1988, que visa a garantir, no artigo 225, um ambiente ecologicamente equilibrado a toda nação.

Abreu (2001) salienta que implantação de equipamentos e os programas baseados no uso de recursos naturais, em sua maioria, são desenvolvidos sem o controle necessário de fiscalização, por isso, alguns deles causam uma série de impactos ao meio ambiente. Esta citação pode ser comprovada em alguns estabelecimentos estudados, pois as construções não estão adequadas com meio natural em que se inserem.

Não se pode apontar só os gestores como causadores de interferências ambientais na região, pois as ações que são de responsabilidade dos órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) não são cumpridas devidamente, pois alguns itens ressaltados nas Ações Estratégicas 1, 2 e 4 da Política Nacional de Ecoturismo deixam a desejar perante os administradores públicos tais como: ausência de dispositivos legais para desenvolvimento do ecoturismo, falta de

mecanismo legais de fiscalização e controle, carência de um fórum permanente de discussões sobre ecoturismo, entre outros.

Acredita-se na viabilidade de uma parceria das esferas turísticas do país com os gestores de empreendimentos de selva, para que estes venham trabalhar de forma organizada, ou seja, planejada sem causar grandes interferências à natureza como determina Ferretti (2002).

Nelson e Pereira (2004) afirmam que a falta de políticas eficientes podem causar sérios estragos num ambiente natural onde é desenvolvido o ecoturismo. Os empreendimentos denominados hotéis de selva no estado do Amazonas não deixam de fundamentar suas atividades no ecoturismo, no sentido de usufruir dos recursos naturais e culturais presentes na região. Entretanto, esses empreendimentos não atendem adequadamente os critérios estabelecidos pelas Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo não devendo, assim, serem denominados de hotéis de selva. Os complexos *ecolodges* visam a trabalhar com turismo em áreas naturais seguindo os princípios do ecoturismo, conforme Russell, Bottrill e Meredith (1995 *apud* NELSON; PEREIRA, 2004). Nascimento (1999, *apud* VALE, 2003) salienta que os hotéis de selva devem seguir a filosofia do ecoturismo.

Vale (2003) menciona que os complexos de selva devem maximizar a difusão do desenvolvimento sustentável e contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da população local. Mas, no que se refere à cooperação dos empreendedores com as localidades locais por meio de benefícios sociais e econômicos ainda não ocorrem em todos os hotéis, pois, nos cinco hotéis pesquisados, somente os complexos de 1 e 4 conseguem enquadrar a população local no sistema ocupacional. Já o hotel 3 promove benefícios a uma comunidade do entorno, porém não conseguem integrar esta comunidade no sistema ocupacional do hotel.

Cavalcante (2001) descreve que os hotéis de selva devem ser pequenos e de médio porte e com pouca sofisticação. Entretanto alguns hotéis no estado do Amazonas possuem acima 300 UH. Portanto há de se concordar com Nascimento (1999, *apud* VALE, 2003) que enfatiza que, na região Amazônica, há hotéis de selva muito confortáveis.

Cavalcante (2001) destaca que os hotéis de selva devem contribuir com as questões ecológicas, assumindo papel de agente educador, estimulando e promovendo um movimento ambientalista correto nos visitantes. Logo os hotéis da

região Amazônica conseguem efetuar estas atividades através dos guias que conseguem promover uma consciência ambiental, fazendo com que os turistas valorizem mais os recursos naturais e culturais tanto das regiões visitadas como da região a qual pertencem. Os guias são peças-chaves no desenvolvimento do turismo sustentável, às vezes, os estabelecimentos não estão dentro dos padrões ecológicos e, por isto, não conseguem transmitir uma mensagem ecológica. Porém os guias conseguem transmitir uma reflexão sobre a conservação e o manejo da paisagem, fazendo com que os turistas não só a contemplem, mas que sejam seus protetores.

Vale (2003) ressalta que os hotéis de selva devem obedecer a alguns princípios básicos em suas construções tais como: utilização de matérias e conceitos culturais compatíveis com o ambiente na construção; instalação e fabricação de mobília e acessórios preferencialmente com madeiras providas do processo de manejo; utilização máxima da ventilação natural e fontes de energia alternativas, como a energia solar ou a eólica; movimentação mínima da terra para a instalação de tubulações; remoção de lixo e dejetos orgânicos ambientalmente de forma adequada; tratamento de água, antes de ser novamente lançada aos rios.

Por conseguinte, estes itens ressaltados pela autora do parágrafo acima ainda não são utilizados em alguns hotéis, pois os hotéis 1 e 3 são os que estão em melhor equilíbrio com ecossistema ao entorno, são complexos de pequeno e médio porte onde houve um planejamento que envolveu a participação de equipes multidisciplinares (engenheiros, arquitetos, biólogos, turismólogos, entre outros). Estes empreendimentos tiveram o cuidado em utilizar madeiras originadas do processo de manejo e de apreensão do IBAMA e, na questão do lixo, fazem a separação dos resíduos orgânicos e inorgânicos, tratam os efluentes antes de serem lançados ao rio. No que se refere ao uso de energia alternativa, não há em nenhum hotel, pois a energia utilizada vem dos municípios próximos ou de geradores que ocasionam poluição sonora.

Reimberg (2005) ressalta que os hotéis de selva no Amazonas são bonitos e estão se expandindo, porém alguns complexos de selva não estão exercendo atividades coerentes com o meio natural o qual estão inseridos, pois destaca que alguns empreendimentos de selva adotam procedimentos errôneos tais como: acúmulo de lixo dentro da área do hotel, sem o devido tratamento; uso indiscriminado de sabonetes e detergentes contaminando o solo e os rios; poluição

sonora decorrente dos motores de barcos e dos geradores utilizados para o fornecimento de energia elétrica; uso de materiais (de construção e decoração) contrastantes e estranhos ao ambiente; ausência de participação da comunidade durante o processo de idealização do empreendimento, entre outros fatores. Todavia, estes itens enfatizados pela autora continuam acontecendo em alguns estabelecimentos de selva.

Abreu (2001) argumenta que o tratamento dado às questões ambientais pelos estabelecimentos de selva da Amazônia é carente. O referido autor tem razão, pois alguns hotéis da região não trabalham de forma harmoniosa com o meio natural inserido, mas talvez seja pelo fato de alguns gestores desconhecerem as características específicas de hotel de selva. Portanto seria conveniente que houvesse um sistema de classificação hoteleira com estratégias específicas para as categorias de selva. Desta maneira, alguns empreendimentos como o hotel 1 poderia se tornar competitivo. O que se percebe é que empreendedores abrem os seus estabelecimentos de selva sem conhecimento específico a respeito da atividade, apenas seguem o exemplo de outros empreendimentos que estão a mais tempo no mercado. Muitos dos gestores antigos de selva construíram seus complexos sem o menor cuidado com a natureza, já que, na época, não se tinha uma preocupação com o meio ambiente como se tem hoje.

A prática do turismo de natureza na Região Amazônica existe há mais de vinte anos e até hoje necessita de um modelo estruturado pelos órgãos turísticos, especificando as características deste tipo de empreendimento. E, com o passar do tempo, novos hotéis de selva vão surgindo com estruturas e procedimentos inadequados para área onde estão localizados.

Um exemplo do descuido da fiscalização dos órgãos turísticos (federal e estadual) é o fato de alguns hotéis da selva, que não são os pesquisados, estarem funcionando sem o devido cadastramento nos referidos órgãos, conforme os indicadores turísticos de 2003 do estado do Amazonas. Este procedimento vai de encontro com o Decreto n. 84.910, de 15 de julho de 1980, que destaca que nenhuma empresa turística pode funcionar se não estiver cadastrada na EMBRATUR. Desta maneira, o país deixa de arrecadar tributos e gerar um turismo em harmonia com meio natural em que promova benefícios sociais e econômicos às populações próximas.

No que se refere ao não cadastramento de hotéis de selva na EMBRATUR, as informações fornecidas pela AMAZONASTUR, entidade responsável pelo turismo no Estado do Amazonas, são contraditórias, visto que este órgão informou, nos indicadores de turismo (2003), que existem 10 (dez) empreendimentos cadastrados e 09 (nove) não cadastrados. Nos indicadores de 2004 da AMAZONASTUR, existem nove estabelecimentos de selva cadastrados, só não informaram o número de complexos de selva não cadastrados. Só que, no site da AMAZONASTUR (Anexo 7), existem 24 (vinte quatro) complexos referidos como hotéis de selva.

Se o país deseja promover uma atividade turística no qual proteja seus recursos naturais, é preciso que as entidades turísticas (federal, estadual e municipal) ajam com desvelo e competência o qual venham a servir de exemplo para os administradores de hotéis e para sociedade em geral, fazendo com que as leis, decretos e ações sejam cumpridos.

Conclui-se que os órgãos turísticos do país devem proporcionar caminhos para que os administradores de hotéis de selva venham utilizar as Ações Ecoturísticas como instrumentos de apoio, pois, desta maneira, eles manterão seus ambientes estáveis como também será uma forma positiva e eficaz de incentivar as pessoas a se conscientizarem de seu próprio comportamento e incentivá-las a contribuírem para a conservação dos recursos naturais do país.

CONCLUSÃO

Os cenários naturais da Amazônia são os grandes incentivadores para propagação do turismo de natureza na região. O estado do Amazonas foi o pioneiro na implantação de empreendimentos de selva que visam a interagir o homem com a natureza. Este tipo de complexo se intensificou na Região Amazônica, entretanto não há muitos estudos científicos a respeito do desenvolvimento desta atividade.

Considerando-se a relevância de se estudar a prática da atividade turística em hotéis de selva do estado do Amazonas com base nas Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) e identificando as características destes empreendimentos, foi possível obter os seguintes entendimentos com base nos objetivos propostos, tais como:

Não há integração das entidades turísticas (federal, estadual e municipal) com os complexos de selva estudados. Por conseguinte, alguns gestores se mostram desmotivados, pois, segundo estes, quaisquer providências tomadas, na área ambiental, traz consigo o aumento de despesas e, conseqüentemente, o acréscimo dos custos do processo produtivo. Logo, se vê que há uma necessidade de uma maior parceria daquelas entidades com os gestores.

As Ações Estratégicas 1, 2, e 4 da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994), que compete aos órgãos turísticos, não são executadas devidamente na Região Amazônica, porque as estratégias referidas a estas ações são inoperantes como: mecanismos legais de fiscalização e controle; ausência de dispositivos legais ao desenvolvimento do ecoturismo; falta de regulamentos compatíveis com a realidade local; carência de um fórum permanente de discussões a respeito de ecoturismo; inexistência de informações sobre ecoturismo; falta de modelos de referência para os serviços e equipamentos ecoturísticos entre outros.

No que se trata à capacitação de funcionários e à população do entorno para trabalhar com turismo de natureza, oferecida pelos administradores, ainda não é freqüente. O hotel 1, freqüentemente, capacita seus funcionários. Logo em seguida, pelo menos duas vezes ao ano ou quando há necessidade, destacam-se os empreendimentos 2, 3, 4. O procedimento no hotel 5 é desconhecido pelos funcionários e pela população próxima, mas os novos administradores reconhecem

que precisam investir em cursos, por isso afirmaram que este procedimento será executado com frequência.

Os complexos 2, 4 e 5 são grandes, e suas construções não estão de acordo com as características de complexos de selva, pois são empreendimentos pomposos, iguais aos hotéis dos grandes centros urbanos. É necessário que órgãos turísticos (federais, estaduais e municipais) criem um sistema de classificação para ambientes de natureza, pois desta maneira as construções dos hotéis de selva estarão mais compatível com meio natural, além de tudo garantirão a atividade perdurável por longos anos, como também permitirá a manutenção dos recursos naturais.

Quanto ao trabalho dos guias nos hotéis de selva identificou-se que estes profissionais promovem um trabalho interessante, pois interagem os turistas com o ambiente natural por meio das atividades de lazer tais como: caminhadas na selva, visita às comunidades, pescaria, focagem de jacaré, passeio aos igapós (regiões alagadas).

Os guias, também, por meio de suas atividades, conseguem promover uma consciência ambiental, fazendo com que os turistas valorizem mais os recursos naturais e culturais tanto das regiões visitadas como da região a qual pertencem. Estas pessoas são peças-chaves no desenvolvimento de turismo sustentável. Às vezes, os estabelecimentos não estão dentro dos padrões ecológicos e por isto não conseguem transmitir uma mensagem ecológica. Porém, os guias preenchem esta lacuna já que emitem uma reflexão sobre a conservação e o manejo da paisagem, fazendo com que os turistas não só a contemplem, mas que estes sejam protetores.

O entrosamento das localidades do entorno com os hotéis de selva é reduzida. Onde se observou que existe um bom relacionamento com a comunidade foram nos empreendimentos 1, 3 e 4. Os complexos 1 e 4 se localizam no mesmo município e se observou que a população local tem conhecimento das atividades dos hotéis e sabem da importância que estes representam para a localidade, haja vista que toda mão-de-obra ocupada no sistema operacional dos hotéis 1 e 4 provém do próprio município. Vale mencionar que algumas pessoas foram integradas no planejamento do hotel 1.

Os gestores dos demais empreendimentos alegam que não contratam as pessoas das comunidades do entorno em razão destas não terem qualificações profissionais para as devidas ocupações. Só que tal afirmativa não justifica a

exclusão, porquanto são pessoas que querem ter uma ocupação profissional para colaborar com economia da família e por isto estão dispostas em aprender.

O problema atribuído no parágrafo acima é de responsabilidade dos gestores e dos órgãos turísticos que não promovem condições para qualificação destas pessoas. Se o estado do Amazonas almeja ampliar a renda das populações dos municípios, deveria estar perto destas localidades, oferecendo treinamentos para que estas pessoas entrem no mercado de trabalho, sem que haja um deslocamento da população do interior para a capital, como é de costume.

Ao se tratar das características dos hotéis de selva, somente o hotel 1 possui perfil de *hotel de selva*. Os hotéis 3 e 4 possuem perfil de *hotel de selva e lodges*. Quanto aos demais complexos têm características de *lodges*. Entretanto, é concludente que alguns estabelecimentos de selva utilizam o termo inadequado para prática da atividade que executam, em razão de serem pomposos iguais aos hotéis localizados nos grandes centros urbanos e por visarem o mercadológico (alta capacidade serviços e preços) entre outros.

Para que as Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo da Embratur (1994) sejam utilizadas devidamente pelos hotéis de selva do estado do Amazonas, é necessário que as esferas governamentais turísticas (federais, estaduais e municipais) acompanhem melhor o trabalho dos complexos de selva da região amazônica, retornando um sistema de classificação ambiental e ecológica com características específicas para hotéis de selva; efetuar um sistema de fiscalização eficaz nos estabelecimentos de selva; esclarecimento ambiental constante aos gestores de hotéis de selva como também, as localidades do entorno.

Conclui-se que a pesquisa foi satisfatória em razão de se alcançar os objetivos propostos. Foi uma tarefa árdua onde alguns gestores hoteleiros estavam desconfiados e por isso não responderam algumas informações a respeito das Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo. Mas, com o passar da entrevista, já estavam mais amigáveis e faziam questão de falar a respeito do assunto ao qual estavam melindrados. Quanto à comunidade, na primeira etapa, alguns pensavam que estávamos a serviço de algum político, mas depois foram muito amáveis e falavam e questionavam a respeito da prática de turismo na região.

Apesar dos obstáculos enfrentados para se construir o trabalho – dificuldade de locomoção em alguns complexos, já que alguns eram longe e outros não dispuseram de locomoção.

Além dos obstáculos citados, convém enfatizar a dificuldade de se encontrar trabalhos científicos que abordassem o assunto “hotéis de selva”. Foi possível localizar 3 (três) trabalhos, sendo um na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de autoria da Mariana Lapiez Reimberg, que analisou as reais contribuições dos hotéis de selva na Amazônia brasileira para o desenvolvimento sustentável, e os demais na Universidade Federal de Santa Catarina: Cavalcante (2001) tratou o processo de captação estratégica dos hotéis de selva, e, por último, Vale (2003) debateu a respeito de gestão hoteleira em meios de hospedagem ambiental e ecológica. Entretanto, em ambos os trabalhos enfatizados, não se obtiveram esclarecimentos quanto ao uso das Ações Estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) e do perfil destes empreendimentos.

Portanto, apesar de ter sido um trabalho difícil, foi satisfatório, isto porque se conseguiu alcançar os objetivos propostos como também foi possível conhecer mais sobre alguns costumes, tradições que não são executadas na capital.

REFERÊNCIAS

ABREU, Leonor Farias. **Uma proposta de gestão ambiental em hotéis de selva**. Florianópolis: UFSC, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

AMAZONAS. Secretaria de Turismo do Estado do Amazonas. **Indicadores de turismo do estado ano base 2003**. Manaus: Amazonastur, 2003.

_____. **Indicadores de turismo do estado ano base 2004**. Manaus: Amazonastur, 2004.

_____. **Lista de hotéis de selva no estado do Amazonas**. Manaus: Amazonastur, 2006. Disponível em: http://www.amazonastur.am.gov.br/programas_02.php?cod=0148. Acesso em: 10 ago. 2006.

ANDERSEN, David. Uma janela para o mundo natural: o projeto de instalações ecoturísticas. In: LINDEBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 2002. p. 200-23.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organizador do texto: Pedro de Milané. 4.ed. São Paulo: Riddel, 1999.

_____. **Deliberação normativa n. 84.910, de 15 de julho de 1980**. Refere-se sobre a Lei 6.505, de 13 de dezembro de 1977 que dispõe sobre meios de hospedagem de turismo, restaurantes de turismo e acampamentos de turístico. Brasília: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo – MICT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2005.

_____. **Deliberação normativa n. 360 de 16 de março de 1996**. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/mintur/parser/ministerio/legislacao/index.asp>. Acesso em: 20 jun. 2006.

_____. Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. **Concentração de Renda na Capital do Amazonas**. Manaus: Suframa. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2005.

BREGOLIN, Michel. **Desenvolvimento turístico**: análise das condições legais existentes para a gestão do turismo sustentável pelas administrações municipais: o caso de Bento Gonçalves-RS. Caxias do Sul: UCS, 2005. Dissertação (Mestrado em Turismo), Faculdade de Turismo, Universidade de Caxias do Sul, 2005.

BRUHNS, Heloisa Turini. Ecoturismo e ambientalismo: explorando relações. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 191-221, nov. 2005.

CAVALCANTE, Tristão Sócrates Baptista. **Um estudo do processo de captação estratégica dos hotéis de selva**. Florianópolis: UFSC, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Universidade Federal Santa Catarina, 2001.

CBTS. **Certificação de Turismo Sustentável**. Disponível: <http://www.pescacaneia.com.br/mat16-criadocbts.htm> - 6k. Acesso em: 19 set. 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COOPER, Chris et al. **Turismo princípios e prática**. Tradução de Roberto Costa. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DALE, Paul. Definindo ecoturismo... Para quê? Para quem? In: NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. (org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.

DATO, Edilmara. Estrutura fragilizada de passarelas de hotel de selva. **Jornal A Crítica**, Manaus, 09 dez. 2005. Caderno de Cidades, p.7.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____; AGUIAR, Marina. **Fundamentos do turismo e definições**. Campinas: Alínea, 2002.

DOWLING, R. **An ecotourism planning model**. Sidney: Weiler, 1991.

EMBRATUR, FVA. **Ecoturismo na Amazônia: região circunvizinha de Manaus**. Brasília, 1992

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Brasília: Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – MICT/Ministério do Meio Ambiente – MMA/ Governo Federal, 1994.

EMBRATUR. **Retratos de uma caminhada:** PNMT 8 anos. Elaborado pela gerência de Programas Nacionais: Supervisão de Projetos e Descentralização. Brasília, 2002.

ENDRES, Ana Valéria. Sustentabilidade e ecoturismo: conflitos e soluções a caminho do desenvolvimento. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 9, n. 1, maio 1998.

FALZONI, Renata. **Ecoturismo em Costa Rica.** Disponível em: www.zone.com.br/personalidades/renatafalzoni/programacao. Acesso em: 22 dez. 2005.

FENNEL, A. David. **Ecoturismo:** uma introdução. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.

FERRETTI, R. Eliane. **Turismo e meio ambiente.** São Paulo: Roca, 2002.

GOUVÊA, Raul. **Estudo de caso em ecoturismo na Costa Rica.** Disponível em: www.noticias.aol.com.br/negócios/serviços. Acesso em: 13 nov. 2005.

HAWKINS, D.; EPLER WOOD, M.; BITTMAN, S. (Eds). **The ecolodge soucerbook, for planners and developers.** North Beington: The Ecotourism Society, 1995.

IBAMA. **Ecosistema Amazônico.** Disponível:<http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2006.

LEITE, José Nailton. **Amazônia na percepção do turista:** antes e depois. Manaus: UFAM, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Letras), Universidade Federal do Amazonas, 2003.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald (orgs.). **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. Tradução de Leila Cristina de M. Darin. 4.ed. São Paulo: Senac, 2002.

MMA. **Espécie da Fauna Amazônica em extinção.** Disponível:<http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2006.

MOLINA, Sergio. Turismo e ecologia. In: **III Seminário de Pesquisa em Ecoturismo do Mercosul**, Caxias do Sul, 05-06 ago. 2005.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Turismo e análise**, São Paulo, Revista da Escola de Comunicações e Artes da USP, v. 11, n. 2, nov. 2000.

NELSON, Sherri Prince; PEREIRA, M. Éster (orgs.). **Ecoturismo**: práticas para turismo sustentável. Manaus: Valer/Uninorte, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO-OMT. Agenda 21 for the travel and tourism. **Towards environmentally sustainable development**. Madri: World Tourism Organization/ Worl Travel Tourism Coucil/World Earth, 1995.

_____. **Introduccion e Tedqual** – Uma Metodologia para Calidad en Educacion y Formation Turísticas. Madrid: World Tourism Organization, 1997.

PINHEIRO, Admiltom. **Amazônia globalizada e sustentável**. Manaus: Valer, 2004.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensão do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

REIMBERG, Mariana Lapiez. **Turismo sustentável e os hotéis de selva**: a inter-relação entre o ambiente natural e humano. São Paulo: USP, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2001.

_____. Ec lodges: o delicado equilíbrio entre a conservação e exploração ambiental. In: NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. (org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.

RUSCHMANN, Doris. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 4, n. 1, maio 1993.

SAMYRA, Crespo. Origem e evolução do ecoturismo. **Senac Educação Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan.-abr. 1999.

SERRANO, Célia Toledo; BRUHNS, Heloisa (org.). **Viagens à natureza**. Campinas: Papyrus, 1999.

SIMPÓSIO Internacional sobre Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável dos países da Bacia Amazônica. **ECOTUR AMAZÔNIA**. Manaus. Instituto Ambiental/Rio de Janeiro: Biosfera, 2001.

SIOLI, Harald. **Amazônia**: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes, 1990.

SOARES, Márcia. **Programa de melhores práticas de ecoturismo**–MPE. Disponível em: www.mpefunbio.org.br/mpe. Acesso em: 15 jan. 2006.

SYLVIA, Mitraud. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Tradução Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000.

TULIK, Olga. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 4. n. 2, nov. 1993.

VALE, Maria Leônia. **Modelo de gestão hoteleira para meios de hospedagem ambiental e ecológico**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

VANDERLEI, Renato. **Amazônia**: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Ícone, 2004.

VIOLI, Joseane. Estudo de impacto ambiental e capacidade de carga na Trilha do Paraíso, situada na Serra do Japi, Jundiá-SP Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 221-41, nov. 2005.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

ANEXO

ANEXO 1

www.brasiltur.com.br

Tudo sobre Turismo no Brasil

Inclusões Contato Publicidade Início

Procurar por:

Enviar

▶Temas

▼Regiões Turísticas

Pantanal
Praias do Nordeste
Região Amazônica
Serra da Bocaina
Serras Gaúchas
Região Serrana (RJ)
Serra da Mantiqueira

▶Estados

▶Agências

▶Cursos

▶Transportes

▶Órgãos Oficiais

▶Tempo/Temperatura

▶Livros Turismo

Você está em> Regiões Turísticas (Pantanal, Nordeste, etc.) :Região Amazônica :Hospedagem (hotéis, flats, pousadas, etc.)

Aldeia dos Lagos Hotel de Selva

- Localizado no município de Silves, 360 km de Manaus, AM. Empreendimento de ecoturismo comunitário. Conheça a floresta amazônica com quem mora e vive com os recursos que ela oferece. Apoio e gerenciamento ASPAC e WWF. Silves, AM.

Ariaú Amazon Towers

- Hotel na selva amazônica. 210 apartamentos construídos na copa das árvores, a 55 km de Manaus.

Guanavenas Pousada Jungle Lodge

- Hotel de selva, oferece serviços e hospedagens, excursões ecológicas, fotos e descritivos dos pacotes. Silves, AM.

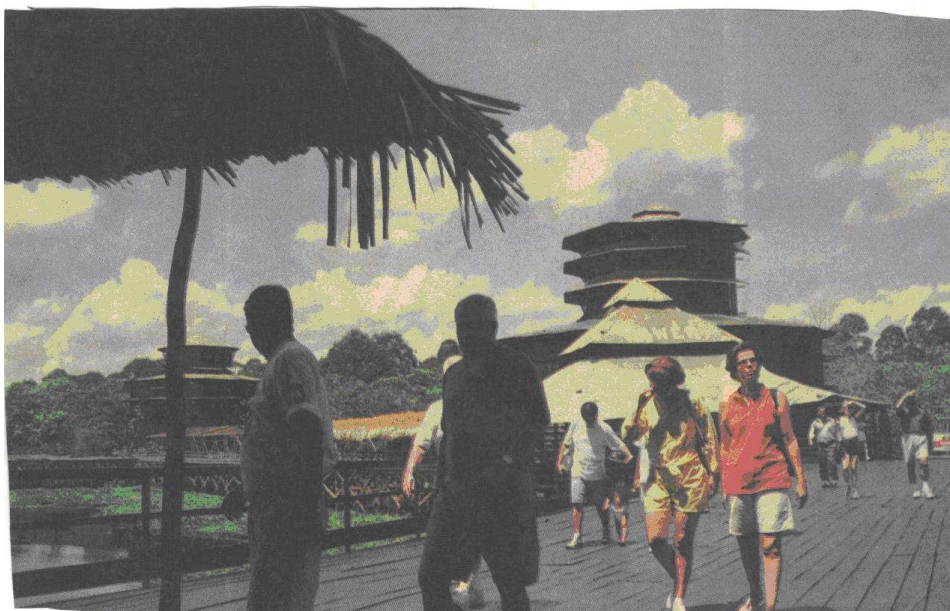
ANEXO 2

Revista elege Ariaú

maravilha do mundo

A fama do hotel de selva Ariaú Amazon Towers ficou ainda maior.

A revista "Newsweek" o incluiu na lista das sete maravilhas do mundo Flávio Assis



Turistas percorrem passarela do Ariaú, o hotel de selva mais famoso do mundo, erguido a 55 quilômetros de Manaus

Fonte: DATO, Edimara. **Hotel de Selva do Amazonas se destaca na Imprensa Internacional**, Manaus, 15 ago.1998. Caderno de Cidade, p. 6.

ANEXO 3



Hotel de selva **ARIAÚ**



O pioneiro entre os hotéis de selva amazonenses, ARIAÚ Amazon Towers, foi inaugurado em 1987 e hoje conta com 288 unidades habitacionais entre apartamentos e suítes (localizados nas torres) e as famosas "casas do Tarzan", onde já se hospedaram astros cinematográficos e o príncipe Charles. As dependências do ARIAÚ estão interligadas por um sistema de passarela à altura da copa das árvores que totaliza quase 8 quilômetros.

O acesso ao hotel é feito por barco regional (duas horas), helicóptero (15 minutos) ou lancha rápida (50 minutos). Depois da viagem pelo rio Negro, o hóspede pode desfrutar das duas piscinas na altura da copa das árvores, duas torres de observação de 41 metros de altura, auditório panorâmico com vista para

o rio Negro e floresta amazônica para até 450 pessoas, com toda infraestrutura audiovisual, dois restaurantes, um bar e um cyber café, lojas de conveniência e de souvenirs.

Os pacotes ARIAÚ incluem passeio de canoa, caminhada na selva, pesca da piranha, visita à casa de nativos, passeio noturno com observação de animais com hábitos noturnos, além de pensão completa em restaurante estilo buffet, com pratos quentes, diversos tipos de carnes, aves, peixes da região, massas, feijão, arroz, sopa-do-dia, saladas diversas, pães feitos na hora, sucos de frutas da Amazônia, seleção de frutas exóticas da Amazônia, doces e sobremesas regionais.

* Saiba mais sobre o ARIAÚ Towers no site www.internext.com.br/ariau.

O ARIAÚ Tower tem a marca do pioneirismo, no turismo ecológico amazonense, com fama que ultrapassa as fronteiras do Estado e consegue trazer visitantes de todos os lugares do planeta. É um dos locais preferidos pelos famosos que querem conhecer de perto a Amazônia

Fonte: SOARES, Eduardo. Hotéis de Selva. **Amazon Best**, Manaus, n. 03, ago.-set, 2004.

ANEXO 4



Hotel de selva
ECOPARK

O Amazon Ecopark leva mesmo a sério o conceito de hotel de selva. Não é para menos, uma vez que o local é um verdadeiro complexo turístico. Localizado às margens do rio Tarumã, o lodge conta com 60 apartamentos distribuídos em 20 bangalôs, tendo ao redor diferentes tipos de vegetação, córregos com águas límpidas e dez quilômetros de trilhas na selva.

Lugar privilegiado, no Ecopark o hóspede poderá visitar árvores gigantes, orquídeas exóticas, plantas medicinais, aproveitando ao máximo o cenário da floresta virgem, com savanas naturais e igapós. Mesmo assim, o conforto é fundamental no resort. Cada bangalô possui três apartamentos, de alvenaria e/ou madeira, com varandas e banheiros independentes, todos com ar-condicionados e chuveiro elétrico.

Como chegar:
O hotel fica a aproximadamente uma hora do aeroporto de Manaus (incluindo 30 minutos de navegação) e em plena floresta Amazônica.

O que oferecer:
Pier (atracadouro para barcos de pequeno, médio e grande porte);
Recepção com área para *check-in* e *check-out* separadas, com sala de estar, banheiros feminino e masculino, bar panorâmico (que atende também à praia);
Restaurante em forma de uma grande maloca indígena.

26 | Amazonas Hotel

Fonte: SOARES, Eduardo. Hotéis de Selva. **Amazon Best**, Manaus, n. 03, ago.-set., 2004.

ANEXO 5



Célio J. Fotomateria

Hotel de selva **TIWA**



O hotel de selva mais próximo à capital do Amazonas, Manaus, é também um dos mais modernos no conceito turístico. O Tiwa Amazonas Ecoresort, que cruza o rio Negro em apenas 20 minutos, reserva mesmo muitas surpresas. Empreendimento holandês, o “lodge” prima por ser mesmo ecologicamente correto - utiliza alta tecnologia no tratamento de água e cuida de forma responsável do recolhimento de lixo, respeitando a natureza.

Fora isso, a infra-estrutura criada para os 62 apartamentos do lugar é impecável. Todas construídas

em forma de chalés, com madeira tropical sob palafitas à beira de um lago, o que propicia um clima charmoso e de alto padrão.

O Tiwa tem ainda uma praia de água doce, mas também piscina. No restaurante, o cardápio nacional e internacional é servido em forma de buffet e, no resort, o turismo poderá ainda usufruir de área de descanso, recreação, canto de leitura e até um anfiteatro para 200 pessoas. Mas, caso o hóspede opte por aventura, o hotel dispõe de jogos diversos, trilha de mountain-bike e também esportes radicais como rapel.



Fonte: SOARES, Eduardo. Hotéis de Selva. **Amazon Best**, Manaus, n. 03. ago.-set., 2004.

ANEXO 6

DELIBERAÇÃO N.º 360, DE 16 DE MARÇO DE 1996.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO.

A Diretoria da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e Considerando o atual comprometimento da credibilidade da informação fornecida pelo sistema de classificação hoteleira vigente;

Considerando que o atual sistema de classificação hoteleira está com o seu modelo exaurido, após ter cumprido, no passado, importante papel como referencial de qualidade para empreendedores e consumidores;

Considerando que, em vista disto, urge restaurar o papel de referencial de qualidade do sistema da classificação hoteleira, recuperando a credibilidade de suas informações para os empreendedores e consumidores.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelado o atual Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem de Turismo e revogadas as matrizes de classificação instituídas com base nas referências normativas vigentes.

Parágrafo Primeiro - As classificações atribuídas com base no sistema ora canceladas terão validade pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de entrada em vigor desta Deliberação Normativa, findo o qual deverão os empreendimentos classificados providenciar a devolução dos respectivos certificados, placas e plaquetas de classificação.

Parágrafo Segundo - Durante o prazo referido no parágrafo anterior, os empreendimentos classificados continuarão com as seguintes obrigações:

- a) o preenchimento de Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH e o envio do Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH ao Órgão Delegado competente;
- b) a manutenção dos padrões correspondentes ao tipo e categoria em que estiverem classificados, a serem verificados nas vistorias periódicas procedidas pelos Órgãos Delegados da EMBRATUR

Parágrafo Terceiro - Até a instituição do novo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem, a EMBRATUR solicitará as providências necessárias:

- a) do Ministério de Administração e Reforma do Estado-MARE, para que não seja exigida a comprovação da classificação, nesta Autarquia, como condição para participação em processos de licitação promovidos pelos Órgãos do Governo Federal;
- b) dos órgãos governamentais que administrem recursos destinados a apoiar e estimular a atividade turística, para que continuem, nas análises dos projetos de implantação, reforma, adaptação e melhoria de meios de hospedagem de turismo, a verificar, para fins de preservação de direitos, o preenchimento dos itens estabelecidos no Anexo Único, desta Deliberação Normativa.

Art. 2º - A EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo apresentará, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data da publicação desta Deliberação, um novo sistema de classificação hoteleira, resultante de amplo processo de consulta às representações de âmbito nacional dos consumidores, da classe hoteleira e de órgãos governamentais observados os seguintes princípios básicos:

- I - credibilidade junto ao mercado;
- II - padrões de qualidade condizentes com a competitividade internacional do produto turístico brasileiro.

Art. 3º - Os requerimentos protocolados até a data da publicação desta Deliberação Normativa, que digam respeito ao sistema de classificação ora cancelado, terá assegurado o direito de serem regularmente instruídos, analisados e decididos com base nas normas que o regulam.

Art. 4º - Revogam-se as disposições contidas na Resolução CNTur nº 1601, de 06/05/91, Resolução Normativa CNTur nº 09, de 15/12/83, Resolução Normativa CNTur nº 23, de 09/04/87, Resolução Normativa CNTur nº 24, de 04/06/87, Resolução Normativa CNTur nº 27, de 22/07/87, Resolução Normativa CNTur nº 28, de 19/09/87, Resolução Normativa CNTur nº 31, de 19/03/88, Deliberação Normativa nº 344 de 29/06/95, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º - A presente Deliberação Normativa entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

CAIO LUIZ CIBELLA DE CARVALHO Presidente

BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA Diretor de Economia e Fomento

JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO Diretor de Administração e Finanças

ROSTON LUIZ NASCIMENTO Diretor de Marketing

ANEXO ÚNICO

1. Deve estar licenciado pelas autoridades competentes para prestar serviços de hospedagem.
2. Deve ser administrado ou explorado comercialmente por empresa hoteleira.
3. Deve oferecer alojamento, para uso temporário pelo hóspede! mediante contrato tácito ou expresso de hospedagem, e sistema de cobrança de diária, válida para ocupação da unidade habitacional a duas pessoas.
4. Devem ter áreas destinadas aos serviços de hospedagem, de portaria / recepção, circulação, alimentação e bebidas.
5. Deve ter todas as unidades habitacionais com banheiros privativos.
6. Deve ter serviço de portaria / recepção durante 24 horas, apto a permitir a entrada e saída, registro e liquidação de faturas dos hóspedes.
7. Deve ter áreas destinadas aos serviços de hospedagem independentes das que não digam respeito à atividade, no caso de edificações que atendam a outros fins.
8. Deve ter todas as salas e quartos das unidades habitacionais com abertura para o exterior para fins de ventilação e iluminação.
9. Deve ter todos os banheiros privativos das unidades habitacionais com abertura direta para o exterior ou ventilação forçada através de duto.
10. Deve ter serviços básicos de abastecimento de água, energia elétrica, comunicações, esgoto e coleta do lixo.
11. Deve ter elevadores para passageiros e para carga/serviço em prédio de quatro ou mais pavimentos, inclusive o térreo, ou conforme as posturas municipais.
12. Deve ter equipamentos e/ou instalações contra incêndio aprovados pelo Corpo de Bombeiros local.
13. Deve ter vestiários, sanitários e local próprio para refeições dos funcionários conforme legislação do órgão competente.
14. Deve ter local próprio para preparo de refeições.
15. Deve ter local próprio para guarda de bagagens e objetos de uso pessoal dos hóspedes.
16. Deve possuir, no mínimo, corno mobiliário do quarto de dormir de todas as unidades habitacionais: cama, meios para guarda de roupas e objetos pessoais, mesa de cabeceira e cadeira.
17. Deve possuir serviço diário de limpeza e arrumação das unidades habitacionais.
18. Deve possuir serviço de fornecimento de produtos básicos de higiene.
19. Deve possuir serviço de troca de roupas de cama e banho, no mínimo, duas vezes por semana.
20. Deve possuir serviço de café da manhã.
21. Deve manter as instalações permanentemente imunizadas contra insetos e roedores.

ANEXO 7

LISTA DE HOTÉIS DE SELVA NO ESTADO DO AMAZONAS

MEIOS DE HOSPEDAGEM

Nome, Endereço, Telefone e E-mail

HOTELARIA DE SELVA

Amazon Ecopark (Hotel de Selva)

Rua Silva Ramos, 04 – GRP 203 – Praça Colégio Auxiliadora – Centro, CEP 69.025-090 – Manaus-AM

(92) 3622-1950 / 3622-2612

ecopark@vivax.com.br

Amazon River Side (Hotel de Selva)

Rio Amazonas, Gleba 01 – Lote 5 s/n – Lago do Jacinto, Puraquequara – Manaus-AM

(92) 3631-8491

cts@vivax.com.br

www.amazonriversidehotel.com

Amazon Jungle Cruise – Ibero Star (Hotel de Selva)

Rua Marques de Santa Cruz, 25 – Armazém 7- Centro - Manaus-AM – 69.010-080

(92) 2126-9900/2126-9911

contador@iberostar.com.br ou comercial@iberostar.com.br

www.iberostar.com.br

Amazon Acqua Park (Hotel de Selva)

Rodovia BR 174 – Km 101 Zona Rural, Presidente Figueiredo – Manaus-AM – 69.735-000

(92) 3233-0071

amazonacquapark@amazonacquapark.com.br

www.amazonacquapark.com.br

Arara Amazon Resort (Hotel de Selva)

Rua Sítio São Pedro, Gleba 3 – Lote 28, s/n – Tarumã Cuieiras – Zona Rural – Margem Esquerda do Igarapé do Arara Rio Negro – Manaus-AM Cep: 69.073-970

(92) 3642-4524 / 3245-1110

hotel@arararesort.com.br

www.arararesort.com.br

Ariáú Amazon Towers (Hotel de Selva)

Margem Direita do Paraná Ariáú, s/n – Lote 69 – CEP 69.405-000

(92) 2121-5098 / (92) 3622-6156

mowebeka@hotmail.com

Aracá Camp (Hotel de Selva)

Bacia do Rio Dememi, 100 km de Manaus Margem do Rio Aracá – Barcelos-AM Cep: 69.700-000

(11)3814-7488

eprada@aracacamp.com.br

www.aracacamp.com.br

Boa Vida Jungle Resort (Hotel de Selva)

Rodovia AM-010, KM 53 – Manaus-AM CEP: 69.045-600

(92)3245-1391 / 3231-1661

reservas@boavidahotel.com.br

www.boavidahotel.com.br

Búfalo Jungle Hotel Ltda (Hotel de Selva)

Rodovia Am 010, Km 72 - Rio Preto da Eva CEP: 69115-000 - (92) 3633-3773

sedra@uol.com.br

City Park (Hotel de Selva)

Rodovia Am 010, Km 27 - Flores - Manaus-Am - CEP: 69048-660
(92) 3086-2868 / Fax: (92)3633-8743

CunhãTur (Hotel de Selva)

Rodovia Am 010, Km 64 – Zona Rural - Rio Preto da Eva CEP: 69115-000
(92) 3328-1482
cunhahotel@aol.com
www.cunhahotel.com.br

Evanstour Hotel e Turismo (Hotel de Selva)

Rua Barroso, 1710 - Liberdade – Manacapuru - CEP: 69400-000
(92) 3361-3050 / 3361-4735
evanstour@uol.com.br

Fazenda Marupiará (Hotel de Selva)

Ramal do Urubuí, s/n Km 12 _ Lote 32 – Zona Rural – Presidente Figueiredo - CEP: 69735-000
(92) 9997-2650/ 9994-0650

Iracema Falls Ecoresort (Hotel de Selva)

Rodovia BR-174, KM 115 – Zona Rural – Presidente Figueiredo-Am CEP 69.735-000
(92) 3234-5500
iracemafalls@iracemafalls.com.br
www.iracemafalls.com.br

Ilha Tauá Lodge (Hotel de Selva)

Margem Esquerda do Lago do Acajatuba, s/n – Cep: 69.405-000 – Iranduba – Am
(92) 3657-5433 Fax: (92)3657-5427

Juma Adventure Quest Hotel (Hotel de Selva)

Lago do Juma, s/n, lado esquerdo, Zona Rural – Autazes CEP 69.250-000
(92) 3232-2707 /9142-2708/ 3245-1177/(11)4789-8200 / 4789-2589 SP
juma@jumalodge.com.br
www.jumalodge.com.br

Jungle Othon Palace Hotéis Flutuantes (Hotel de Selva)

Rua Saldanha Marinho, 700 – Centro - CEP: 69010-040
Margem Esquerda do Rio Negro, Igarapé do Tatu –Tatumã – Manaus-Am – Cep: 69.020-282
(92)3087-8821/3633-6200/6300
junglepalace@internext.com.br / fmtur@internext.com.br
www.junglepalace.com.br

Liga de Eco-Pousadas do Amazonas Ltda (Hotel de Selva)

Rua 15 de janeiro, 08 – Mauazinho - CEP: 69075 -720
(92) 3615-1615
ligatur@globo.com

Malocas Jungle Lodge (Hotel de Selva)

Baixo Rio Preto da Eva, s/n - Rio Preto da Eva - CEP: 69115-000
(92) 3221-0628/3233-4746
malocas@osite.com.br
www.malocas.com

Pousada Amazônia (Hotel de Selva)

Estrada Manuel Urbano, s/n, km 36 – Zona Rural – Iranduba-Am - CEP 69.000-000
(92) 3231-1021/3234-3705/3245-1236
pousadaamazonia@vivax.com.br
www.pousadaamazonia.com.br

Pousada dos Guanavenas Turismo Ltda (Hotel de Selva)

Estrada de Silves, 02 – Silves - Am - CEP: 69110-000
(92) 3528-2110
comercial@guanavenas.com.br
www.guanavenas.com.br

Pousada Uacari (Hotel de Selva)

Canal do Lago Mamirauá, s/n - CEP: 69.485-000 -Tefé-AM
(97) 3343-4672 Fax: 3343-2736
ecoturismo@mamiraua.org.br
www.mamiraua.org.br

Pousada Mamori Amazonas (Hotel de Selva)

Margem Direita do Lago do Mamori, s/n – Zona Rural - Careiro - Am - CEP: 69250-000
(92) 9981-2245

Sanctuary Lodge (Hotel de Selva)

Rodovia Am 240 – Km 12 / Md s/n - Zona Rural - CEP: 69.735-000
Presidente Figueiredo- Am
(97) 3238-6752
reservaecologica@cachoeirasantuاريو.com.br
www.cachoeirasantuاريو.com.br

Fonte: AMAZONASTUR (2006)

Disponível em: http://www.amazonastur.am.gov.br/programas_02.php?cod=0148.

Acesso em: 10 ago. 2006.

APÊNDICE 1
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NOS EMPREENDIMENTOS *IN – LOCO*

Nome do Hotel:

1) Tamanho do Complexo:

Pequeno Médio Grande

2) Tipo de construção:

Alvenaria Madeira Madeira e Alvenaria

Descrever:

3) O hotel emprega ventilação natural e fontes de energia alternativa, como energia solar ou eólica?

Sim Qual?.....

Não Justifique:

4) O Empreendimento hoteleiro se encontra compatível com o meio natural?

Sim

Não Justifique:

5) Os empreendimentos incentivam a conservação dos recursos naturais e culturais?

Sim Quais?.....

Não Justifique:

6) Existe uma manutenção assídua nas trilhas como também nas instalações do complexo?

Sim

Não

7) Ocorre um sistema de tratamento da água antes de ser despejada ao rio?

Sim Não

8) Os lixos e os dejetos orgânicos são removidos de forma adequada?

Sim Não

Descreva:

9) Os funcionários estão capacitados para desempenhar as devidas funções?

Sim Não

Descreva:

10) As instalações promovem uma conscientização Ambiental aos Turistas?

() Sim Quais?

() Não Justifique:

11) As atividades dos guias estimulam uma reflexão ambiental?

() Sim () Não

Descreva:

12) A cultura local é valorizada e interagida nas atividades do hotel?

() Sim () Não

Justifique:

APÊNDICE 2

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DOS GESTORES DOS HOTÉIS DE SELVA

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA OS PROPRIETÁRIOS DOS HOTÉIS DE SELVA.
ESTE FORMULÁRIO ESTÁ BASEADO NO MANUAL DO ECOTURISMO DE BASES
COMUNITÁRIAS DA WWF (2003).

Data: _____ Hora: _____ Empreendimento: _____

Proprietário: _____

- 1) Você conhece as diretrizes do ecoturismo?
() Sim () Não.
Caso positivo justifique e enfatize a respeito da contribuição destas para o hotel:
- 2) Como você categoriza seu empreendimento de natureza?
() Sim () Não.
Caso positivo justifique:
- 3) O hotel envolveu e ainda continua envolvendo a comunidade que se encontra em seu entorno no processo do seu planejamento, desenvolvimento e manutenção?
() Sim () Não () +/- Se sim em quê:
Se não por quê:
- 4) O hotel foi construído de acordo com ambiente natural no qual se encontra inserido?
() Sim () Não
- 5) O hotel quando foi construído contou com a participação de equipes multidisciplinares (engenheiros, turismólogos, arquiteto ambiental, antropólogos, biólogos etc.)?
() Sim () Não. Se sim quais:
Se não por quê
- 6) Os móveis utilizados no hotel foram fabricados de madeiras providas do processo de manejo ou de florestas plantadas?
() Sim () Não
- 7) Como você classifica seu empreendimento?
() Ecolodges () Lodges
- 8) O uso da energia e da água é feito através de técnicas naturais que promovem maior economia de consumo?
() Sim () Não
- 9) Há um sistema regular de coleta de lixo?
() Sim. Qual o destino do lixo?
() Não
- 10) Vocês trabalham com a separação do lixo?
() Sim () Não

- 11) Qual a capacidade do hotel?
- a) 1 a 30 UH ()
 - b) 31 a 60 UH ()
 - c) acima de 61 UH ()
- 12) O hotel capacita os funcionários?
- () Sim Quantas vezes ao ano? a) () uma vez b) () duas vezes c) () acima de 3 vezes
- () Não
- 13) Vocês informam para os turistas sobre a importância de se cuidar do meio ambiente?
- () Sim () Não
- 14) As madeiras utilizadas na construção do empreendimento, vêm do processo de manejo?
- () Sim () Não
- 15) Vocês recebem algum tipo de apoio das esferas federal, estadual e municipal principalmente no que se refere ao ecoturismo?
- () Sim. Se sim qual apoio?
- () Não. Se não por quê?

APÊNDICE 3
FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DA COMUNIDADE
DO ENTORNO DOS HOTÉIS DE SELVA

FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS PARA AS COMUNIDADES QUE VIVEM PRÓXIMAS DE HOTÉIS DE SELVA NO ESTADO DO AMAZONAS. ESTE FORMULÁRIO ESTÁ BASEADO NO MANUAL DO ECOTURISMO DE BASES COMUNITÁRIAS DA WWF (2003).

Data: _____ Hora: _____ Local: _____

Próximo de qual empreendimento hoteleiro: _____

- 1) Dados Pessoais:
 - Gênero: Feminino ()
 - Masculino ()
- 2) Idade:
 - a) () 18 a 25 anos
 - b) () 26 a 30 anos
 - c) () acima dos 30
- 3) Há quantos anos você reside neste local?
 - a) () 1 a 4 anos
 - b) () 5 a 10 anos
 - c) () acima de 10 anos
- 4) Quantas pessoas residem em sua casa?
 - a) () 1 a 4 pessoas
 - b) () 5 a 10 pessoas
 - c) () acima de 10 pessoas
- 5) A renda mensal da família é:
 - a) () menos de um salário mínimo
 - b) () 1 a 2 salários mínimos
 - c) () 3 a 4 salários mínimos
 - d) () acima de 5 salários mínimos
- 6) Qual sua escolaridade?
 - a) () alfabetização
 - b) () ensino fundamental I (1ª a 4ª Série)
 - c) () ensino fundamental II (5ª a 8ª Série)
 - d) () ensino médio completo
 - e) () ensino médio incompleto
 - f) () ensino superior

- 7) Quantas pessoas em sua casa trabalham?
- a) 1 pessoa
 - b) 2 pessoas
 - c) acima de 3 pessoas
 - d) nenhuma pessoa
- 8) Qual a origem de sua renda familiar:
- a) aposentadoria
 - b) atividade pesqueira
 - c) agricultura
 - d) atividade madeireira
 - e) serviço público
 - f) artesanato
 - g) outros
- 9) Possui algum curso profissionalizante na área do turismo?
- Sim Qual? _____
 - Não
- 10) Você sabe o que é ecoturismo?
- Sim Justifique: _____
 - Não
- 11) Os turistas chegam a visitar a comunidade de vocês?
- Sim Não
- 12) O hotel de selva melhorou a vida de vocês?
- Sim de que forma? _____
 - Não
- 13) Você acha que os hotéis de selva trouxeram problemas para a comunidade?
- Sim a) barulho b) maus costumes c) lixo nos atrativos d) outros
 - Não
- 14) Você acha que estes empreendimentos trouxeram mais benefícios do que problemas?
- Sim. Se sim quais os benefícios?
 - Não. Se não por quê?
- 15) A família participou do processo de planejamento do hotel de selva?
- Sim Não
- 16) Algum membro da família trabalha no hotel de selva?
- Sim Qual? _____
 - Não
- 17) Você conhece as áreas do hotel de selva próximo de sua casa?
- Sim Não
- 18) Você conhece o proprietário do hotel?
- Sim Não